

# **Cadernos IHU em formação**

## **A crise da sociedade do trabalho**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**

*Reitor*

Aloysio Bohnen, SJ

*Vice-reitor*

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos – IHU**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Diretora adjunta*

Hiliana Reis

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

**Cadernos IHU em formação**

Ano 1 – Nº 5 – 2005

ISSN 1807-7862

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Esp. Âgueda Bichels – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta - Unisinos

Prof. MS Dárnis Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho técnico-científico*

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP - Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS - Doutor em Psicologia Social e Comunicação

*Responsável técnico*

Laurício Neumann

*Revisão*

Mardilê Friedrich Fabre

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Projeto gráfico e editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

**[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)**

## Sumário

Apresentação	
Sociedade do trabalho e sociedade sustentável <i>Por Inácio Neutzling</i> .....	5
O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos <i>Por Marco Aurélio Santana</i> .....	8
A crise e o êxodo da sociedade salarial <i>Entrevista com André Gorz</i> .....	22
“Eliminar o desemprego no capitalismo é uma ficção” <i>Entrevista com Ricardo Antunes</i> .....	34
A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário <i>Entrevista com Robert Kurz</i> .....	39
Pensar outras formas de produção e consumo <i>Por Anselm Jappe</i> .....	43
O desemprego em massa. O direito à vida não passa mais pelo trabalho assalariado <i>Entrevista com Paolo Virno</i> .....	45
“Nunca estive tão longe a distância entre o País que podemos ser e o País que somos” <i>Entrevista com Márcio Pochmann</i> .....	48
“A reforma sindical pode servir de pretexto para uma reforma trabalhista flexibilizadora” <i>Entrevista com Márcio Túlio Viana</i> .....	55
Desemprego, reformas trabalhistas e a democratização das relações de trabalho <i>Entrevista com José Dari Krein</i> .....	58
“O debate sobre as reformas deve coincidir com um período de desenvolvimento econômico” <i>Entrevista com Sidney Pascoutto da Rocha</i> .....	65
“É necessário desvincular emprego e renda” <i>Entrevista com Josué Pereira da Silva</i> .....	67
A mulher no mundo do trabalho <i>Entrevista com Maria Cristina Bruschini</i> .....	70

Unitrabalho: uma parceria entre intelectuais e trabalhadores	
<i>Entrevista com Dáris Corbellini</i> .....	72
“A Economia Solidária deve tencionar o Governo a favor dos trabalhadores”	
<i>Entrevista com Dalila Maria Pedrini</i> .....	74
“Piqueteiros”: um discurso sobre o poder	
<i>Entrevista com Jorge Ceballos</i> .....	76
Ócio Humanista	
<i>Entrevista com Concha Maiztegui</i> .....	78
A redução do tempo de trabalho e a cultura do tempo livre	
<i>Entrevista com André Langer</i> .....	80
Ócio humanista e o sentido do trabalho	
<i>Entrevista com Cláudio Gutiérrez</i> .....	83

Os **Cadernos IHU em formação** são uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista **IHU On-Line** e nos **Cadernos IHU idéias**. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais, etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

#### **Errata**

Na introdução da página 9 do nº 3 – 2005, sobre **Max Weber. O espírito do capitalismo**, leia-se UFMG, em vez de UFGM; Saint-Cloud, em vez de Saint-Clud; Iluminuras, em vez de Huminuras; l’histoire, em vez de l’hitoire.

## Apresentação

### Sociedade do trabalho e sociedade sustentável

A sociedade do trabalho é aquela em que as pessoas são definidas e descritas na sua cidadania pelo trabalho assalariado que possuem. A crise da sociedade do trabalho assalariado se caracteriza por uma crescente “brasilianização”, conceito usado, entre outros, por Ulrich Beck. Mas em que consiste esta “brasilianização”? A década de 1990 é paradigmática para o mundo do trabalho no Brasil. O emprego formal acumulou um déficit estimado em 3,2 milhões de postos de trabalho, assim como o desemprego alcançou índices nacionais sem paralelo desde a década de 1930. Entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões, com aumento da taxa de desemprego aberto, passando de 3% da PEA para 9,6%. No entanto, apesar deste aumento do desemprego, nos anos 1990, a quantidade de trabalhadores, com jornada de trabalho superior à oficial de 44 horas duplicou, passando de 13,5 milhões para 26,7 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa que cerca de 4,9 milhões de novas vagas deixaram de ser criadas no país. Ou seja, cerca de 2/3 do total do desemprego aberto no Brasil poderia ter sido diminuído com a forte redução do sobretrabalho. Essa “brasilianização” na década de 1990, no Brasil, se caracteriza pela desestruturação do mundo do trabalho. Ela consiste, fundamentalmente, no crescente e elevado desemprego aberto, no desassalariamento, no sobretrabalho, no aumento do trabalho informal e na geração de postos de trabalho precários. A “brasilianização” do mundo do trabalho parece indicar que saímos da sociedade de trabalho sem substituí-la por nenhuma outra.

De um lado, o trabalho foi declarado como o fundamento da sociedade onde todas as pessoas

giram ao redor do trabalho, isto é, têm o trabalho como ponto de referência, enquanto, por outro lado, tudo é feito para torná-lo raro. Por exemplo, o aumento da produtividade, por definição, significa sempre, simultaneamente, eliminação do trabalho humano. A “brasilianização” é uma manifestação da mutação do mundo do trabalho, impulsionada com mais vigor pela indústria pós-for-dista. Ela é a ponta de lança de uma transformação profunda “que abole o trabalho, abole o assalariado e tende a reduzir a 2% a parte da população ativa, capaz de assegurar a totalidade da produção material”. Ou seja, “a economia, cada vez menos, necessita do trabalho. Objetivamente, o trabalho perde a sua ‘centralidade’”.

Desse modo, é possível afirmar que a sociedade do trabalho só existe no imaginário das pessoas, porque todas as forças estabelecidas se opõem a reconhecer esta perda da centralidade do trabalho, e tudo o que ele implica, pois o poder sem entraves que o capital conquistou sobre o trabalho, sobre a sociedade e sobre a vida de todos visa precisamente a isto: que o “trabalho” conserve na vida e na consciência de cada um, a sua centralidade, ainda que ele seja massivamente eliminado, economizado e abolido em todos os níveis da produção. A glorificação teórica do trabalho resultou na efetiva transformação de toda a sociedade numa sociedade de trabalhadores, numa “sociedade operária”. Ao fazer isso, ela passou a entender o trabalho como emprego, isto é, o trabalho só é “trabalho”, quando é pago. Assim, todos, desempregados e precários em potencial, são incitados a se bater por este “trabalho” que o capital aboliu. Cada passeata, cada cartaz que exige “Nós queremos trabalho” proclama a vitória do

capital sobre uma humanidade subjugada de trabalhadores que não são mais, e que não podem ser, outra coisa”. Eis, portanto, o centro do problema e o núcleo do conflito: trata-se de desconectar do “trabalho” o direito de ter direitos e, especialmente, o direito ao que é produzido e produzível sem trabalho, ou com cada vez menos trabalho. Trata-se de reconhecer que nem o direito a um rendimento, nem o direito à cidadania plena, nem a realização e a identidade de cada um podem mais ser centradas no emprego e depender de ter um emprego. Trata-se, conseqüentemente, de mudar a sociedade.

Se o “trabalho” não perder a sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos, este conflito não será solucionado. É precisamente isso que todos os poderes estabelecidos e todas as forças dominantes se empenham em impedir, com o auxílio de especialistas e ideólogos que negam que o “trabalho” esteja em processo rápido de eliminação. O lugar do trabalho na imaginação de todos, na imagem deles mesmos e do futuro possível é o início de um conflito profundamente político: de uma luta pelo poder.

Além disso, temos que reconhecer que há um conflito entre a reprodução da humanidade e da Terra. O nosso planeta suporta, cada vez menos, o nosso crescimento, enquanto nossas sociedades têm, cada vez mais, necessidade dele. Para gerar emprego, renda, é necessário mais consumo que, por sua vez, gera mais produção, que gera mais renda do trabalho e de novo mais consumo e assim vai se constituindo o círculo vicioso da economia. No entanto, o consumo mundial se desenvolveu a um ritmo sem precedentes no decorrer do século XX. A dinâmica consumo-pobreza-desigualdade-degradação ambiental se acelera. Se não houver uma redistribuição entre os consumidores de alta e baixa renda, se não se abandonarem os produtos e procedimentos de produção poluidores, se não se favorecerem as mercadorias que são necessárias para os pobres e se o consumo ostentatório não deixar espaço à satisfação das necessidades essenciais – os problemas colocados hoje pela relação entre consumo e desenvolvimento humano se agravarão.

A esperança de garantir a sobrevivência da humanidade como espécie, assim como a esperança de que, em algum momento do futuro, uma parte razoável dos seres humanos possa atingir uma qualidade de vida semelhante ao atual padrão do cidadão médio norte-americano ou europeu, duas esperanças que alimentam os sonhos de grande parte da população, são seriamente questionadas. Não há nenhuma segurança sobre essas hipóteses. A primeira dependerá de um enorme esforço conjunto de toda a raça humana. A segunda tem toda a chance de ser uma falsa premissa. Ou seja, elevar ao nível médio norte-americano a qualidade de vida da população atual da Terra já exigiria os recursos naturais de vários planetas iguais ao nosso. Nos mesmos níveis de consumo e desperdício, mesmo que apenas uma parte das nações fosse bem-sucedida nesse intento, o choque ambiental decorrente liquidaria a vida humana.

Por isso, a crítica do trabalho, com base na crise ecológica, implica a crítica radical da submissão da sociedade à racionalidade econômica. Emerge aqui a discussão dos limites. A necessidade de pensar os limites a serem impostos ao mercado é *conditio sine qua non* para evitar a desagregação da sociedade e a destruição da biosfera. A delimitação dos limites dentre os quais a racionalidade econômica deve operar é, aliás, o problema central da sociedade capitalista desde o seu início. A subordinação do econômico à sociedade, isto é, a atividade econômica a serviço dos fins que a superam e fundamentam a sua utilidade, dando-lhe um sentido, eis o núcleo da crítica que emerge da crise da sociedade do trabalho e da crise ecológica.

Para que o desenvolvimento da economia e a própria concepção de trabalho ajude na preservação do ecossistema e da própria humanidade, é necessária uma mudança radical no estilo ocidental moderno de consumo que obstaculiza a autolimitação das necessidades que poderia nos levar à autoprodução e à livre escolha do tempo de trabalho. A autolimitação das necessidades deve ser vista e percebida pelas pessoas como reconquista da autonomia dos seres humanos, graças ao reorientamento democrático do desenvolvimento eco-

nômico, com redução simultânea do tempo de trabalho e a extensão das possibilidades de auto-produção cooperativa e associativa. Uma sociedade que define o bem como a satisfação máxima pelo maior consumo de bens e serviços industriais do maior número de pessoas, mutila, de modo intolerável, a autonomia do indivíduo. Um tempo de trabalho cada vez mais reduzido e flexível pode possibilitar a criação de uma esfera crescente de vida comunitária, de cooperação voluntária e auto-organizada, de atividades autodeterminadas sempre mais extensas. Somente por este caminho se evitará que a redução do volume de trabalho necessário ao sistema econômico se transforme em desemprego, desintegração e “brasilianização” da sociedade.

Uma sociedade sustentável é possível na medida em que libertamos o pensamento e a imaginação dos lugares-comuns do discurso social dominante, ousando pensar as potencialidades de outras experiências exemplares que apostam, efetivamente, em outros modos de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade, de vida. Trata-se de alargar ao máximo os espaços e os meios

que permitem a produção de socialidades alternativas, de modos de vida, de cooperação e de atividades que se subtraem aos dispositivos do poder do capital e do Estado. Assim, novos direitos e uma nova liberdade emergem como possibilidade, como, por exemplo: o direito de cada um de ganhar a vida trabalhando, mas trabalhando menos e melhor, recebendo por inteiro a sua parte da riqueza socialmente produzida. Um outro direito seria o de trabalhar de modo descontínuo, intermitente, sem perder durante estas pausas a renda plena, de modo que possa abrir novos espaços às atividades sem fim econômico e reconhecer a estas atividades uma dignidade e um valor eminente, seja para os indivíduos, seja para a sociedade. Para isso, o desafio é articular políticas que tendam a garantir a todos e todas uma renda suficiente, combinando a redistribuição do trabalho e o controle individual e coletivo do tempo e favorecendo o florescimento de novas socialidades, de novos modos de cooperação e de troca pelos quais os laços sociais e da coesão social possam ser criados para além do assalariamento.

Dr. Inácio Neutzling<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Inácio Neutzling é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia N<sup>o</sup> S<sup>a</sup> Medianeira (FASP-SP), graduado em Teologia (Unisinos), mestre em Teologia (PUC-Rio), doutor em Teologia pela Pontifícia Universitá Gregoriana – Itália. Sua tese teve o título: *O Reino de Deus e os Pobres. As implicações ético-teológicas para o agir cristão*. São Paulo: Loyola, 1986. É autor do artigo **Sociedade do Trabalho e Sociedade Sustentável: algumas aproximações**. In: Cecília Osowski e José Luiz Bica de Mélo (Orgs.). *O ensino Social da Igreja e a Globalização*. São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 37-82.

## O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos

---

Por Marco Aurélio Santana

Marco Aurélio Santana é professor de Sociologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. cursou o Mestrado em Ciências Sociais na UNIRIO, onde também concluiu o Doutorado em Sociologia e Antropologia, com a tese intitulada *Esquerda e Sindicalismo no Brasil: o PCB (1945-1992)*. Santana é autor de diversos livros, em parceria com SOUZA, D. B.; DELUIZ, N.; RAMALHO, José Ricardo; THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde, entre os quais destacamos: **Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro, Quartet, 1999. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; MMSD/UNIRIO, 2001. **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. **Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

### Introdução

As últimas três décadas do século XX foram palco de transformações rápidas e radicais que varreram a sociedade contemporânea e cujas reverberações vão sendo sentidas até hoje. Podemos dizer que as épocas de crise e de mudança sempre se prestaram ao aparecimento de prognósticos e avaliações que, por estarem embasados em uma realidade movediça, muitas vezes, acabam por indicar

mais as (des)esperanças ou expectativas dos avaliadores do que cenários realmente existentes. Nos dias atuais, temos, no mercado de análises, um espectro de posições bastante díspares acerca das transformações sofridas pela sociedade em geral e pelo mundo do trabalho em particular. Tais análises têm como um dos dados principais de diferenciação a qualificação dos cursos e sentidos dessas mudanças. Para onde nos levariam?

Este artigo visa a indicar alguns eixos das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e seus impactos na vida social. Nesse sentido, tomaremos como foco as mudanças nos processos de trabalho, nas formas de contratação e regulação do trabalho e aqueles que seriam seus novos requerimentos em termos de qualificação dos trabalhadores. Não teremos espaço, no âmbito deste trabalho, para um tratamento em maior extensão e aprofundamento de todos os aspectos da questão. Ficaremos bastante próximos da abordagem ensaística.

### Mudanças no cenário global

As transformações no mundo do trabalho vêm afetando, de modo intenso, as sociedades industriais em todo o mundo. Formas de produção, consideradas superadas pelo desenvolvimento de um capitalismo monopolista, retornam numa outra dimensão, reincorporadas a uma lógica de acumulação que enfatiza a competitividade e a qualidade. O processo de reestruturação das atividades produtivas, principalmente a partir da década de 1970, inclui inovações tecnológicas e novas

formas de gestão da força de trabalho. O resultado tem sido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as instituições de defesa dos trabalhadores.

Essa reestruturação, no entanto, vista por muitos como inevitável na racionalidade do mercado, tem trazido também graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Ao mesmo tempo que os índices de desemprego se tornam elevados, inclusive nas economias centrais, em muitos países do mundo, se aplica uma política de desmantelamento da ação do estado nas áreas sociais. Nos países subdesenvolvidos, a flexibilização das relações de trabalho só faz aumentar o mercado de trabalho informal e o desemprego.

Fala-se em “globalização” da produção industrial. De fato, as empresas multinacionais, em busca de maiores taxas de lucro, estendem sua presença por regiões geográficas e econômicas que oferecem uma força de trabalho com salários baixos e menos dispêndios com benefícios sociais.

No que se refere a inovações tecnológicas e de gestão, estratégias derivadas do chamado “modelo japonês”, embora efetivas em apenas algumas grandes empresas no próprio Japão, vêm sendo anunciadas como solução para todos os males resultantes da falta de competitividade e das dificuldades no controle da força de trabalho. Novas formas de gestão se associam ao anúncio da “modernidade”. No Brasil e na América Latina, aparecem como o caminho inexorável da produção industrial e expressões, como “qualidade total”, *just in time*, etc. passam, de repente, a fazer parte do vocabulário das empresas, que impingem aos trabalhadores um discurso “civilizador” sobre a necessidade de aderir aos novos tempos.

A exigência de maior competitividade vem introduzindo estratégias de racionalização e redução de custos com sérias conseqüências para os níveis de emprego. Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam estabilidade, se reduziram drasticamente. A insegurança passou a fazer parte

do cotidiano do assalariado que detém algum tipo de emprego formal. Formas precárias de trabalho, de subcontratação, passaram a ser utilizadas como norma, incorporando-se às práticas das empresas. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança, e o trabalho informal tornou-se uma alternativa freqüente para os excluídos do mercado de trabalho formalizado, principalmente nos países subdesenvolvidos.

De forma bastante esquemática, poderíamos indicar, à guisa de introdução, as principais transformações na esfera produtiva:

- em um cenário crescentemente globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada *lean production*);
- a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível;
- a parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada de outras empresas (ou terceirizada);
- o setor industrial perde volume diante do setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho;
- na esfera sociopolítica, os sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de uma realidade marcada pelo grande porte, pela exterioridade às empresas, pela rigidez e pelo enfrentamento direto, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização e a uma dificuldade de competir em velocidade e adequação aos impasses trazidos pela nova realidade. Junte-se a isso o desemprego e a informalização que corroem grandemente o poder de agenciamento das instituições sindicais.

Em meio a tantas mudanças, nem mesmo a idéia de Estado permaneceu intocada. Pelo me-

nos desde o segundo pós-guerra, era visão corrente a idéia de que o Estado deveria cumprir não só tarefas referentes ao controle e regulação da economia, mas também de assegurar bem-estar social aos cidadãos (daí o nome *welfare state*), o que o sobrecarregaria de outros atributos redistributivos. Foi através deste tipo de formulação que o Estado se encarregou do que seriam encargos sociais ligados, por exemplo, à educação e à saúde.

Nesse momento de crise da sociedade industrial, passa-se a argumentar que o Estado deve restringir sua intervenção na economia e nos setores sociais. O Estado de bem-estar social ou Estado Providência deveria ceder lugar a um novo formato de Estado, o chamado Estado mínimo.

Segundo esta lógica, o Estado deveria reduzir sua inserção na economia, privatizando suas empresas, enxugando seus quadros e repassando ao setor privado a tarefa de gerir a economia sem muitas regulamentações que impedissem o livre trânsito econômico. Mais ainda, quanto ao que seriam as inserções sociais do Estado, deveria imperar a chamada lógica do mercado, de modo que deixasse de pesar sobre os ombros dos agentes econômicos e dos próprios cidadãos, tornando-se mais ágil e dinâmico.

Com este quadro de transformações, Claus Offe lançou seu questionamento acerca da validade de se manter a centralidade da categoria trabalho como chave para o entendimento sociológico. Segundo ele, o trabalho estaria deixando de situar-se como o fato social principal. Dessa forma, as esferas do trabalho e da produção diminuiriam radicalmente sua capacidade de estruturação e de organização da vida social, abrindo espaço para novos campos de ação, caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade.

Podemos perceber, então, que, diante desse novo contexto, exige-se cada vez mais explicações da parte dos atores envolvidos, e da parte dos pesquisadores que lidam com temáticas centradas, de alguma maneira, no mundo do trabalho. Em um momento no qual, em escala planetária, a humanidade passa por processos que levam a transformações materiais e simbólicas, a velocidade verti-

ginosa com que muda a realidade tem dificultado ainda mais a sua compreensão e interpretação. O quadro se agrava ao percebermos que se pode estar tentando este movimento com ferramentas teóricas ultrapassadas e que quaisquer formas de proposição e intervenção prático-política dependem de análises e conceituações mais precisas.

A sociologia do trabalho, buscando dar conta das transformações quantitativas e qualitativas por que passa o mundo do trabalho, tem levantado uma série de hipóteses com relação às origens, o desenvolvimento e os destinos destas mudanças. Essas alterações foram conceituadas por uns como especialização flexível e por outros como um novo conceito de produção. Além disso, já foram analisadas pela escola da regulação francesa e pelos teóricos do pós-fordismo.

O debate gira em torno da crise e continuidade do sistema de produção denominado fordismo, da emergência e vigência de uma nova forma produtiva, vinculada a novos padrões de demanda – a especialização flexível – e dos limites e possibilidades de expansão desta nova forma produtiva, muitas vezes identificada com os processos que lhes serviram de base, o toyotismo ou o modelo japonês.

Sobressai, no debate, a preocupação com o lugar dos trabalhadores em meio à turbulência atual. Uma grande atenção é dada ao processo de qualificação/desqualificação ao qual estariam submetidos os trabalhadores no processo produtivo, sobre o que se esperaria deles nesses novos processos, e como seriam suas formas de inserção. Além disso, para completar, que tipo de respostas os trabalhadores podem dar em um quadro como este?

As interpretações oriundas de tais análises são importantes, na medida em que constroem um mapa que pode servir de orientação na leitura de processos em curso. As novas formas de gestão do trabalho e da produção têm se implantado, ainda que, de forma desigual, ao redor do globo. Caberia discutir agora algumas linhas interpretativas das transformações mundiais e indicar de que forma as alterações nas lógicas da produção e do trabalho têm se dado na realidade brasileira.

### **A crise do fordismo e a especialização flexível**

Os estudos voltados à temática do trabalho, tentando dar conta das transformações do sistema fordista, têm apresentado, para além de algumas especificidades, posições variadas que podem ser agrupadas em dois conjuntos: aqueles que defendem a existência de um movimento de superação do fordismo, apontando novos rumos possíveis; e aqueles que sustentam que as mudanças são uma readaptação e um ajuste ante a crise do sistema produtivo.

Ambas as posições concordam que as mudanças estão relacionadas com uma crise no sistema fordista. É neste contexto que se confrontam noções, tais como as de especialização flexível e de neofordismo, e que também se verifica que tanto o entendimento da crise como seus possíveis desdobramentos têm relação direta com a definição do que vem a ser o sistema fordista.

Como lembra David Harvey (1993), a implantação do fordismo é muito mais complexa do que faz supor a mera apropriação do nome de Henry Ford para o processo. Sem desqualificar o papel de Ford que introduziu o sistema de um dia de trabalho de oito horas com o pagamento de cinco dólares aos trabalhadores da linha automática de montagem de carros de sua fábrica neste processo, ele, na verdade, articulou, de forma singular, certas tendências correntes à época.

Para além do uso de inovações tecnológicas e organizacionais, bem como do formato corporativo nos empreendimentos de que Ford se apropriou e que já estavam em curso, muitos desde o século XIX, vale lembrar a apropriação que ele faz das idéias de Frederik W. Taylor, centradas na noção de administração científica. Taylor, julgando o trabalhador um ser indolente (natural ou intencionalmente), advogava uma radicalização do processo de separação entre a concepção e a execução do trabalho (à gerência caberia o trabalho intelectual, e ao trabalhador, o manual). Defendia uma decomposição minuciosa do processo de trabalho em movimentos e tarefas fragmentadas e rigidamente controladas pelo tempo, resultando em um maior grau de hierarquização e desqualificação no interior do processo de trabalho. Tudo

isso, disposto em uma linha de montagem e com recompensa salarial separada do esforço empreendido pelo trabalhador.

Desta forma, se articulam, como idéias formadoras da singularidade do fordismo, a separação entre concepção/execução, a fragmentação/rotinização/ esvaziamento das tarefas; a noção de um homem/uma tarefa com especialização desqualificante; o controle do tempo de execução das tarefas estritamente orientadas por normas operacionais em um processo onde a disciplina se torna o eixo central da qualificação requerida; pouca ou nenhuma aceitação do saber dos trabalhadores, tendo em vista contribuir para a melhoria do processo produtivo, e, conseqüentemente, do produto; e produção em massa de bens a preços cada vez menores para um mercado também de massa.

O exíguo aproveitamento do saber operário teria como rebatimento político-organizacional o fato de que os sindicatos, embora aceitos, fossem pensados sempre como corpos estranhos, essencialmente oponentes e externos à produção, e interessados em estimular o choque de interesses antagônicos entre empregadores e empregados.

Por mais geral que seja a forma pela qual tentemos reconstruir as características do sistema fordista, dependendo do caminho escolhido, podemos refazê-lo de outras maneiras, acrescentando, retirando ou realçando certas noções. É exatamente pela distinção no entendimento da definição do sistema fordista, de sua crise e de seu destino que podemos lançar luz sobre as noções e posições no debate. Isso se faz mais facilmente tendo como pano de fundo aquilo que seria o paradigma da especialização flexível, sistema produtivo que teria superado o paradigma fordista ou pelo menos, em meio à crise, estaria em vias de superá-lo. Para além da sentida fluidez e amplitude na qualificação de processos que caracterizam a chamada especialização flexível – levando-se ao risco de que esta própria conceituação permita dizer qualquer coisa que se deseje –, algumas características podem ser identificadas.

Para este paradigma, tendo Michael Piore e Charles Sabel, no livro *The second industrial divide* (1984), como autores de ponta, a crise do sistema fordista foi deflagrada no pólo do sistema que

é externo à produção, isto é, na demanda e no consumo, os quais, ao se instituírem sobre novos padrões de exigência, tornaram o fordismo obsoleto a partir de uma de suas bases. A produção em massa, verticalizada, de produtos estandardizados, teria se defrontado com mercados cada vez mais saturados. Não foi, porém, apenas neste nível que teria havido um estrangulamento. A partir dos anos de 1970, outros mecanismos institucionais que davam suporte ao sistema, como as formas creditícias e a própria noção de estado de bem-estar, só para dar alguns exemplos, também começaram a ser repensadas e restringidas.

A resposta à crise não surgia de elementos totalmente inusitados; antes, viria de uma certa recuperação de formas produtivas que sucumbiram, sem se extinguirem, diante do sistema fordista. Aquilo que poderíamos chamar de sistema de manufatura, concorreu com idéias que se articulariam mais tarde no fordismo e, devido, sobretudo, à intervenção de ordem política, sustentada pela visão evolutiva com seu rebatimento tecnológico, acabou sendo derrotada, embora continuasse a existir ao longo do tempo em experiências isoladas.

As idéias do sistema de manufatura, nesse novo contexto, auxiliariam teoricamente a compreensão das transformações pelas quais passamos e, na prática, se implementadas, poderiam levar à superação da crise da produção em massa. Se fizermos um recorte na teoria da especialização flexível e tomássemos, como indicamos, a saturação dos mercados e seus novos padrões de exigência como marco de partida, perceberíamos um dos pontos nodais de inflexão do sistema fordista. Sem seus amplos espaços de mercado, tendo que se adaptar à busca de nichos em um grau de concorrência extrema, as empresas teriam que produzir com versatilidade e qualidade.

A produção de bens estandardizados precisaria buscar uma tecnologia, um complexo homem/máquina, flexível. Às máquinas e ferramentas flexíveis se agregariam trabalhadores flexíveis. A flexibilização no processo de trabalho imporá o deslocamento da relação um homem/um posto/uma tarefa e a aproximação das etapas concepção, execução e controle, baseando-se na incorporação progressiva da competência dos trabalhadores no processo produtivo. Ao trabalhador

parcializado e semidesqualificado ou desqualificado do fordismo, se contrapunha o trabalhador “coletivo”, organizado em grupos ou “ilhas” que, com a redução da hierarquia gerencial no interior do processo e, muitas vezes, subsidiado pelo suporte microeletrônico, passa a ter sobre si a responsabilidade de agir qualificadamente sobre pontos diversos do processo.

Estes ajustes se estabeleceriam também na estrutura das próprias firmas. Seria sensível uma desverticalização organizacional (desmembramento da empresa faz tudo), baseada na focalização em processos e produtos, com respectiva redução no porte e no número dos trabalhadores. Esta desverticalização ou, em muitos casos, descentralização (conforme ocorrido na experiência italiana), baseando-se na cooperação e na confiança, estabeleceria um vínculo interempresas, forçando uma relação mais estreita entre comprador e fornecedor; tendo como pontos principais as noções de qualidade e rapidez, esta última fundamental, tendo em vista que um dos aspectos essenciais do processo é o *just in time*, isto é, a capacidade de operar com estoques reduzidos de matéria-prima com *inputs* regulados no tempo.

Tendo em vista a inter-relação e a velocidade das trocas e dos fornecimentos, a proximidade geográfica tornou-se ponto essencial, e a constituição de distritos industriais passou a ser uma tendência mundial. Como exemplo destes procedimentos, temos as experiências concretas das pequenas e médias empresas da região da Emilia Romana, a chamada “Terceira Itália”; da planta da Volvo, em Kalmar, na Suécia; e do fenômeno mais marcante, a experiência da Toyota, no Japão.

Conforme já assinalamos, este tipo ideal de desenvolvimento industrial, puro na teoria, possui forma híbrida na realidade. Nesses termos é que vários autores percebem uma série de possibilidades de implantação e coabitação de processos produtivos. Se a noção de especialização flexível, de alguma forma se encontra presente nas condições identificadas com o chamado pós-fordismo, ela não o esgota. Um problema é que as chamadas teorias pós-fordistas são tratadas homoganeamente, não se dando atenção suficiente às suas diferentes raízes e implicações.

## Processo de trabalho e qualificação: da degradação às competências

O debate acerca das modificações no mundo do trabalho tem, como um de seus pontos centrais, aquele que se refere ao papel desempenhado pelos trabalhadores no processo produtivo. As mudanças em curso abriram uma série de indagações acerca dos impactos que trariam para as funções operárias na produção.

O livro *Trabalho e Capital Monopolista* (1977), de Harry Braverman, serviu, ao longo de muitos anos, como lente de análise para a compreensão das inserções dos trabalhadores no processo produtivo. Ele partia da idéia de que o trabalho nos marcos do sistema capitalista de produção era degradado. Haveria uma tendência inexorável no interior do processo de trabalho que levaria a uma desqualificação progressiva, como consequência do aprofundamento da divisão do trabalho no capitalismo. Este processo simplificaria ao máximo as tarefas, exigindo-se maior especialização parcial; e menor, ou reduzida, qualificação global.

Segundo este autor, o modo de produção capitalista destrói, sistematicamente, todas as perícias à sua volta, dando nascimento a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. Toda fase do processo de trabalho é divorciada do conhecimento e preparo especial, sendo reduzida a simples trabalho. Nesse ínterim, as poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento, são isentas, tanto quanto possível, da obrigação de simples trabalho.

Assim, a modernização tecnológica produziria, no processo de trabalho, dois setores polarizados em termos de suas qualificações: de um lado, um pequeno setor de trabalhadores altamente qualificados; de outro, toda uma massa de trabalhadores desqualificados. Isso se agravaria com a introdução de novas tecnologias que, ao reforçarem os delineamentos da divisão do trabalho, intensificariam a desqualificação da força de trabalho. No processo de trabalho capitalista, se quebraria a unidade natural do trabalho, separando-se a concepção da execução.

Frutos de tal separação, teríamos a desqualificação e o controle, marcando a inserção dos

trabalhadores no processo de produção capitalista. Ambos visariam a assegurar a subordinação real do trabalho, convertendo força de trabalho em trabalho real. Além disso, para os trabalhadores, significariam a redução de seu grau de interferência/resistência, individual ou coletiva, no processo.

As gerências teriam aí um papel destacado no sentido de controlar o trabalho e garantir que a lógica geral se efetivasse. O aumento do controle gerencial se daria com a correlata diminuição da influência operária sobre os meios e a natureza da produção. O controle sobre o processo de trabalho passaria das mãos operárias para a dos capitalistas, promovendo uma alienação cada vez maior dos trabalhadores frente ao processo produtivo.

Apesar da análise de Braverman referir-se a um momento no qual o mundo das técnicas de produção dava passos iniciais em termos de sua automação e informatização; nem por isso, suas idéias deixaram de vigorar no cenário atual de transformações, já que, para alguns autores, o mesmo aparato conceitual pode ser usado em ambos os cenários. Para esta perspectiva, as novas formas organizacionais ou tecnológicas surgiriam exatamente da exigência de renovação das técnicas de controle sobre o trabalho, em um contexto no qual o trabalho parcelado e repetitivo entra em crise de eficiência.

Devemos assinalar, contudo, que outras pesquisas indicam que as mudanças no mundo do trabalho trazem consigo fenômenos que podem ser relativos a outros processos que não o da desqualificação. É interessante notar que, em alguns casos, tais pesquisas foram realizadas por autores que antes defendiam a visão da polarização das qualificações. Para Horst Kern e Michael Schumann (1984), por exemplo, a racionalização na produção capitalista teria atingido tal ponto que as gerências só conseguiriam aumentar a eficiência do trabalho se flexibilizassem os rígidos contornos da divisão do trabalho. Eles vão questionar a idéia de que só pela redução radical do trabalho vivo e/ou pela desqualificação, se conseguiria obter o máximo de eficiência.

Esses mesmos autores chegaram a defender a idéia de que nem o mercado, nem o produto, no

estágio de racionalização da indústria, poderiam se compatibilizar com o padrão de racionalização do modelo taylorista-fordista. O incremento da valorização do capital não poderia mais se dar sem uma nova forma de conceber a utilização da mão-de-obra.

Nesse quadro, a introdução de novos conceitos produtivos garantiria a tendência, diferentemente do paradigma anterior, para a formação e reprofissionalização da mão-de-obra industrial, bem como para o esmaecimento da rígida divisão do trabalho. Assim, este novo conceito de produção, representaria uma ruptura com o taylorismo e o fordismo, possibilitando indagar se isso não significaria o próprio fim da divisão do trabalho.

Em muitos estudos, o chamado modelo japonês virou referência como exemplo maior dos efeitos qualificadores do novo paradigma produtivo que estaria suplantando o fordismo. A forma de organização do trabalho, em algumas empresas japonesas, estaria fundada em um trabalho cooperativo, de equipe, com ausência de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho sob prescrição individual. Dessa forma, teríamos, como efeito central, o surgimento da polivalência, com rotatividade das tarefas.

O trabalhador dessas empresas japonesas seria, portanto, o exemplo da polivalência e multifuncionalidade, dando conta dos mais variados aspectos da produção, tais como fabricação, manutenção, controle de qualidade e gestão da produção. As qualificações exigidas neste novo modelo produtivo contrastariam com a lógica geral taylorista, na medida em que se exigiria do trabalhador a capacidade de pensar, ter iniciativa e decidir.

Na literatura pertinente, percebemos que uma larga parcela de pesquisadores, apesar das diferenças, tem aceitado o fato de que, neste novo quadro produtivo, a qualificação dos trabalhadores seria uma exigência central para a reprodução do sistema, assim como a desqualificação o fora para o momento anterior.

A exigência destas novas qualificações teria colocado em questão a própria maneira de se conceber a noção de qualificação. Helena Hirata (1994) afirma já se reconhecer que os componentes implícitos e não-organizados da qualificação

desempenham papel também importante junto aos componentes organizados e explícitos, como educação escolar, formação técnica e educação profissional.

Todo este processo levaria, em termos teóricos, a uma quase superação da tese da polarização das qualificações, dando surgimento ao chamado modelo da competência. Este poderia ser definido como um novo modelo, pós-taylorista, de qualificação, no estágio de adoção de um novo modelo, pós-taylorista, de organização do trabalho e de gestão da produção. Nele, a qualificação real dos trabalhadores passa a constituir-se a partir de características, tais como o conjunto de competências implementados no trabalho, articulando vários saberes, que seriam advindos de múltiplas esferas.

As empresas passariam a utilizar e apropriar-se das aquisições individuais da formação, sobretudo escolar. O modelo da competência, que parece assumir espaço central no debate, ainda está marcado por controvérsias. Para alguns autores, entre eles, Helena Hirata (1994), a noção de competência estaria perdendo a multidimensionalidade contida na noção de qualificação e estaria marcada, política e ideologicamente, por sua origem (discurso empresarial), deixando de lado a idéia de relação social, essencial na definição do conceito de qualificação.

Tendo tal indicação em vista, podemos identificar alguns problemas no tocante à inserção dos trabalhadores no processo produtivo gerenciado pela competência. Ela pode reduzir-se a formas que visem a adequar, pura e simplesmente, a formação ao atendimento dos interesses e necessidades do capital, dando mais importância aos resultados do que ao seu processo de construção. Além disso, a inserção dos trabalhadores no processo pode se dar sob um ponto de vista individualizante. No quadro geral da ação e organização dos trabalhadores, isso pode representar um grande problema, já que acordos individualizados acabam por enfraquecer as práticas e ações coletivas, minando o poder sindical.

O pressuposto do aumento progressivo dos requisitos de qualificação no novo paradigma produtivo, associado ao aumento do desemprego, le-

vou alguns analistas à criação do conceito de empregabilidade. Em torno de tal noção, que toca também ao universo do mercado de trabalho, tem transcorrido parte do debate mais recente sobre a questão da qualificação versus desqualificação. Empregabilidade poderia ser definida como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego, quando demitida, em suma, tornar-se empregável.

Na visão de Marcia Leite (1997), a noção de empregabilidade seria um deslocamento da idéia de que o desemprego se daria pelo descompasso entre a população economicamente ativa e a oferta de trabalho. O desemprego seria, para esta nova visão, o resultado das inadequações desta população às exigências de qualificação do novo paradigma produtivo. A oferta de trabalho estaria garantida para toda a população economicamente ativa, conquanto houvesse uma adaptação às demandas da nova situação.

Alguns argumentos, no entanto, identificam fragilidades na noção de empregabilidade. Um deles se refere ao fato de que, apesar de todos os investimentos feitos na qualificação profissional, não se tem conseguido atenuar as tendências do desemprego. A idéia de que a educação, como uma panacéia, seria a saída para este quadro não tem sustentação ao observarmos o número de pessoas capacitadas, com terceiro grau de escolaridade, que tem encontrado dificuldades para encontrar emprego. Além disso, o treinamento puro e simples da mão-de-obra não parece ter sido suficiente para aumentar as ofertas de trabalho.

Mais delicada ainda é a ênfase na responsabilidade individual do trabalhador por sua situação de desemprego. A partir do momento em que se coloca sobre os ombros do desempregado a responsabilidade de tornar-se empregável, acaba-se por justificar sua exclusão do mercado de trabalho pelo fato de ser inadequado quanto às demandas de qualificação exigidas.

## O caso brasileiro

O Brasil não escapou, nos anos de 1990, da onda de reestruturação produtiva que já vinha

ocorrendo no mundo industrializado. Novas formas de gestão do trabalho, flexibilização, terceirização, entre outras práticas, têm sido experimentadas pelas empresas brasileiras.

É verdade que isso vem ocorrendo de modo desigual, e se já é possível identificar alterações no processo produtivo propriamente dito, na maioria dos casos, podemos constatar que as novas estratégias empresariais têm se preocupado mais em cortar custos, eliminando, em definitivo, postos de trabalho, como demonstrado em José Ricardo Ramalho e Heloísa Martins (1994). A precarização do trabalho pode ser considerada uma tendência que se afirma com a abertura de mercado e o aumento da competitividade, além de haver uma tendência à perda na qualidade do emprego e das relações de trabalho.

Para além da quase eterna discussão teórica sobre a possibilidade de transferência de modelos de uma realidade à outra, percebemos que, na prática dos indivíduos, há uma busca incansável de exemplos ou experiências que orientem ações, mesmo que em contextos renovados. É sensível na realidade brasileira dos últimos anos, a tentativa por setores empresariais da implantação de novas técnicas de organização e gestão do trabalho e da produção. Ainda que visem ao chamado modelo japonês, acabam por contextualizá-lo em termos de interesses empresariais de curto prazo e/ou da situação nacional, muitas vezes, usando isoladamente métodos e técnicas que antes, articulados, compunham o modelo.

O contexto brasileiro não chega a ser o da crise clássica do fordismo em suas claras referências ao mercado saturado. Aqui, o contexto das inovações tem relação direta com a tentativa de acesso ao mercado mundial e seus padrões de preço e qualidade dos produtos e a abertura comercial atabalhoada promovida durante o governo de Fernando Collor. Este processo forçou à competitividade uma economia em grande parte, senão em sua totalidade, desenvolvida sob o guarda-chuva protecionista. A estreiteza de mercado interno impôs também sua contribuição a esse contexto, tendo em vista que, apesar de potencialmente amplo, ele é altamente restringido pela concentração de renda, que transforma o

quantitativo em qualitativo, abrindo janelas, nichos de espaços de consumo e alta lucratividade, duramente disputadas.

Na disputa de tais espaços, entretanto, as empresas estão precisando lidar, nem sempre de forma satisfatória, com problemas que lhes são tanto de ordem interna como externa. Haveria um escasso dinamismo tecnológico e um correlato atraso relativo da indústria brasileira. Conforme já constatado por Ruy de Quadros Carvalho (1994), isso poderia ser explicado por um padrão de industrialização, marcado pela exploração predatória de mão-de-obra barata e de recursos naturais abundantes e pela manutenção de um protecionismo generalizado e ilimitado no tempo.

Deste quadro, resultariam a permanência de processos de trabalho convencionais com pouco espaço e aceitação da inovação e o uso predatório de uma força de trabalho pouco qualificada, que por isso justificaria seu baixo salário.

No que diz respeito à baixa qualificação e até mesmo à baixa escolaridade da força de trabalho no País, muitas vezes, utilizada como argumento justificativo dos obstáculos à modernização, devemos chamar a atenção para o fato de que as mesmas foram resultado, entre outros fatores, de uma demanda que vinha sendo formada de há muito, por um processo de recrutamento taylorista.

Porém, apesar das limitações, a flexibilização vai ganhando espaço no mundo da produção. Entretanto, isso se dá de forma bastante desigual entre setores produtivos e esferas de relação (empresa, inter-empresa, regulamentação do trabalho, etc.), com resultados também variados.

De forma geral, se observarmos a tentativa de implementação da flexibilização via introdução de métodos e técnicas do que já foi chamado de nova escola de gestão da produção (modelo japonês), perceberemos que ela tem enfrentado barreiras, que vão desde o interior fabril até a regulação geral, por parte da intervenção do Estado (ausência de infra-estrutura, política industrial, investimento em qualificação profissional, política salarial, etc.).

Assim, como constatado por Mário Salerno (1993), a flexibilização na produção foi marcada pela introdução de sistemas, tais como o *just in*

*time*, *kan-ban* e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), muitas vezes, isoladamente e com seu sentido transformado. O trabalho, como regra, continuou tendo prescrição individual, via carta de processos, roteiros de fabricação ou ordens orais. A polivalência pareceu ser antes multitarefa do mesmo teor que um desenvolvimento de múltiplas habilidades por uma força de trabalho altamente qualificada.

A isso se agregou o fato de que as gerências apresentaram uma grande dificuldade em incorporar a competência dos trabalhadores no processo, deixando explícita uma longa herança de autoritarismo no interior fabril. Com isso, teríamos o desenvolvimento de um processo que adiciona a adoção de novas técnicas e novos métodos às relações de trabalho retrógradas, que tem por base os baixos salários e a falta de procedimentos que visem à estabilização da mão-de-obra.

A flexibilização avançou muito, aproveitando-se da flexibilidade preexistente, na esfera da contratação do trabalho. Podemos caracterizar este processo como o que John Humphrey (1994) chamou de flexibilidade defensiva, que deixa a organização da produção intocada e aumenta, sobremaneira, a flexibilidade dos contratos de trabalho.

Nesse sentido, vemos pipocar terceirização por todos os lados e das mais variadas formas, intensificando, cada vez mais, o processo de precarização do trabalho. O que está ocorrendo é uma verdadeira exportação de tensões, conflitos e da própria legislação trabalhista para fora das unidades produtivas, já que, mesmo alocados dentro de seu espaço, os terceirizados são trabalhadores de um terceiro. Isso se explicita mais quando as grandes empresas transformam as casas de seus funcionários em minifábricas para familiares e amigos em geral, numa cruel reapropriação do trabalho doméstico, corroendo, entre outras, a legislação trabalhista e a representatividade sindical. Tudo isso, com um pano de fundo caracterizado pelo desemprego ampliado e de longa duração.

Os trabalhadores, na maior parte das vezes, têm tido pouco espaço para expressar suas posições e imprimir um pouco de suas demandas e perspectivas. Em um contexto como esse, a flexibilização tem sido vista com reservas, quando

não rechaçada pelo movimento sindical, que já traz, ao longo de sua história, uma trajetória na qual, pelas circunstâncias, a pró-ação sempre ce-  
deu lugar a propostas reativas e à resistência. Apenas em alguns casos e/ou em alguns setores de ponta, se verifica a intenção de se negociar a implantação das inovações, dando-lhes, inclusive, novos sentidos.

As diferentes forças atuantes no meio sindical de nosso país, conforme as suas orientações político-sindicais, têm tentado enfrentar todas essas questões, apresentando, obviamente, sugestões de caráter variado e, muitas vezes, antagônico. Não existe, até aqui, uma proposta que unifique as diversas posições no movimento sindical no sentido do enfrentamento da crise. Elas possuem leituras diversas do quadro em curso e proposições de intervenção também diferentes. Um dos pontos que tem sido recorrente, e polêmico, no debate no interior do movimento sindical, é a preocupação dos trabalhadores com a qualificação profissional e com a disputa de espaços nessa área, questão da qual esteve afastado durante muito tempo e que, apesar das limitações, foi alçada novamente ao primeiro plano.

### **Buscando alternativas: os trabalhadores e suas organizações**

Embora haja certo consenso na literatura acerca da radicalidade das mudanças em curso e que estas teriam duros efeitos sobre os sindicatos, existe pouco consenso se os impactos seriam tão letais e terminais assim. Uns alegam que há uma crise mundial de sindicalização; outros, qualificando diferentemente os números, apontam o relativismo de tal afirmação. Uns indicam que o legado dos sindicatos como elemento central da representação dos interesses dos trabalhadores está acabado, dando lugar à outras formas identitárias e de representação mais parciais; outros, aceitando, em parte, tal indicação, continuam apontando a importância dos sindicatos na conquista e manutenção de direitos para a classe trabalhadora.

É preciso lembrar que a luta dos trabalhadores através da história, se deu sempre de forma bastante particular e especificada, dependendo, sobretudo, do contexto onde buscava atuar. De certa maneira, a ação dos sindicatos experimentou constantes crises e instabilidades, como é do fundamento da existência de qualquer organização em busca do ajuste e adequação de suas formas de estruturação e intervenção.

A partir disso, podemos dizer que, diante do quadro de mudanças que varrem a sociedade contemporânea, o sindicalismo não poderia ficar parado, como não está. Talvez não esteja se alterando tão rapidamente como gostaríamos, ou projetamos, mas não podemos dizer que outras perspectivas não estejam se abrindo, apontando para diferentes possibilidades. Dentre essas, já são sensíveis as articulações que têm sido promovidas pelos sindicatos dentro e fora de seu universo, buscando incorporar novos temas e demandas, ampliando, assim, suas esferas e formas de ação.

Em um contexto que conjuga informalidade e desemprego, ou, para sermos mais diretos, precarização e aumento da exclusão, em uma lógica que visa a destituir os trabalhadores até mesmo de seus mais elementares direitos, como sobreviveria a máquina de organização sindical sem que muitas de suas premissas sejam alteradas, no sentido de agilizar sua capacidade de dar conta de novas questões, impedindo a corrosão de sua representatividade?

A investigação sociológica sobre a crise do sindicato tem levado também à antecipação de cenários, desdobramentos e tendências para o futuro. As alternativas propostas variam, basicamente, entre os cenários que enfatizam mudanças nas atividades sindicais mais tradicionais de representação coletiva e aquelas que sugerem uma ampliação de atividades no sentido de incluir a representação de trabalhadores desempregados, precarizados ou excluídos do núcleo central da produção e até de um "sindicalismo comunitário que, com outros movimentos sociais, voltar-se-ia para atender às necessidades dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho" (Larangeira, 1998, p.181-3). Isso, a nosso ver, resgataria, em muito,

uma tradição que foi se enfraquecendo ao longo da história do movimento operário mundial, por conta de sua institucionalização.

Tais indicações, baseando-se em experiências concretas, vão apresentando as novas configurações e práticas que o sindicalismo vem assumindo. A idéia de um sindicalismo tipo movimento social, avançada por Moody (1997, p. 5), propõe um sindicalismo mais dinâmico, aberto às novas demandas, de escopo internacional e informado por uma política socialista renovada.

Mais que uma estrutura ou uma área de abrangência e jurisdição, bases da organização do sindicalismo de corte industrial, essa idéia traria, em seu bojo, um tipo de orientação. Esse sindicalismo seria democrático, como a melhor maneira de mobilizar os trabalhadores; militante, no sentido de que perceberia que um recuo em qualquer dos pontos de sua rede de lutas levaria tão somente a mais recuos; lutaria pelo poder e pela organização nos locais de trabalho; seria político, embora agindo independentemente dos partidos; multiplicaria o alcance de seu “poder político e social na articulação com outros sindicatos, organizações de bairro ou outros movimentos sociais”; finalmente, lutaria por todos os oprimidos, ampliando seu poder neste processo.

Indo ainda mais à frente em termos experimentais alternativos, Osterman et al. (2001), em uma análise menos politizada que a de Moody (1997), assinalam que o sindicalismo do futuro deve assumir uma feição de redes ampliadas. Para os autores, “trabalhadores e suas famílias necessitam e merecem uma voz forte, independente e inovativa nos locais de trabalho, em suas comunidades e nas formulações de políticas nacionais” (Idem, p. 96). Este processo vai requerer, além da ampliação de seu escopo, as necessidades e os interesses dos mais variados setores ocupacionais.

Mas, para que este tipo de sindicalismo se torne uma realidade, algumas pré-condições deverão ser preenchidas. Além da mudança nas es-

tratégias de recrutamento e manutenção de membros, no sentido de que terão de recrutar e ficar com os indivíduos ao longo de toda sua trajetória profissional, ao invés de perdê-los assim que mudam ou perdem empregos; deve-se buscar uma modificação nas leis trabalhistas e na cultura gerencial, para que incorporem tal possibilidade, permitindo aos sindicatos cumprirem seu novo papel e garantindo aos trabalhadores a liberdade de organização nos locais de trabalho, a mesma que, aliás, eles já possuem na sociedade civil.

No caso brasileiro, as buscas de alternativas têm apontado também para diversas propostas e direções. Embora ainda se tenha dificuldade de avaliar com maior profundidade os resultados desses esforços, já é possível assinalar o desenvolvimento de experiências múltiplas e variadas, nos diversos setores que compõem o movimento sindical brasileiro. Mesmo que não sejam consensuais, elas servem de indicativo das movimentações no novo quadro, no qual a exclusão social e o desemprego assumem papel de destaque na lista de preocupações do sindicalismo de nosso país. A este respeito, podemos indicar, entre outras:

A tentativa de articulação com outros movimentos sociais, como, por exemplo, os movimentos pela terra, por moradia e outros relativos à cidadania, justiça etc.

A busca da abertura para novos temas e demandas. Tem-se dado, por exemplo, maior ênfase em políticas concretas para as questões de gênero e raça, de cidadania, dentro e fora dos locais de trabalho, e para uma maior atenção à educação dos trabalhadores, a qual agora ultrapassa a formação político-sindical, passando também a discutir a educação geral e profissional.

A incorporação de práticas alternativas de organização e negociação. Isso pode ser visto através de práticas que visam a inserir os sindicatos na luta pelas definições de novas institucionalidades<sup>2</sup>, como as Câmaras Setoriais e tentativas recentes de articulação de organização e ações no âmbito regional (por exemplo, o Mercosul<sup>3</sup>).

<sup>2</sup> A este respeito ver Castro (1997).

<sup>3</sup> Sobre as articulações sindicais no Mercosul e o redimensionamento do sindicalismo latino-americano, ver Castro e Wachendorfer (1998).

Além disso, tem-se intentado sanar uma dificuldade já tradicional de nosso sindicalismo que diz respeito à manutenção de vínculos e organização de trabalhadores desempregados.

A tarefa para os sindicalistas não é das mais fáceis. Terão que, incorporando sua experiência histórica – o que constitui um acervo fundamental –, conseguir analisar e atuar corretamente na conjuntura presente, olhando o futuro de forma aberta e atenta às novas condições. Nesse sentido, muito de sua cultura político-sindical precisa ser colocada em questão. O sindicalismo, para sobreviver, em meio a tantas ameaças reais ou virtuais, necessita não só ampliar seu espectro com outras demandas e preocupações, como também com formas diversas de luta e estruturação. Isso pode lhe oferecer condições de ser mais propositivo e antecipador de cenários, os quais lutará para construir ou obstar.

Desse modo, o sindicalismo continuaria a desempenhar seu importante papel na luta pela conquista e manutenção dos direitos dos trabalhadores, levando em conta incluídos e excluídos do mundo do trabalho. Por certo, não há muitas razões para sermos otimistas, mas nem por isso devemos nos seduzir por um pessimismo paralisante. Nessa nova era das desigualdades em que vivemos, os sindicatos não podem deixar de estar presentes, a um só tempo, garantindo aos trabalhadores um lugar digno na sociedade e pleiteando um mundo mais justo e igualitário.

## Considerações finais

As mudanças no mundo do trabalho têm exigido novos requerimentos de processos e de seus trabalhadores. Como podemos ver em muitos casos, tais requerimentos endereçam suas demandas à qualificação e formação dos trabalhadores, o que, porém, é feito de forma individualizada, solicitando investimento e empenho pessoal do trabalhador. A própria noção de educação se vê sob pressão daquilo que seria educar para o trabalho. Não só se submete o que deveria ser uma ótica formativa mais plena e crítica a uma perspectiva mais restrita de determinação da lógica de mercado,

como também se impõe ao trabalhador a necessidade (e o risco) de buscar incansavelmente preencher requisitos definidos pela lógica empresarial.

Se a educação vem assumindo foro de centralidade nesse debate (e em termos de requerimentos práticos), é necessário que a sociedade como um todo se indague de que formação se está falando e necessitando. O fato de que, possivelmente, tenha ficado para trás a demanda taylorista, substituída pelo operário-boi, não pode, por si só, indicar que as demandas educacionais, feitas pelos novos modelos produtivos sejam positivas para a sociedade em geral e para o trabalhador em particular. Como em todos os demais aspectos, é a sociedade e não o mercado, quem deve definir e guiar os eixos de desenvolvimento social e econômico. A perspectiva de diálogo entre as duas demandas, no qual a social deve ter primazia, parece ser um caminho fértil.

Tendo em vista a centralidade atribuída ao trabalho na sociedade moderna, sua relevância em termos da organização social e sua importante dimensão para o pensamento social, uma crise que transforme esse campo tende a trazer modificações também em suas diversas dimensões. É o que estamos presenciando. Podemos perceber mudanças substanciais no mundo do trabalho, nas análises sobre ele e mesmo nas formulações políticas dele oriundas ou a ele direcionadas.

É provável que os trabalhadores e as suas instituições de representação nunca tenham passado por uma quadra tão adversa. Em um processo conjugado, não só se agravam as condições de vida e trabalho da maioria da população pelo mundo, como também está ameaçada a existência dos organismos responsáveis pela ação que poderia servir de contraponto a esse processo. O trabalho vai sendo precarizado, a legislação de proteção a ele diminui, e suas formas de organização enfrentam sérios desafios.

Algumas questões ainda estão em aberto. Como ficará esta sociedade que vinculou grande parcela de sua sociabilidade ao trabalho e agora prescindir dele? Durante muito tempo, foi do trabalho que espriaram movimentos universalizantes de direitos para toda a sociedade. Será ela, agora, prescindindo daqueles atores, capaz de for-

mular novos direitos inclusivos ou continuará acelerando o passo atual em direção a novas desigualdades e ao aumento da exclusão? Enfim, tais perguntas não parecem ter muitas respostas fáceis, seja no campo da teoria, seja no campo da prática dos agentes sociais.

## Referências bibliográficas

ABREU, Alice Rangel de Paiva (org.). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEYNON, Huw (1992), The end of industrial worker? In: ABERCROMBIE, N. e WARDE, A. (org.) – *Social change in contemporary Britain*. Cambridge: Polity Press.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BURAWOY, Michael. *The politics of production*. London: Verso, 1985.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso João et al. (org.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-127.

CASTRO, Nadya; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 44-52, out. 1993.

CASTRO, Nadya; LEITE, Márcia de Paula. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações. *BIB*, n. 37, Rio de Janeiro, ANPOCS, p. 39-59, 1994.

CASTRO, N. Araújo, Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 1, Fundação SEADE, 1997.

CASTRO, M. S. Portella de; WACHENDORFER, Achim (org.). *Sindicalismo y globalización – la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Avesso*. Ed. UFRJ/Revan, 1994.

DRUCK, Graça Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, n. 24/25, 1996.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. *La nueva era de las desigualdades*. Buenos Aires: Manantial, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Relações de Gênero. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, São Paulo, ALAST, ano 4, n. 7, 1998.

HIRATA, Helena (org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp/Aliança Cultural Brasil-Japão, 1993.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et al. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 124-42.

HIRST, Paul; ZEITLIN, Jonathan. Flexible specialization versus post-fordism: theory, evidence and policy implications. *Economy and Society*, London, v. 20, n. 1, p. 4-59, 1991.

HUMPHREY, John. O impacto das técnicas “japonesas” de administração na indústria brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p.148-67, mar.1994.

KARTCHEVSKY-BULFORT, Andrée et al. *O sexo no trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERN, Horst; SCHUMANN, Michael. *La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle*. Paris: Maison des Sciences del’Homme, 1989.

LARANGEIRA, Sônia. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 12, n.1, 1998.

LEITE, Márcia de Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-49, 1997.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização – O trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira margem, 2002.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; CHINELLI, Filippina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil contemporâneo. *Contemporaneidade e Educação*, ano 2, n. 1, p.24-45, maio, 1997.

MARTINS, Heloísa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/Cedi-Nets, 1994.

MOODY, Kim. *Workers in a lean world – Unions in the international economy*. Londres/NovaYork: Verso, 1997.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.

OSTERMAN, Paul; KOCHAN, Thomas; LOCKE, Richard; PIORE, Michael. *Working in Amercia – A blueprint for the new labor market*. Cambridge/Londres: MIT Press, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil. In: R. Antunes (org.), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1998.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 43, n. 4, 2000.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo e vinte anos depois*. Petrópolis/ São Paulo: Vozes/Educ/ Unitrabalho, 1999.

SALERNO, Mário Sérgio. Modelo japonês, trabalho brasileiro In: HIRATA, Helena. (org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp/Aliança Cultural Brasil-Japão, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, IUPERJ, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SOUZA, Donaldo B. de; SANTANA, MARCO A.; DELUIZ, Neise. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

WATANABE, Ben. Toyotismo: um novo padrão mundial de produção? *Revista dos Metalúrgicos*, São Paulo, n. 1, p. 4-11, 1993.

WOOD, Stephen. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 28-43, out. 1991.

## A crise e o êxodo da sociedade salarial

### *Entrevista com André Gorz*

André Gorz nasceu em Viena, em 1923. Vive na França, desde 1948. É conhecido internacionalmente por seus 16 livros publicados, dos quais seis foram traduzidos para o português: **Estratégia operária e neocapitalismo** (Zahar, 1968), **O socialismo difícil** (Zahar, 1968), **Crítica da divisão do trabalho** (Martins Fontes, 1980), **Adeus ao Proletariado** (Forense-Universitária, 1982). Recentemente, a Editora Annablume publicou os livros: **Metamorfose do Trabalho. Crítica da razão econômica** (2003) e **Misérias do Presente, Riqueza do Possível** (2004). Falta ser traduzido seu último livro, **L'Immatériel. Connaissance, valeur et capital**. Paris: Galilée, 2003 (*O Imaterial. Conhecimento, valor e capital*). As suas obras mais recentes e, provavelmente, as mais instigadoras e portadoras de uma abordagem nova e questionadora, são pouco conhecidas no Brasil. Estas obras mais recentes começam, agora, a ser traduzidas para o português pelo empenho de Josué Pereira da Silva, professor na Universidade de Campinas (UNICAMP). No entanto, a divulgação do seu pensamento, desde os meados da década de 1990, é feita de maneira mais insistente pelo Centro de Pesquisa e Apoio dos Trabalhadores (CEPAT), com sede em Curitiba. Nas suas publicações, nos seus cursos e nas suas assessorias, o CEPAT tem divulgado amplamente a contribuição teórica de André Gorz para a análise da grande transformação do mundo do trabalho na contemporaneidade. E ele, curiosamente, tem até inspirado alguns movimentos pastorais que atuam no meio popular e que buscam entender as mudanças do mundo do trabalho na sociedade brasileira. Nesse sentido, seria interes-

sante analisar o texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999, para perceber até onde chegou o pensamento de André Gorz.

**IHU On-Line – O Brasil, a exemplo de muitos outros países, é bastante atingido pelo problema do desemprego. Uma das soluções mais difundidas e defendidas por governos, policiais e economistas é a retomada do crescimento. Ora, o senhor diz que isso é insuficiente. Por quê?**

**André Gorz** – É preciso, em primeiro lugar, perguntar-nos: De que crescimento temos necessidade? O que nos falta e o que o crescimento deveria trazer-nos? Mas essas perguntas jamais foram levantadas. Os economistas, os governos, os homens de negócios reclamam pelo crescimento em si, sem jamais definir sua finalidade. O conteúdo do crescimento não interessa aos que decidem. O que lhes interessa é o aumento do PIB, ou seja, o aumento da quantidade de dinheiro trocado, a quantidade de mercadorias compradas e vendidas no decurso de um ano, quaisquer que sejam essas mercadorias. Nada garante que o crescimento do PIB aumente a disponibilidade dos produtos de que a população necessita. De fato, esse crescimento responde, em primeiro lugar, a uma necessidade do capital, não às necessidades da população. Ele cria, muitas vezes, mais pobres e mais pobreza, ele, com frequência, traz rendimento a uma minoria em detrimento da maioria, ele deteriora a qualidade da vida e do meio ambiente, em vez de melhorá-la.

Quais são as riquezas e os recursos que faltam com mais frequência à população? Uma alimenta-

ção sadia e equilibrada em primeiro lugar; água potável de boa qualidade; ar puro, luz e espaço; um alojamento saudável e agradável. Mas, a evolução do PIB não mede nada disso. Tomemos um exemplo: uma aldeia faz um poço, e todo o mundo pode tirar a sua água dali. A água é um bem comum, e o poço a produz porque houve um trabalho comum. Ele é a maior fonte de riqueza da comunidade. Mas ele não aumenta o PIB, pois ele não dá lugar a trocas de dinheiro: nada é comprado nem vendido. Mas, se o poço é cavado e dele se apropria um empreendedor privado que exige de cada aldeão que pague a água que ele retira, o PIB aumentará encargos embutidos pelo proprietário.

Tomemos ainda o exemplo dos camponeses sem terra. Se forem distribuídas a 100 mil famílias terras improdutivas nas quais elas produzem sua subsistência, o PIB não muda. Ele também não muda se essas famílias repartirem suas tarefas de interesse geral, trocando produtos e serviços numa base mutualista e cooperativa. Contrariamente, se 100 proprietários expulsam 100 mil famílias de suas terras e fazem desenvolver nessas terras culturas comerciais destinadas à exportação, o PIB aumenta no montante dessas exportações e dos salários miseráveis pagos aos agricultores.

O PIB não conhece e não mede as riquezas, a não ser que elas tenham a forma de mercadorias. Ele só reconhece como trabalho produtivo o trabalho vendido a uma empresa que dele tira lucro, ou, dito de outra maneira, que pode revender com lucro o produto desse trabalho. Só é produtivo, do ponto de vista do capital, o trabalho que produz mais do que ele custa, o trabalho que produz um excedente – um sobrevalor – suscetível de aumentar o capital.

Nos países em que a grande maioria da população é pobre, há poucas pessoas a quem se pode vender com lucro. O desenvolvimento de uma economia de mercado, criadora de empregos, só pode ser iniciada onde existe um poder político, capaz de inscrever essas iniciativas e suas impulsões públicas numa estratégia de exportações e de desenvolvimento. Esse poder existia notadamente no Japão e na Coreia do Sul. É preciso, porém, lembrar também que o desenvolvimento do capi-

talismo industrial destes países teve lugar antes da mundialização neoliberal, antes da revolução microinformática, numa época marcada pelo crescimento sustentável das economias do Norte. Os mercados dos países ricos estavam em expansão, suas economias importavam mão-de-obra estrangeira, e as indústrias japonesas primeiro, as coreanas, em seguida, podiam obter, sem grande dificuldade, um lugar nos mercados europeus e norte-americanos, na condição de bem escolher sua estratégia de industrialização.

Ora, após o fim dos anos 1970, as condições mudaram fundamentalmente. As exportações para os países ricos já não podiam mais ser o principal motor do crescimento das economias do Sul, e isso por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, os mercados do Norte não estavam mais em forte expansão. Em seguida, a mundialização neoliberal não permitiu mais aos países ditos emergentes protegerem suas indústrias domésticas e sua agricultura contra a concorrência dos países do Norte. Abrindo-se a estes para atrair investimentos estrangeiros, eles caíram numa cilada duvidosa. As importações vindas do Norte arruinaram milhões de pequenas empresas semi-artesaniais e criaram indústrias que forneceram, relativamente, poucos empregos e impuseram custos de modernização muito pesados ao país. Com efeito, a era das indústrias de mão-de-obra chega ao seu fim. Os baixos salários dos países do Sul não bastam mais para assegurar-lhes partes de mercado. Praticamente toda a produção industrial exige agora uma forte intensidade de capital, isto é, investimentos pesados, e a amortização, a remuneração e a contínua inversão de capital técnico fixo pesa muito mais onerosamente nos preços de retorno do que os custos de mão-de-obra. Esta mão-de-obra relativamente pouco importante deve ter um nível de produtividade muito elevado, pois é do sobrevalor que ela produz, que depende a rentabilidade do investimento. Enfim, a competitividade das indústrias depende, muito mais fortemente do que no passado, de uma onerosa infra-estrutura logística: vias de comunicação, redes de transporte, energia e telecomunicação, administrações e serviços públicos eficazes, centros de pesquisa e de formação – em suma, do

que Marx chamava (em francês) *les faux frais* [os falsos custos] da economia. “Falsos custos”, cujo financiamento deve provir das retiradas bancárias, baseadas no sobrevalor produzido pela indústria. Se examinarem o “milagre chinês”, constatarão que a China não é exceção nesta ótica. A infra-estrutura logística e os serviços estão atrasados em relação às necessidades da indústria. Gargalos de estrangulamento em matéria de água, de energia e de espaço em particular freiam ou bloqueiam o crescimento, o desemprego aumenta de maneira dramática, pois a industrialização arruinou os ateliês rurais de produção, que faziam viver mais de 100 milhões de trabalhadores, e a concentração agrária constrange outros mais de 100 milhões ao êxodo. A taxa de desemprego nas cidades é estimada pelo BIT em torno de 20% e ela tende a aumentar rapidamente. As produções chinesas não podem, com efeito, igualar em qualidade as produções do Norte, a não ser que o recurso de uma mão-de-obra abundante e um bom mercado dêem mais amplamente lugar à informatização e à automação, mais econômicos em trabalho e em energia, mas de mais forte intensidade de capital. Na China, como na Índia e no Ocidente, o modelo de crescimento pós-fordista enriquece em torno de 20% a população, mas gera em torno de si enclaves pós-industriais hipermodernos, com vastas zonas de miséria e de abandono, onde se desenvolvem a criminalidade organizada e as guerras entre seitas e religiões.

O “crescimento” não permite sair da armadilha da modernização neoliberal, salvo para definir parâmetros fundamentalmente diferentes do que deve crescer, ou seja, a menos de se definir uma economia totalmente diversa. A relação do PNB sobre o “desenvolvimento humano” esboçou, em 1996, uma redefinição desse gênero. Acrescentando aos “indicadores” habituais de riqueza o estado de saúde da população, a sua esperança de vida e sua taxa de alfabetização, a qualidade do meio

ambiente e o grau de coesão social, um dos países mais pobres do planeta: por seu PIB, o Kerala, se revelou como um dos mais ricos.

Vou tentar resumir brevemente as razões desse paradoxo. Numa economia em que as empresas procuram permanentemente retirar umas das outras certas partes do mercado, cada uma procura reduzir os custos, e reduzindo a quantidade de trabalho que ela emprega, ela procura aumentar a sua produtividade. Suponham que, num dado momento, a produtividade tenha duplicado. É necessária, então, uma metade a menos de trabalho para produzir um mesmo volume de mercadorias. Mas, o “valor” deste mesmo volume tenderá também ele a diminuir pela metade e em taxas de exploração constante, o volume do lucro tenderá a baixar na mesma proporção, pois só o trabalho vivo é capaz de criar valor; e, sobretudo, somente a força de trabalho vivo é capaz de criar um valor maior do que o seu próprio, ou seja, um sobrevalor<sup>4</sup>. É esta a fonte do lucro. Para que o volume do lucro não diminua, será preciso, ou que a empresa, numa produção constante, tenha dobrado as taxas de exploração, ou que ela tenha conseguido, numa taxa de exploração constante, dobrar sua produção. Na prática, ela procura combinar, segundo a conjuntura, a intensificação da exploração e o aumento da produção.

O crescimento é, pois, para o capitalismo, uma necessidade sistêmica totalmente independente e indiferente à realidade material do que cresce. Ele responde a uma necessidade do capital. Ele conduz a esse desenvolvimento paradoxal que faz com que, nos países de PIB mais elevado, se viva cada vez pior, consumindo cada vez mais mercadorias.

**IHU On-Line – Na base de um contexto histórico (uma releitura “arendtiana” do “trabalho” junto aos gregos), o senhor chega a distinguir as categorias “emprego” e “tra-**

<sup>4</sup> O sobrevalor (chamado outrora “mais-valia”, originado do inglês *surplus value*) é o valor da produção que um trabalhador realiza além de suas próprias necessidades e das de sua família. Ele é um excedente econômico (*economic surplus*, segundo a terminologia de Paul Baran). A proporção de sobrevalor, no total do valor produzido por um trabalhador, é a taxa de sobrevalor (taxa de mais-valia), que mede a taxa de exploração.

**balho”. Qual é a importância desta decisão e quais são suas consequências?**

**André Gorz** – O trabalho, tal como nós o entendemos, não é uma categoria antropológica. Ele é um conceito inventado no fim do século XVIII. Hannah Arendt lembra que, na Grécia antiga, o trabalho designava as atividades necessárias à vida. Essas atividades eram sem dignidade nem nobreza: eram necessidades. Trabalhar era submeter-se à necessidade, e essa submissão tornava o indivíduo indigno de participar como cidadão da vida pública. O trabalho era reservado aos escravos e às mulheres. Ele era considerado como o contrário da liberdade. Ele era confinado à esfera privada, doméstica.

No século XVIII, começa a tomar corpo uma concepção diferente. O trabalho começa a ser compreendido como uma atividade que transforma e domina a natureza, não como uma atividade que somente se submete a ela. Além disso, a eliminação progressiva das indústrias domésticas – em particular dos tecelões – pelas manufaturas, faz aparecer o trabalho como uma atividade social, socialmente determinado e dividido. O capitalismo manufatureiro exige uma mão-de-obra que lhe forneça trabalho sem qualificação nem qualidade, um trabalho simples, repetitivo que não importa quem deva fazê-lo, aí incluindo as crianças. Assim nasce essa classe social sem qualidade, o proletariado, que fornece um “trabalho sem mais”, um “trabalho sem frases”. Cada proletário é reputado como cambiável por qualquer outro. O trabalho proletário passa para algo totalmente impessoal e indiferenciado. Adam Smith vê nisso a substância comum a todas as mercadorias, uma substância quantificável e mensurável, cuja quantidade cristalizada no produto determina o seu “valor”.

Pouco tempo após, Hegel dá ao trabalho em si um sentido mais amplo: ele não é simples dispêndio de energia, mas a atividade pela qual os homens inscrevem o seu espírito na matéria e, sem antes o saber, transformam e produzem o mundo. Entre o trabalho que, no sentido econômico, é uma mercadoria como qualquer outra, cristalizada nas mercadorias, e o trabalho em sentido filo-

sófico, que é exteriorização e objetivação de si, a contradição deve acabar por se tornar evidente. O trabalho, tal como o compreende o capitalismo, é a negação do trabalho tal como o compreende a filosofia, é sua alienação: o capitalismo determina o trabalho como algo estrangeiro (*alienus*), não podendo ser para e por si mesmo.

Marx formulava isso da seguinte maneira: (**Trabalho, salário e capital**, 1849). De uma parte, “o trabalho é a atividade vital própria do trabalhador, a expressão pessoal de sua vida”.

Esta “atividade vital”, contudo, ele a vende a um terceiro para assegurarem-se os meios necessários à sua existência, se bem que sua atividade vital seja apenas o único “meio” de subsistência... Ele não considera o trabalho, enquanto tal, como fazendo parte de sua vida; ele é antes o sacrifício dessa vida. Ele é uma mercadoria que adjudica a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é o fim desta atividade.

O fim primário desta atividade é o de “ganhar a vida”, de ganhar um salário. É pelo salário que remunera que o trabalho se inscreve como “atividade social” na tela das trocas sociais de mercadorias que estruturam a sociedade, e que o trabalhador é reconhecido como trabalhador social pertencente a essa sociedade.

Mas, o aspecto mais importante, do ponto de vista da sociedade, aquele que justifica que se fale de sociedade capitalista, é ainda outro: o trabalho tratado como uma mercadoria, o emprego, torna “o trabalho estruturalmente homogêneo ao capital”. Da mesma forma como o fim determinante do capitalismo não é o produto que a empresa põe no mercado, mas o lucro que sua venda permitirá realizar, o fim determinante do assalariado não é “aquilo” que ele produz, mas o salário que sua atividade produtiva lhe concede. “Trabalho e capital são fundamentalmente cúmplices além de seu antagonismo, enquanto ganhar dinheiro é seu fim determinante”. Aos olhos do capital, a natureza da produção importa menos que sua rentabilidade; aos olhos do trabalhador, ela importa menos que os empregos que ela cria e os salários que ela distribui. Para um e para o outro, aquilo que é produzido importa pouco, contanto que isso renda. Um e outro estão, conscientemente ou não, a serviço da valorização do capital.

**IHU On-Line – Por isso o movimento operário e o sindicalismo só são anticapitalistas enquanto eles põem em questão, não somente o nível dos salários e as condições de trabalho, mas as finalidades da produção e a forma mercantil do trabalho que a realiza. De que maneira o trabalho se situa na base da crise ecológica?**

**André Gorz** – O trabalho assalariado não é somente para o capital o meio de desenvolver-se, ele é também, por suas modalidades e sua organização, um meio de dominar o trabalhador. Este é despojado de seus meios de trabalho, do fim e do produto de seu trabalho, da possibilidade de determinar sua natureza, sua duração, seu ritmo. O único fim ao seu alcance é o dinheiro do salário e o que ele pode comprar. O trabalho mercantilizado gera o puro consumidor dominado que não produz nada daquilo de que ele precisa. O operário produtor é substituído pelo trabalhador consumidor. Constrangido a vender todo o seu tempo, a vender sua vida, ele enxerga o dinheiro como o que tudo deve comprar simbolicamente. Quando se acrescenta que a duração do trabalho, as condições de alojamento e o ambiente urbano são outros tantos obstáculos à expansão das faculdades individuais e das relações sociais, à possibilidade de desfrutar do tempo de não-trabalho, compreende-se que o trabalhador, reduzido a uma mercadoria, não sonha senão com mercadorias. A dominação que o capital exerce sobre os trabalhadores, constrangendo-os a “comprar” tudo aquilo de que necessitam, furta-se, num primeiro tempo, à sua resistência. Suas compras se dirigem essencialmente a produtos de primeira necessidade e seus consumos são comandados por suas necessidades vitais, enquanto seus salários lhes asseguram estritamente a sobrevivência. Eles só podem resistir à sua exploração por ações e iniciativas coletivas e eles se unem na luta com base “nas necessidades que lhes são comuns”. É a época heróica do sindicalismo, das cooperativas operárias e dos mútuos, dos círculos de cultura operária e da unidade e pertença à classe.

As lutas operárias, neste estágio, são conduzidas principalmente em nome do direito à vida, exigindo um salário “suficiente” para cobrir as necessi-

dades dos trabalhadores e de suas famílias. Esta norma do “suficiente” é tão pregnante, que os operários de profissão param de trabalhar depois que eles ganharam “bastante” para viver segundo seu costume e que os operários pagos por rendimento não podem ser constrangidos a trabalhar dez ou doze horas por dia a não ser por uma diminuição de seu salário-hora.

Mas, a partir de 1920, nos Estados Unidos, e de 1948, na Europa ocidental, as necessidades primárias oferecem ao capitalismo um mercado demasiado pequeno para absorver o volume das mercadorias que ele é capaz de produzir. A economia não pode continuar a crescer, os capitais acumulados não podem ser valorizados, e os lucros não podem ser reinvestidos, a não ser que a produção de supérfluos ultrapasse, mais e mais, a produção do necessário. O capitalismo necessita de consumidores cujas compras sejam motivadas, cada vez menos, pelas “necessidades comuns” a todos e, cada vez mais, pelos “desejos individuais diferenciados”. O capitalismo precisa produzir um novo tipo de consumidor, um novo tipo de indivíduo: um indivíduo que, por seus consumos, por suas compras, queira se destacar da norma comum, “distinguir-se” dos outros e afirmar-se “fora do comum”.

O interesse econômico dos capitalistas coincide maravilhosamente com o seu interesse político. A individualização e a diferenciação dos consumidores permitem, ao mesmo tempo, ampliar os mercados da indústria e minar a coesão e a consciência de classe dos trabalhadores. Elas devem induzir neles comportamentos e aspirações próximos daqueles da “classe média”. Um dos primeiros a investigar metodicamente essa transformação da classe operária foi Henry Ford.

Em suas usinas, as cadeias de montagem exigiam um trabalho repetitivo, embrutecedor, sem dignidade, mas os operários desqualificados recebiam salários invejáveis. O que eles perdiam no plano da dignidade profissional, eles ganhavam no plano do consumo, que, por necessidade, era substituído, ao menos em parte, pelo “consumo compensador”.

O período dito fordista, que durou, com altos e baixos, de 1948 a 1973, conseguiu combinar a progressão dos salários, das prestações sociais,

das despesas públicas e, sobretudo, da produção e do emprego. O quase pleno emprego baseava-se num crescimento da produção mais elevado que o crescimento da produtividade do trabalho, isto é, superior a 4% ao ano. Na medida em que ela trazia a segurança do emprego e a segurança social, a expansão da economia estava no interesse imediato da classe operária. Com exceção de uma esquerda sindical minoritária, o movimento operário não criticava a natureza e a orientação desta expansão, mas reclamava antes sua aceleração.

Ora, a expansão sustentada da produção implica, num regime capitalista, uma aceleração da rotação e da acumulação do capital. O capital fixo (investido nas instalações materiais) deve ser rentabilizado e amortizado rapidamente, a fim de que os lucros possam ser reinvestidos na ampliação dos meios de produção.

Sob o ângulo ecológico, a aceleração da rotação do capital conduz à exclusão de tudo o que diminui de imediato o lucro. A expansão continuada da produção industrial envolve, pois, uma pilhagem acelerada dos recursos naturais. A necessidade de expansão ilimitada do capital o conduz a procurar abolir a natureza e os recursos naturais, para substituí-los por produtos fabricados, vendidos com lucro. As sementes geneticamente modificadas que empresas gigantes estão a fim de impor ao mundo inteiro, oferecem um exemplo eloquente a esse respeito. Elas visam a abolir tanto a reprodução natural de certas espécies vegetais como essas próprias espécies, a agricultura e as culturas alimentícias, em suma, a possibilidade, para as pessoas produzirem elas mesmas os seus alimentos. O “trabalho mercantilizado”, isto é, os trabalhadores e suas organizações não são co-responsáveis por esta pilhagem e esta destruição, a não ser na medida em que eles defendem o emprego a qualquer preço no contexto existente e combatem, com este fim, tudo o que diminui de imediato o crescimento econômico e a rentabilidade financeira dos investimentos.

O que Marx escrevia, há 140 anos, no primeiro livro de **O Capital**, é de uma espantosa atualidade:

Na agricultura moderna, bem como na indústria das cidades, o crescimento da produtividade e o rendimento superior do trabalho são comprados ao preço da destruição e do estancamento da força de trabalho. Além

disso, cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente da arte de explorar o trabalhador, mas também na arte de despojar o solo; cada progresso na arte de aumentar sua fertilidade por um tempo, um progresso na ruína de suas fontes duráveis de fertilidade. Quanto mais um país, os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, se desenvolve com base na grande indústria, mais esse processo de destruição se cumpre rapidamente. A produção capitalista não desenvolve, pois, a técnica e a combinação do processo de produção social, senão esgotando ao mesmo tempo as duas fontes de onde jorra toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

**IHU On-Line – O senhor demonstrou que, em nossa sociedade, o grande problema não é mais o da produção, mas o da distribuição. De onde vem esta mudança e quais são suas propostas para fazer face a este novo desafio? A independência entre o trabalho e a remuneração, idéia que o senhor defende, poderia trazer essa mudança?**

**André Gorz** – A resposta é muito simples: quando a sociedade produz mais riqueza com cada vez menos trabalho, como poderá ela fazer depender o ganho de cada um da quantidade de trabalho que ele produz? Esta questão tornou-se mais lancinante após a passagem ao pós-fordismo. A “revolução informacional”, que, de início, se chamou de “revolução microeletrônica”, permitiu gigantescas economias de tempo de trabalho na produção material, na gestão, nas comunicações, no comércio atacadista, no conjunto das atividades de escritório. Num primeiro tempo (de 1975 a 1985), as esquerdas sindical e política tentaram impor políticas de redistribuição do trabalho e dos rendimentos segundo a divisa “Trabalhar menos para trabalharem todos, e viver melhor”. Elas fracassaram e é preciso compreender o motivo.

Com a informatização e a automação, o trabalho deixou de ser a principal força produtiva, e os salários deixaram de ser o principal custo de produção. A composição orgânica do capital (isto é, a relação entre capital fixo e capital de giro) aumentou rapidamente. O capital se tornou o fator de produção preponderante. A remuneração, a reprodução, a inovação técnica contínua do capital fixo material requerem meios financeiros muito superiores ao custo do trabalho. Este último é, com frequência, inferior, atualmente, a 15% do

custo total. A divisão entre capital e trabalho do “valor” produzido pelas empresas pende mais e mais fortemente em favor do primeiro. Este está cada vez menos inclinado a ceder às exigências das organizações obreiras ou a negociar compromissos com elas. Seu primeiro cuidado é que sua preponderância no seio do processo de produção lhe permite impor sua lei. Ele procura, numa palavra, o meio de se livrar das legislações sociais e das convenções coletivas, consideradas como coelras insuportáveis no contexto em que a “competitividade” nos mercados mundiais é o primeiro imperativo. A mundialização neoliberal exige que as leis sociais sejam abolidas pelas leis do mercado, pelas quais ninguém pode ser tido como responsável. Tal era, aliás, o fim tácito para o qual a mundialização tinha sido promovida. Ela devia permitir ao capital descartar o peso julgado excessivo que tinham adquirido as organizações operárias durante o período fordista. Os assalariados deviam ser constrangidos a escolher entre a deterioração de suas condições de trabalho e o desemprego.

Na realidade, a mundialização gerou o desemprego e a deterioração das condições de trabalho simultaneamente. O emprego estável, de tempo e salário integral, tornou-se um privilégio, reservado, nas 100 maiores empresas norte-americanas, a 10% do pessoal. O trabalho precário, descontínuo, em tempo parcial e em horários “flexíveis,” tende a tornar-se a regra.

A “sociedade salarial” entrou, assim, em crise. O emprego tinha aí funções múltiplas. Ele era o principal meio de repartição da riqueza socialmente produzida; ele dava acesso à cidadania social, ou seja, às diversas prestações do Estado previdenciário, prestações financeiras para a redistribuição parcial das remunerações do trabalho e do capital; ele assegurava um certo tipo de integração e de pertença a uma sociedade fundada sobre o trabalho e a mercadoria; ele devia, por princípio, ser acessível a todos. O “direito ao trabalho” devia ser inscrito na maioria das constituições como um direito político e de cidadania. É, então, toda a socieda-

de que se desintegra com a precarização e a “flexibilização” do emprego, com o desmantelamento do Estado previdenciário, sem que nenhuma outra sociedade, nem nenhuma outra perspectiva tomem ainda o lugar da ordem que desmorona.

Ao contrário, os representantes do capital continuam, com uma cruel hipocrisia, a elogiar as virtudes desse mesmo emprego que eles abolem maciçamente, acusando os trabalhadores de custar demasiado caro e os desempregados de serem preguiçosos e incapazes, responsáveis eles mesmos por seu desemprego. O patronato exige o aumento da duração semanal e anual do trabalho, pretendendo que “para vencer o desemprego é preciso trabalhar mais”, ganhar menos e retardar a idade de aposentadoria. Mas, ao mesmo tempo, grandes empresas licenciam os assalariados com 50 anos de idade ou mais, a fim de “rejuvenescer seu pessoal”.

O elogio das virtudes e da ética do trabalho num contexto de desemprego crescente e de precarização do emprego inscreve-se numa estratégia de dominação: é preciso incitar os trabalhadores a disputarem os empregos muito raros, a aceitá-los não importa sob quais condições, a considerá-los como intrinsecamente desejáveis, e impedir que trabalhadores e desempregados se unam para exigir uma outra partilha do trabalho e da riqueza socialmente produzida. Em toda a parte, se invocam as virtudes do neoliberalismo norte-americano que, ampliando a duração do trabalho, diminuindo os salários, reduzindo os impostos dos ricos e das empresas, privatizando os serviços públicos e amputando drasticamente as indenizações dos desempregados, obteve um crescimento econômico mais forte do que a maioria das outras nações do Norte e conseguiu criar um maior número de empregos. Não era essa a prova de que a contração do volume dos salários distribuídos, o empobrecimento da grande massa dos cidadãos, o enriquecimento espetacular dos mais ricos<sup>5</sup> não eram obstáculos ao crescimento da economia, mas o contrário?

<sup>5</sup> No período de 1979 a 1994, 80% dos assalariados sofreram, nos Estados Unidos, diminuições de sua remuneração, enquanto 70% do acréscimo de riqueza produzida, graças ao crescimento durante este mesmo período, foram monopolizados por 5% dos americanos mais ricos.

Não. O segredo do crescimento que conheceu a economia dos Estados Unidos no decurso dos anos de 1990, marcados por uma quase-estagnação da economia européia, reside numa política que nenhum outro país pode permitir-se e que, cedo ou tarde, terá conseqüências duvidosas. Como a dos outros países do Norte, a economia US sofre de insuficiência da demanda solvível. Mas ela é a única capaz de atenuar esta insuficiência, deixando acumular-se as dívidas, isto é, praticamente, criando moeda. Para impedir que a demanda solvível não diminua e que a economia não entre em recessão, o Banco Central encoraja as famílias a se endividarem junto a seu banco e a consumirem o que eles esperam ganhar no futuro. É o endividamento crescente das famílias de “classe média” que tem sido e que permanece sendo o principal motor do crescimento. No final dos anos 1990, cada família devia em média tanto dinheiro quanto ela esperava ganhar nos 15 meses vindouros. As famílias despendiam, em 1999, 350 bilhões de dólares a mais do que ganhavam, e este consumo, que não era ligado a nenhum trabalho produtivo, se refletia num déficit de 400 e depois de 500 bilhões de dólares por ano da balança contábil. Tudo se passava como se os Estados Unidos tomassem emprestado no exterior o que eles emprestavam no interior: eles financiavam uma dívida por outras dívidas.

Comprando no exterior por quinhentos bilhões a mais do que eles vendem, os Estados Unidos irri-gam o mundo de liquidez. Praticamente todos os países querem vender aos americanos mais do que deles comprem pelo “privilégio” de trabalhar para os consumidores americanos. Longe de sonharem em reclamar aos Estados Unidos a apuração de suas dívidas, os credores dos Estados Unidos fazem o contrário: eles devolvem aos Estados Unidos os dólares que estes perdem, comprando bônus do Tesouro US e ações em Wall Street.

Este espantoso estado de coisas só pode, todavia, durar o tempo em que a Bolsa de Wall Street continue a subir e que o dólar não baixe em relação às outras grandes moedas. Quando Wall Street se puser a baixar continuamente, e o dólar enfraque-

cer, o caráter fictício dos créditos em dólares se tornará manifesto, e o sistema bancário mundial ameaçará desmoronar como um castelo de cartas. O capitalismo “caminha na beira do precipício”<sup>6</sup> Produzir e produzir mais não é, pois, um problema. O problema é vender o que é produzido a compradores capazes de pagá-lo. O problema é a distribuição de uma produção realizada com menos trabalho e que distribui menos meios de pagamento, de maneira irregular e não igualitária. O problema é o fosso que não cessa de se cavar entre a capacidade de produzir e a capacidade de vender com lucro, entre a “riqueza” produtível e a forma mercantil, a forma “valor” que a riqueza deve obrigatoriamente revestir para poder ser produzida no quadro do sistema econômico em vigor.

A solução do problema não pode ser encontrada nem na simples criação de meios de pagamento suplementares, nem na criação de uma quantidade suficiente de empregos para ocupar e remunerar toda a população desejosa de “trabalhar”, ou seja, em escala mundial, perto de um terço da população potencialmente ativa do Planeta.

Eu mostrarei agora que a solução que consiste em aumentar o poder de compra da população, criando meios de pagamentos suplementares, repartidos por todos, não é aplicável no quadro do sistema existente. Mas, previamente, é preciso mostrar que a criação de empregos suplementares em quantidade quase ilimitada, tal como ela é praticada nos Estados Unidos, em particular, não cria praticamente riqueza suplementar na escala de uma sociedade, embora ela procure um retorno, geralmente frágil e irregular, de um grande número de ativos.

Todo emprego, com efeito, não é “produtivo” no sentido de que, numa economia capitalista, só é “produtivo” um trabalho que valoriza (isto é, aumenta) um capital, porque este que o fornece só consome a totalidade do valor que ele produz. Ora, as famosas “jazidas de empregos”, graças às quais os governos esperam poder suprimir o desemprego, são, na maioria, empregos improdutivos, no sentido que eu acabo de mencionar. É o caso, em particular, dos serviços a terceiros que

<sup>6</sup> Cf. BRENNER, Robert. *New Boom or New Bubble?* In: *New Left Review*, n. 25, jan.-fev. 2004.

ocupam 55% da população ativa dos Estados Unidos. Segundo Edward Luttwak<sup>7</sup>, “esses 55% da população ativa trabalham como vendedores/vendedoras, servidores/servidoras, mulheres e homens do lar, empregados/empregadas domésticos, jardineiros, **baby sitters** e vigias de imóveis, e a metade dentre eles ocupam empregos precários de baixo salário, mais de um quarto são **working poor** [pobres trabalhadores], cuja remuneração é inferior ao nível de pobreza, mesmo quando eles ocupam dois ou três empregos”. Tudo se passa como se os 20% mais ricos tivessem cada um três pobres trabalhadores a seu serviço.

Estes empregos de serviços não fazem aumentar a quantidade de meios de pagamento em circulação: eles não criam valor, eles consomem o valor criado de outra forma. Sua remuneração provém da remuneração que seus clientes obtiveram pelo trabalho produtivo, sendo um “ganho secundário”, uma redistribuição secundária de uma parte das remunerações primárias. Este caráter não criador de valor dos serviços a terceiros – eu só falo de seu valor em sentido econômico, não de seu valor de uso ou de satisfação – foi perfeitamente resumido por um grande patrão americano. Discutindo a tese de certos neoliberais, que pretendiam que se iria manter o crescimento, obrigando os desempregados a ganhar sua vida vendendo flores nas esquinas das ruas, engraxando sapatos dos transeuntes ou vendendo hambúrgueres, ele concluiu: “Vocês não podem fazer girar uma economia, vendendo hambúrgueres uns aos outros”.

Com mais frequência, os empregos de serviço transformam somente em prestações remuneradas serviços que as pessoas poderiam trocar sem serem pagas, ou atividades que elas próprias poderiam assumir. A transformação em empregos de tais atividades, com efeito, não economiza tempo de trabalho, não faz ganhar tempo em escala social: ela apenas redistribui o tempo. Uns compram tempo que outros aceitam vender a baixo preço, mas não há, no conjunto, economia de tempo. O caráter improdutivo dos serviços comprados e vendidos se reflete neste plano.

Não há praticamente limite à extensão desse gênero de trocas mercantis. Em *World Philosophy* (Paris, 2000), Pierre Lévy visa a transformar em *business* todas as trocas sociais e todas as relações interpessoais: “sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, idéias..., nós estaremos constantemente ocupados em fazer toda espécie de negócios... A pessoa torna-se uma empresa. Não há mais família nem nação que se mantenha.” As pessoas passam, então, seu tempo a **se** venderem umas às outras. Elas são todas não apenas mercadores, mas mercadorias em busca de compradores.

É preciso ressituar a reivindicação de um retorno de existência nesse contexto. Sua finalidade não é a de perpetuar a sociedade do dinheiro e da mercadoria, nem de perpetuar o modelo de consumo dominante nos países ditos desenvolvidos. Sua finalidade é, ao contrário, subtrair os desempregados e precários à obrigação de **se** venderem; de “liberar a atividade da ditadura do emprego” (*to liberate work from the tyranny of the job*), segundo a fórmula de Frithjof Bergmann. Como o diz um texto de uma das associações de desempregados mais influentes na França, o retorno de existência deve “dar-nos os meios de desenvolver atividades infinitamente mais enriquecedoras do que aquelas às quais se quer constranger-nos”, atividades que, expansivas para os indivíduos, criem também riquezas intrínsecas que uma empresa não pode fabricar, que nenhum salário pode comprar, de que nenhuma moeda pode mensurar o valor.

Essas riquezas intrínsecas são, por exemplo, a qualidade do meio de vida, a qualidade da educação, os laços de solidariedade, as redes de ajuda e de assistência mútua, a extensão dos saberes comuns e dos conhecimentos práticos, a cultura que se reflete e se desenvolve nas interações da vida cotidiana – tudo coisas que não podem tomar a forma de mercadoria, que não são cambiáveis contra nenhum outro bem, que não têm preço, mas cada uma tem um valor intrínseco. É delas que depende a qualidade e o sentido da vida, a qualidade de uma sociedade e de uma civilização.

<sup>7</sup> *Turbo Capitalism*. New York, 1999.

Elas não podem ser produzidas sob comando. Elas não podem ser produzidas senão pelo movimento mesmo da vida e das relações cotidianas. Sua produção exige tempo não mensurado.

O retorno social incondicional é reivindicado para tornar acessíveis a todos essas atividades livres não prescritas, das quais depende a expansão das faculdades e das relações humanas. A educação, a cultura, a prática das artes, dos esportes, dos jogos, das relações afetivas, não devem “servir a qualquer coisa”. São atividades pelas quais as pessoas se tornam plenamente humanas e encaram sua humanidade como o sentido e o fim absoluto de sua existência. É somente “acima do mercado” que elas também aumentam a produtividade do trabalho: elas lhe permitem tornar-se cada vez mais inteligente, inventivo, eficaz, mestre de sua organização coletiva e de suas conseqüências externas, e é assim que economiza tempo e recursos. Ele terá este resultado na condição de não ser submetido previamente a um encadeamento de tarefas predeterminadas, de não ser o “meio” de atingir o aumento da produtividade. Pelo contrário, a atividade produtiva deve ser um dos “meios” da expansão humana, e não o inverso. É assim que ela será a maior economia de recursos, de energia e de tempo.

Esta concepção é evidentemente contrária à concepção dominante da racionalidade econômica. Ela é vivamente combatida pelos representantes do capital. Segundo eles, as pessoas são, antes de tudo, meios de produção e sua educação, sua formação, sua cultura devem ser úteis à sua função produtiva. O ensino e a cultura devem “servir a qualquer coisa”, fornecer à economia forças de trabalho adaptadas a tarefas predeterminadas.

Os dirigentes de grandes empresas sabem perfeitamente que esta concepção instrumental da cultura se tornou indefensável e eles o reconhecem, por vezes, dizendo que o que conta entre as pessoas de que eles necessitam é a criatividade, a imaginação, a inteligência, a capacidade de desenvolver continuamente seus conhecimentos. O tempo passado no trabalho não mede mais sua contribuição à produção. Este tempo é, muitas vezes, menor que o tempo que eles passam fora de seu trabalho, entretendo suas capacidades cogni-

tivas, ou imaginativas, com atividades que “não servem para nada”, que **são** a expansão humana e que só o produzem plenamente na condição de não ser submetido a imperativos estranhos.

Tal é a condição que atravessa hoje um capitalismo que reconhece no “conhecimento”, no desenvolvimento das capacidades humanas, a força produtiva decisiva e que não pode dispor desta força a não ser na condição de não servi-la. O direito dos homens de existir independentemente deste “trabalho” de que a economia tem cada vez menos precisão, é agora a condição de que depende o desenvolvimento de uma economia do conhecimento (knowledge economy) que se agarra de fato aos fundamentos da economia capitalista.

A reivindicação de um retorno de existência desvinculado do tempo de trabalho e do próprio trabalho não é, pois, uma utopia. Pelo contrário, ela se torna atual, porque o “trabalho”, tal como ele é entendido desde séculos, não é mais a força produtiva principal e que a força produtiva principal, o saber vivo, não pode ser mensurado com os padrões habituais da economia, nem remunerado segundo o número de horas durante as quais cada um o põe em obra.

Dito isso, eu não penso que o retorno de existência possa ser introduzido gradualmente e pacificamente por uma reforma decidida “de cima”. Como escrevia Antonella Corsani, “ele não deve, sobretudo, inscrever-se numa lógica redistributiva, mas numa lógica subversiva de superação radical da riqueza, fundada sobre o capital e o trabalho”. A idéia por si só do retorno de existência marca uma ruptura. Ela obriga a ver as coisas de outra maneira e, sobretudo, a ver a importância das riquezas que não podem tomar a forma de valor, ou seja, a forma do dinheiro e da mercadoria.

O retorno de existência, quando ele for introduzido, será uma moeda diferente da que nós utilizamos hoje. Ela não terá as mesmas funções. Ela não poderá servir a fins de dominação, de poder. Ela será criada “em baixo” e carregada por uma onda da base, simultaneamente a redes de cooperativas enormes de autoprodução (de *high-tech self-providing*, segundo a fórmula de Bergmann), em resposta a uma conjunção de diferentes formas de crise que nós sentimos surgir: crise climáti-

ca, crise ecológica, crise de energia, crise monetária após o desmoronamento do sistema de crédito. Nós todos somos argentinos em potencial. A saída depende amplamente dos grupos e dos movimentos, dos quais as práticas esboçam as possibilidades de um outro mundo e o preparam.

**IHU On-Line – Se nós nos dirigimos para uma “economia de conhecimentos”, como ocorre que certos bens materiais continuam a ter tanta importância, como é o caso, por exemplo, do petróleo? E o que se torna a agricultura, mais particularmente no que toca aos subsídios? Em seu último livro *O imaterial*, o senhor aborda o tema da economia do imaterial. Em sua opinião, esta significa a crise do capitalismo? Por quê?**

**André Gorz** – As expressões “economia do conhecimento”, “sociedade do conhecimento” (*knowledge society*) circulam, há 35 anos, na literatura anglo-saxônica. Elas significam, de uma parte, como já o sublinhei, que o trabalho, praticamente todo o trabalho em todos os tipos de produção, exige do trabalhador capacidades imaginativas, comunicacionais, cognitivas, etc., em suma, a contribuição de um saber vivo que ele deve extrair de si mesmo. O trabalho não é mais mensurável apenas pelo tempo que nele se passa. A implicação pessoal que ele exige faz com que, praticamente, não haja mais um padrão de medida universal para avaliá-lo. Seu componente imaterial se reveste de uma importância maior do que o dispêndio de energia física.

Vale o mesmo para o valor mercantil dos produtos. Sua substância material exige cada vez menos trabalho, seu custo é frágil e seu preço tende, pois, a baixar. Para conter essa tendência à baixa, as empresas transformam os produtos materiais em vetores de conteúdos imateriais, simbólicos, afetivos, estéticos. Não é mais sua utilidade prática que conta, mas a desejabilidade subjetiva que deve dar-lhe a identidade, o prestígio, a personalidade que eles conferem a seu proprietário ou a qualidade dos conhecimentos dos quais se julga serem o resultado. Temos, então, uma indústria muito importante, a do *marketing* e da publicidade, que só produz símbolos, imagens, mensagens,

estilos, modas, ou seja, as dimensões imateriais que farão vender as mercadorias materiais a um preço elevado e não cessarão de inovar para tirar de moda o que existe e lançar novidades. Esta é também uma maneira de combater a abundância que faz baixar os preços e produzir a raridade – o novo é sempre raro, no começo – que os fará aumentar. Mesmo os produtos de uso cotidiano e os alimentos são comercializados segundo este método, por exemplo, os produtos de laticínios ou os de limpeza. O logotipo das diferentes empresas destina-se a conferir aos seus produtos uma especificidade que os torna incomparáveis, não cambiáveis por outros. Assim como a importância de seu componente imaterial tornava o trabalho não mensurável, segundo um padrão universal, a importância do componente imaterial das mercadorias os subtrai, temporariamente, pelo menos, à lei do mercado, dotando-as de qualidades simbólicas que escapam à comparação e à medida.

Se examinarmos as produções que mais se desenvolveram nos últimos vinte ou trinta anos, constataremos a dominação das mercadorias imateriais: notadamente a música da imagem (fotografia, videocâmara, televisores, magnetoscópios e depois DVD) a comunicação (telefone móvel, Internet). O material é apenas o vetor do imaterial, ele só tem valor de uso graças a este último. Foi principalmente o consumo imaterial que permitiu à economia capitalista continuar a funcionar e a crescer. Nós temos, pois, uma situação em que as três categorias fundamentais da economia política: o trabalho, o valor e o capital não são mais mensuráveis segundo um padrão comum. Há uns trinta anos, o capitalismo quis superar a crise do regime fordista, lançando-se numa economia do conhecimento, ou seja, capitalizando o conhecimento e o saber vivo. Fazendo isso, ele criou para si problemas novos que não têm solução no quadro do sistema, pois, transformar o saber vivo em “capital humano” não é um negócio fácil. As empresas são incapazes de produzir e de acumular “capital humano” e incapazes, também, de assegurar duravelmente seu controle. A inteligência viva, tornada força produtiva principal, ameaça sempre escapar à sua empresa. Os conhecimentos formalizados e formalizáveis, por outra parte, traduzíveis

em logicismos, são reproduzíveis em quantidades ilimitadas por um custo negligenciável. São, pois, bens potencialmente abundantes, e esta abundância fará tender o valor de troca para zero. Logo, uma verdadeira economia do conhecimento seria uma economia da gratuidade e da partilha que trataria os conhecimentos como um bem comum da humanidade. Para capitalizar e valorizar os conhecimentos, a empresa capitalista deve privatizá-los, tornar raros, por apropriação privada e patenteação, o que é potencialmente abundante e gratuito. E esta privatização e esta rarefação têm um custo muito elevado, uma vez que é preciso proteger o monopólio temporário que a empresa adquire contra conhecimentos equivalentes e novos, contra as imitações ou reinvenções, aferilhando o mercado contra eventuais concorrentes por campanhas de *marketing* e por inovações que vencem os eventuais concorrentes pela rapidez.

Os conhecimentos não são mercadorias como as outras, e seu valor comercial, monetário, é sempre artificial. Tratá-los como “capital imaterial” e cotá-los na Bolsa, é assinalar um valor fictício ao que não tem valor mensurável. O que vale, por exemplo, o capital da Coca Cola, da Nike ou da McDonald’s, de todas as empresas que não possuem capital material, mas somente *know how*, organização comercial e um nome de marca

reputado? O que vale mesmo a Microsoft? A resposta depende essencialmente da estimativa da Bolsa sobre as rendas de monopólio que essas empresas esperam obter. Diz-se que o desmoronamento (a falência) do Nasdaq em 2001 empobreceu o mundo em 4000 bilhões de dólares. Mas ele teve apenas uma existência fictícia. Se o desmoronamento dos “valores imateriais” demonstrou alguma coisa, é essencialmente a dificuldade intrínseca que há em querer fazer funcionar o capital imaterial como um capital e a economia do conhecimento como o capitalismo.

A ausência de um padrão de medida comum para o conhecimento, o trabalho imaterial e o capital, a queda do valor dos produtos materiais e o aumento artificial do valor de troca do imaterial desqualificam os instrumentos de medida macroeconômicos. A criação de riqueza não se deixa mais mensurar em termos monetários. Os fundamentos da economia política desmoronam. É nesse sentido que a economia do conhecimento é a crise do capitalismo. Não é por acaso que se sucedem, há alguns anos, as obras filosóficas e econômicas que insistem na necessidade de redefinir a riqueza. Uma outra economia se esboça no coração do capitalismo, que inverte a relação entre produção de riquezas mercantis e produção de riqueza humana.

## “Eliminar o desemprego no capitalismo é uma ficção”

*Entrevista com Ricardo Antunes*

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). Recentemente, foi Visiting Research Fellow na Universidade de Sussex, Inglaterra. Fez Livre-Docência na Unicamp em Sociologia do Trabalho e Mestrado em Ciência Política na mesma universidade. Doutorou-se em Sociologia pela USP. Publicou diversos livros, entre os quais destacamos: **A Rebelião do Trabalho**. Campinas: Unicamp, 1986); **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995); **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. Atualmente, coordena a Coleção Mundo do Trabalho na Boitempo Editorial e Trabalho e Emancipação na Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas e jornais nacionais e estrangeiros. O professor, escritor e pesquisador conversou com **IHU On-Line** sobre o lugar do trabalho na sociedade contemporânea.

**IHU On-Line – A que o senhor atribui o sucesso do seu livro *Adeus ao trabalho?*, traduzido em várias línguas e em sua 9ª edição em português?**

**Ricardo Antunes** – O meu livro foi publicado em sete países, Brasil, Itália, Espanha, Argentina, Venezuela Colômbia e México. Eu atribuo a sua boa receptividade ao fato de que ele é uma resposta latino-americana para a crise que se passa no mundo do trabalho, onde, em geral, as posições dominantes eram do tipo eurocêntricas, de autores como André Gorz, Habermas, Dominique Méda ou o norte-americano Jeremy Rifkin, para citar alguns exemplos. Acho que meu livro foi uma resposta, mostrando que é impensável falar do fim do trabalho sem olhar para o assim chamado ter-

ceiro mundo, onde se encontram dois terços da população humana que trabalha. O meu livro posterior **Os sentidos do trabalho** também está em sétima edição no Brasil e está sendo traduzido para o espanhol e o italiano. Esta obra corresponde a um ano de pesquisa de pós-doutorado, feita por mim na Inglaterra, na Universidade de Sussex.

**IHU On-Line – Atualmente, o desemprego atinge, no Brasil, seus mais altos índices. O governo atual não está sabendo dar respostas nesse sentido?**

**Ricardo Antunes** – Tratar de desemprego implica tratar duas dimensões: a primeira eu chamaria de um desemprego estrutural. A lógica do sistema global do capital hoje, da transnacionalização da economia da chamada globalização ou mundialização da economia, as empresas na competitividade estabelecida entre elas em âmbito mundial Japão, EUA, Europa, América Latina, Ásia, etc., têm uma lógica: reduzir o trabalho vivo, ampliar o trabalho morto, ou seja, o maquinário técnico-científico, reestruturar a organização sociotécnica do trabalho, visando a aumentar a produtividade das empresas para poder entrar na lei da selva da competição. Essa lógica se intensificou com a crise estrutural do capitalismo, a partir de 1973, normalmente chamada de forma superficial de crise do taylorismo e do fordismo e com o neoliberalismo, que é o ideário e a pragmática própria da fase da reestruturação produtiva. Combater o desemprego e imaginar que se vai eliminar o desemprego no capitalismo é uma completa ficção hoje. O sistema global do capital oscila entre a necessidade de ter o trabalho perene, mas, ao mesmo tempo, ter no outro pêndulo, o trabalho supérfluo. Uma parcela da classe trabalhadora é indispensá-

vel e ambas as parcelas da classe trabalhadora tornam-se supérfluas. Esse é o movimento do capital. Em segundo lugar, é também um problema mais conjuntural. Depois do Consenso de Washington e da implantação das políticas neoliberais, os governos são induzidos a implementarem o mesmo receituário, sejam governos de direita ou de esquerda. Esse receituário é o que já sabemos: privatização, financeirização da economia, desregulamentação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, incentivo do mundo privatizado e desregulamentado. Conseqüentemente, já há um fator estrutural que empurra para o desemprego, e a ele é acrescido um fator conjuntural que faz com que o sistema financeiro internacional, os organismos bilaterais ou multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outros, e os governos nacionais dos países dominantes da Europa e os EUA, etc. Se eles empurram os governos do mundo para aplicarem políticas neoliberais, acentua o desemprego. Essa é a tragédia que embaralhou o governo Lula e da qual ele não tem mostrado nenhuma capacidade de sair. Prisioneiro desta impulsão estrutural do sistema capitalista que impele para o desemprego estrutural, Lula pratica uma política econômica em sintonia adequada à pragmática neoliberal. O resultado é esse que vemos nos jornais desta semana: São Paulo passou de 20% dos níveis de desemprego. Só na cidade de São Paulo, são mais de 2 milhões de desempregados. Há bairros em São Paulo com mais de 60% de desemprego. E isso não vai diminuir, é uma ilusão dizer que o País vai crescer, porque a política é totalmente vulnerável à pressão norte-americana. Este governo, continuando a política econômica anterior de FHC, continuando a política anterior de Collor, todos eles seguindo uma política neoliberal, se mostra incapaz de, minimamente, tentar um projeto alternativo, embora tenha sido o discurso do PT durante 24 anos. Foi só Lula ganhar o poder para desdizer tudo o que disse no passado.

**IHU On-Line – A promessa eleitoral de criar 10 milhões de empregos é também uma ficção irrealizável dentro do capitalismo?**

**Ricardo Antunes** – Era uma manipulação de propaganda eleitoral. Duda Mendonça falou para

ele o que o povo quer ouvir. Para que o Brasil pudesse criar dez milhões de empregos, ele precisaria ter um profundo crescimento econômico com outra política econômica. Crescimento econômico não é sinônimo de emprego. A ditadura militar cresceu muito e havia desemprego. O capitalismo pode crescer, empregando pouco. A discussão atual sobre salário mínimo é grotesca. Falamos de 260, 27 reais, o salário mais baixo da América Latina. O Brasil, que já foi a oitava economia do mundo, hoje está na 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> posição. Ter um salário abaixo da maioria dos países da América Latina é grotesco. O governo Lula está com salários baixos, com o grosso de nossa produção voltada para o pagamento dos juros e da dívida externa, para os juros do sistema financeiro internacional, imagina que vai alavancar a economia brasileira, criando fundos privados e pensão? Fundindo o sistema financeiro internacional e o sindicalismo de negócios? É ficção. O resultado é uma tragédia.

**IHU On-Line – Olhando para os outros países da América Latina, como o senhor vê que estão enfrentando a atual situação? É possível ainda no contexto global que algum estado-nação faça mudanças alternativas ao poder hegemônico do capital?**

**Ricardo Antunes** – É possível sim, e necessário. Se isso não for feito vamos intensificar a barbárie. Nós já vivemos a barbárie, com 20% de desemprego em várias capitais. Qual é a alternativa? Vamos começar pela Venezuela. Quando Chávez ganhou a eleição, estava tudo preparado para privatizar a Companhia de Petróleo Venezuelana (PDV), um esquema norte-americano, interesses privados, os gestores da PDV corrompidos pela privatização, todos de acordo. O presidente Chávez travou esse processo. Sofreu uma brutal oposição e conseguiu reverter o quadro. Está com dificuldade, mas está buscando uma política de efetiva participação popular. O governo Kirchner, na Argentina, também é interessante. Foi eleito com baixa votação, tendo menos votos que Carlos Menem no primeiro turno. Não houve segundo turno porque Menem renunciou. Um governo que assumiu com um apoio popular muito fraco, mesmo assim, chamou o FMI e disse: “Não dá mais para

fazer o que vocês estão querendo”. A Argentina era um país com razoável nível de seguridade social. Era um país com um padrão de vida bastante razoável para os padrões de vida latino-americanos, e isso foi desmontado pela barbárie da ditadura militar e depois pelos governos Alfonsín e pelo arquiocorrupto governo Menem. Kirchner subiu e disse: “Não dá mais. Primeiro vamos arrumar a casa e depois vemos o que vamos fazer”. Imagine se o Lula tivesse feito isso com 53 milhões dos votos. Teria dito: “Não dá mais. Agora eu tenho 53 milhões de votos, uma população trabalhadora enorme. Tenho um nível de informalização do trabalho que é quase de 60%, um nível de indigência e miséria que passa de 30 ou 40 milhões, não posso mais segurar isso, vamos ter que mudar para valer a política econômica, queira ou não o FMI”. Era só articular com a Argentina, Venezuela, Cuba, Índia, China, Rússia. O Lula, ao mesmo tempo, que quer conversar com Chávez, Kirchner e Fidel, é o paladino do neoliberalismo. Quer se mostrar ao FMI como mais confiável que FHC, mais realista que o rei, quer ser uma espécie de nome de consenso. É uma piada, porque neste campo ou estamos de um lado, ou de outro. Tanto na política interna como na externa é um governo amedrontado e servil, em processo de erosão, o que é muito triste e preocupante, porque os que votamos no Lula imaginamos algumas mudanças. O que mudou foi dentro do neoliberalism, e para pior.

### **IHU On-Line – O governo argumentou em diversas oportunidades que não queria virar uma outra Argentina...**

**Ricardo Antunes** – É. Não queria que o Brasil virasse uma Argentina, só que agora, a Argentina está conseguindo, devagarzinho, resgatar um mínimo de dignidade, e o Brasil está virando o que a Argentina era dois ou três anos atrás. Estamos chegando lá depois de um ano e quatro meses de política de governo, fazendo o que o FMI manda. O Lula tinha um capital social e político de 53 milhões de votos para dizer não ao FMI, hoje sua erosão é avassaladora. O PT se confunde com o PSDB e o PFL na política econômica, nos acordos e conchavos e até na corrupção. Eu não tenho ne-

nhuma dúvida que, em 2006, o PT terá uma derrota fragorosa. É triste, mas é esse o quadro.

### **IHU On-Line – Nesse contexto, para onde caminha o trabalho?**

**Ricardo Antunes** – Estamos no século XXI. A primeira pergunta é: Que sociedade nós queremos? Queremos uma sociedade submissa, voltada para a acumulação de lucros do sistema financeiro, independente da humanidade ou nós queremos uma sociedade a serviço da humanidade? Essa é a primeira questão. E isso torna profundamente atual o socialismo. Diferentemente do que ocorreu no século XX quando o socialismo foi derrotado, mas, com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e da Índia, com o Zapatismo, o MST, as greves que ocorrem em certas partes do mundo, o movimento social na Bolívia, meses atrás, todos esses movimentos mostram que o descontentamento é enorme, e isso coloca uma questão central: o trabalho que estrutura o capital, desestrutura a humanidade: precarização, globalização, desemprego, sub-remuneração, exploração do trabalho, etc. Em contrapartida, o trabalho que estrutura a humanidade, desestrutura o capital. O desafio do século XXI é resgatar o sentido do trabalho para que reconquiste o sentido de dignidade humana e estruture a humanidade. Para isso, nós temos que desestruturar o sistema de mercado, de capital. Os apologistas da ordem vão dizer que isso é utópico, ou que não é novo. Nós respondemos que isso é o novo, o velho é reciclar o neoliberalismo e achar, como Fukuyama, que ele é inevitável. Entramos no século XXI com os EUA, impondo para o mundo uma política agressiva, destrutiva e terrorista. Vamos aceitá-la? É inevitável? É a mesma lógica que destrói a natureza e o ambiente. Nunca nós vivemos no mundo com tanta destruição ambiental. Poluição da água, do ar, é uma destrutividade em escala mundial. A lógica dos manuais empresariais diz que, para que uma empresa seja racional, precisa enxugar a força de trabalho, flexibilizá-la, precarizá-la e desempregar; quanto menos trabalhadores ela tiver e mais produtiva ela for, melhor é. Se cada empresa, no plano micro, expulsa força de trabalho e avança na racionalização de trabalho, se todas fi-

zerem assim, a racionalidade tem como resultado uma brutal irracionalidade global. Vamos aceitar isso como inevitável?

**IHU On-Line – Portanto, o senhor vê sentidos bem contraditórios no trabalho?**

**Ricardo Antunes** – O trabalho no capitalismo é servidão, é estranhamento, é alienação, é perda de sentido, é necessidade exteriormente imposta, é trabalho compulsório e forçado. Mas, quando se olha a história da humanidade, o trabalho também é criação, humanização, autoconstituição do gênero humano, o trabalho também é um momento de emancipação. Há uma dialética do trabalho: ele emancipa, mas também cria servidão; é autônomo, mas freqüentemente é heterônomo. Tem o sentido de emancipação, mas, com freqüência, é alienação. No século XXI, temos que pensar seu sentido fundamental: resgatar um trabalho dotado de sentido, para que nossa vida fora do trabalho também seja dotada de sentido. É pura ficção imaginar que o trabalho possa ser desprovido de sentido dentro do trabalho e que nossa vida possa ser provida de sentido fora do trabalho. Esse é o núcleo do meu pensamento.

**IHU On-Line – Quais são os grandes pensadores do trabalho no momento atual?**

**Ricardo Antunes** – Eu faço parte de uma linha-gem de autores que resgata esse sentido duplo, vivo e contraditório do trabalho. Então, por exemplo, eu simpatizo com a obra do francês Alain Bihir<sup>8</sup>, tenho confluência também com István Mészáros, que escreveu o livro *Para além do Capital*<sup>9</sup>, obra monumental. Acho também importante o trabalho que o Robert Castel faz na França, especialmente ao mostrar os laços de sociabilidade que nascem na esfera do trabalho<sup>10</sup>. Eu recuso

aqueles autores que fazem um *requiem* do trabalho sem fazer um *requiem* do capital. Eu acho muito fácil dizer que se quer o fim do trabalho, e não dizer que se quer o fim do capital. Fica a idéia de que podemos ter uma sociedade capitalista sem trabalhadores, o que é pura ficção. O que acho fundamental hoje é dizer que se quer o fim da sociedade destrutiva do capital e o fim do trabalho alienado, do trabalho abstrato, assalariado, e isso é condição para resgatar uma sociedade para além do capital e para além do mercado. Uma sociedade onde o trabalho seja dotado de sentido humano, criativo e societal. Eu tenho também uma grande admiração por Robert Kurz, porque faz uma critica decisiva ao caráter destrutivo do capitalismo. Mas, tenho uma diferença grande com Kurz: ele acha que o trabalho é sempre alienado e que, portanto, deve ser eliminado. Eu, na herança do pensamento de Marx e de Lukács, penso que o trabalho no capitalismo é alienado. O trabalho, na sociedade feudal é servil, o trabalho na sociedade greco-romana é escravocrata, mas o trabalho também é um momento fundante da atividade humana que permitiu, inclusive, que o homem se humanizasse e se diferenciasse dos animais. Nesse sentido, o trabalho pode ser criação, autonomia e ponto de partida para a emancipação, mas, para isso, é preciso destruir os pilares da sociedade do capital.

**IHU On-Line – Qual é sua mensagem para o dia Mundial do Trabalho e como a universidade entra na hora de pensar o mundo do trabalho?**

**Ricardo Antunes** – O primeiro de maio simboliza um dia histórico. Um dia em que as forças sociais do trabalho disseram para o capital: “Este mundo não nos interessa”. O nosso desafio hoje é

<sup>8</sup> Alain Bihir, doutor em Sociologia, trabalha na Université de Haute Alsace, Mulhouse, e é autor de, entre outros livros, *Da Grande Noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. Hoje pesquisa mais detalhadamente o avanço do movimento integrista na Europa. (Nota da *IHU On-Line*).

<sup>9</sup> Campinas: Boitempo; Ed. Unicamp, 2002.

<sup>10</sup> Robert Castel é autor do notório livro *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*, Petrópolis: Vozes, 1998. O último livro de R. Castel é *L'insécurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé?* (A insegurança social. O que é ser protegido?) Paris: Seuil, 2003. A revista *Alternatives Économiques*, n. 61, 3º trimestre de 2004, publica uma longa entrevista com o autor sob o título *Pour un nouvel Etat social* (Por um novo Estado social). (Nota da *IHU On-Line*).

pensar nesta nova polissemia que marca o mundo do trabalho. Como é possível resgatar o sentido de pertencimento de classe e reconstruir e redesenhar um projeto de sociedade de modo muito amplo com o que eu chamo de “classe-que-vive-do-trabalho”? A universidade é fundamental nisso tudo, porque, tanto no Brasil quanto na América Latina,

se tentou e, em alguns casos, se conseguiu, destruir a universidade pública, porque ela pensa a humanidade e o sistema de mercado como a expressão viva da desumanidade. Mercado não rima com humanidade, capital não rima com humanidade; universidade rima com humanidade, por isso ela tem um papel importante.

## A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário

*Entrevista com Robert Kurz*

Robert Kurz é sociólogo e ensaísta alemão. Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. Atualmente, vive em Nuremberg como publicista autônomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redator da revista teórica **Krisis** – Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft (*Krisis – Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. O seu livro **O Colapso da Modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, também editado no Brasil, tal como **O Retorno de Potemkin**. São Paulo: Paz e Terra, 1994 e **Os Últimos Combates**. Petrópolis: Vozes, 1998, provocou grande discussão, e não apenas na Alemanha. Mais recentemente publicou **Schwarzbuch Kapitalismus** (O Livro Negro do Capitalismo) em 1999, **Weltordnungskrieg** (A Guerra de Ordenamento Mundial) e **Die Antideutsche Ideologie** (A Ideologia Antialemã) em 2003, não editados em português. Robert Kurz disponibilizou a entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line**, em alemão, no sítio [www.exit-online.org](http://www.exit-online.org). A tradução da entrevista é da CP Traduções.

**IHU On-Line – No Brasil, está crescendo o desemprego em um governo de esquerda do qual se esperava uma solução para esse problema. Por que o desemprego parece uma questão sem resolução? Há algum outro modelo alternativo ao binômio emprego – desemprego para nossas sociedades?**

**Robert Kurz** – É uma contradição fundamental na forma de produção capitalista moderna, que, por um lado, se baseia na permanente transformação da energia humana em capital e, por outro, obriga a concorrência para o desenvolvimento das forças de produção, na qual a mão-de-obra é transformada em objeto supérfluo. No passado, esta contradição sempre pôde ser compensada com a expansão dos mercados. Contudo, na terceira revolução industrial da microeletrônica, o efeito de racionalização é durável e maior do que o efeito da expansão. Até hoje, todos os modelos para se vencer esta crise global não obtiveram resultado, porque eles não levam em consideração a obsoleta lógica de transformação de trabalho em capital e somente se ocupam da administração da pobreza. Se nos tornarmos improdutivos e cada vez mais recursos ficarem improdutivos, deveremos, em princípio, questionar categoricamente os atuais hábitos e formas de produção. Assim sendo, a discussão recua e se torna, de certa forma, maçante.

**IHU On-Line – Como o senhor vê a relação entre Estado, mercado e terceiro setor? E o futuro dos partidos políticos e sindicatos?**

**Robert Kurz** – A política como tal se torna um modelo em extinção. Essencialmente, o Estado e a política respondem unicamente às conseqüências de processos cegos de mercado e concorrência. Se essas conseqüências não forem mais controláveis, a competência da política desaparece. Só podemos ser sujeitos da política, se formos também sujeitos do trabalho e do capital. Quanto mais as pessoas se desligarem da lógica traba-

lho/capital, menos insensatas se tornam as esperanças no Estado. Por este motivo, muitos já não acreditam mais nos partidos políticos. O fazer político se tornou hoje, de certa forma, uma rotação desengrenada<sup>11</sup>. As organizações não-governamentais não se constituem alternativa, uma vez que se entendem por meras empresas não-críticas de reparação das sociedades totalitárias de mercado. Elas deveriam empenhar-se abertamente em opor-se à ordem dos fatos e pensar em um mundo além do mercado e do Estado, não como organizações subalternas de ajuda paralela ou até mesmo inerentes à administração capitalista da crise, mas sim em contraposição a isso. Os sindicatos também ficaram sem ação, porque eles só foram concebidos para a expansão histórica do trabalho assalariado. Na atual crise global, esta área se tornou vacilante. Poderia haver, então, espaço para a demanda sindical para o Estado e as empresas. Mas em vista das atuais exigências, os sindicatos estão paralisados, enquanto se mantiverem presos à lógica do trabalho assalariado e enquanto assumirem a responsabilidade do sistema vigente.

**IHU On-Line – Quais são suas divergências com a idéia de flexibilização do trabalho de Ulrich Beck e as idéias de trabalho imaterial de André Gorz? Como o senhor vê a reflexão de Paolo Virno e Maurizio Lazzarato?**

**Robert Kurz** – Desde alguns anos, novos conceitos estão sendo trazidos a debate, os quais, todavia, não contribuem muito para uma análise crítica, porque provêm do discurso do gerenciamento. A flexibilização, que foi elogiada como método da auto-realização, é, na realidade, um método de auto-adestramento às exigências alheias do sistema em crise. As pessoas devem analisar-se como seu próprio capital humano, cada eu deve ser uma pequena empresa, cada indivíduo deve ser um meio único da autovalorização. Ser flexível parece não significar mais do que degradar-se em um autômato, o qual mecanicamente reage aos comandos e sinalizações do mercado. É a forma mais sutil de desumanização. No mesmo âmbito, encontra-se o conceito do trabalho imaterial, o

qual pertence ao discurso da sociedade intelectual ou à sociedade da informação. Em primeiro lugar, uma grande parte das assim denominadas atuações/atividades imateriais nos campos da medicina, da cultura, da educação, das assessorias, etc. são pouco caracterizáveis como capitalistas. Não se trata, assim, de amplos campos de aproveitamento do capital, ou seja, transformação do trabalho em capital, como no passado, na indústria automobilística. Ao contrário, estes campos aparecem segundo a lógica capitalista como custos (sociais ou empresariais). Em segundo lugar, tenta-se, de igual maneira, no contexto capitalista, reduzir e adaptar as potências dos campos imateriais pela racionalização e privatização. Mediante o processo cego de desenvolvimento capitalista, possibilidades civilizatórias surgiram, as quais ultrapassaram o sistema moderno de produção, porque não podem mais ser banidas da lógica trabalho, valor, produto e capital. O conceito do trabalho imaterial torna-se, desse modo, uma contradição em si, porque as atividades e possibilidades imateriais se opõem especificamente à abstração capitalista trabalho. Não há sentido em somente se modificar o conceito moderno de trabalho, ele deve ser categoricamente negado.

**IHU On-Line – Qual é o papel da universidade numa sociedade com grandes massas de desempregados?**

**Robert Kurz** – As universidades são as instituições clássicas para a educação. Como todas as instituições civis, elas se baseiam na economia da sociedade de trabalho de massa, ou seja, no aproveitamento do capital. Como campos secundários, nos quais a lógica do aproveitamento não foi diretamente eficiente, as universidades foram consideradas como um certo luxo intelectual de pesquisa, formação e reflexão crítica na história da expansão capitalista. No auge da expansão, na era da indústria fordista (indústria automobilística), pareceu por um tempo que até os filhos da classe trabalhadora em grande escala, teriam acesso às universidades, como se fosse possível substituir os trabalhadores de massa por intelectuais de massa. Mas isso foi

<sup>11</sup> No original em alemão: Der ganze politische Betrieb ist nur noch ein Leerlauf. (Nota da *IHU On-Line* )

uma ilusão, porque, afinal de contas, a educação capitalista somente pode existir como ponto elitista na base do trabalho de massa. Desde que a expansão histórica se transformou em contração histórica, também as universidades sentiram a crise global da terceira revolução industrial. Uma sociedade de massa de desempregados é uma sociedade da necessidade financeira. Para os campos secundários, entre elas a educação, desaparece significativamente a financiabilidade. Quanto mais os políticos dificultarem a necessidade de investimentos na educação para a concorrência no mercado mundial, mais dificuldades e restrições encontrarão as escolas e universidades. Os administradores, funcionários e ideologistas do sistema querem vencer esta contradição, reduzindo a educação social e os conteúdos. O conceito de elitização se imporá novamente, por meio da privatização, das mensalidades caras e do fomento de menos universidades de ponta, o que deverá produzir, em base menor, a qualificação para o mercado mundial, à medida que os supérfluos da educação serão cortados. O capitalismo não pode substituir os trabalhadores de massa por intelectuais de massa, e sim, pela barbidade analfabetizada de massa. Entretanto, o estreitamento social, vinga-se com o estreitamento intelectual nos programas curriculares das universidades. A ciência deve transformar-se diretamente em máquina de aproveitamento, a lógica econômica empresarial devora a pesquisa livre, a reflexão crítica sucumbe como luxo dispensável. Uma crescente massa de analfabetos desempregados depara-se com uma pseudo-elite de intelectuais idiotas funcionais, os quais se declaram incapazes de gerenciar o grau alcançado de socialização altamente complexo e híbrido. As universidades só poderão retirar-se desta tendência de decivilização, quando se opuserem ao elitismo (Elite-Lobbysmus) e ao reducionismo econômico. Deverá haver um movimento dos sábios desobedientes, os quais se envolvam com os novos movimentos sociais, sem levar em consideração a antiga paralisada classe política de esquerda. Se as chances continuarem igualmente menores, a comunidade de docentes e discentes poderá partir para a subversão intelectual e transformar a universidade em campo experimental para uma cultura de oposição.

### ***IHU On-Line – Quais são os principais desafios da globalização?***

**Robert Kurz** – Constantemente nos é pregado que devemos nos adaptar à globalização. Se a globalização for realmente irreversível, não haverá volta para a reprodução nacional da sociedade. Mas a tarefa consiste em que a globalização se adapte às necessidades das pessoas, e não o contrário. A longo prazo, isso só será possível, se a sociedade mundial libertar-se do jogo do economismo real e organizar seus amplos recursos em uma nova forma, além do mercado e do Estado. Para se alcançar este objetivo, os movimentos contrários precisam estar à mesma altura do monopólio de capital. Este é também o desafio decisivo dos sindicatos. Eles precisam se libertar de sua forma de organização nacional. Enquanto a forma do partido político, em essência, permanecer ligada ao quadro estatal, e daí por si mesmo ser reacionária, a luta social, em princípio, se tornará, de igual maneira, monopólio como a economia empresarial capitalista. Mas até agora os novos movimentos sociais estão ainda orientados no sentido tradicional internacional do que realmente transnacional. Isso se explica porque estes movimentos ainda se orientam nas formas passadas de regulamento estatal (nostalgia keynesiana). Estas formas de regulamento não podem, todavia, ser expandidas para o plano de monopólio de globalização, porque não existe um estado mundial. Com isso, fica claro que atualmente a consciência oposicional se prende às categorias obsoletas do sistema moderno de produção de bens. Nação, trabalho e produto precisam ser dominadas. Enquanto os movimentos contrários ainda se relacionarem positivamente com estas categorias, eles permanecerão susceptíveis ao populismo nacionalista e às tendências racistas e anti-semitas. Um dos maiores desafios da globalização é conferir a estas falsas alternativas uma forte recusa.

### ***IHU On-Line – Como caracterizaria a sociedade na qual o grupo Krisis aposta?***

**Robert Kurz** – Infelizmente, tenho que dizer que o grupo crise (Krisis) vigente até agora, não mais existe. O grupo se desfez, porque havia divergências sobre a crítica do Iluminismo social e a forma

de sujeito moderna masculina. A respeito disso, algumas pessoas queriam ter o mérito de nossa polêmica. A maioria da até agora atual redação de Krisis publica uma nova revista teórica chamada EXIT!. Tais quebras já conhecemos da história dos esquerdos. Ao que parece, eles não se deixam intimidar pelas novas exigências. Uns ficam parados, outros vão adiante, mas isso não muda nada no caráter social da iniciativa. O novo grupo também é uma associação livre para a teoria crítica fora das instituições acadêmicas. Nós não somos,

no sentido dogmático da palavra, antiacadêmicos, mas também contamos com pessoas do serviço institucional de ciências. Trata-se de saber se se levará a crítica emancipatória para as universidades. Isso só será possível mediante uma posição independente institucional, e não só de conteúdos. Talvez isso seja o futuro das reflexões críticas intelectuais, a saber, a auto-organização em grupos autônomos, os quais se desliguem das tutelas burocráticas.

## Pensar outras formas de produção e consumo

Por Anselm Jappe

Anselm Jappe fez parte do grupo Krisis. No Brasil, a circulação das idéias do grupo está associada a Robert Kurz, autor do livro, já clássico, **O Colapso da Modernização**. Paz e Terra, 1992, e um dos editores, até recentemente, da revista **Krisis** que propõe uma análise da sociedade contemporânea em relação à crítica do valor, do sistema produtor de mercadorias e seus fetiches. Para o grupo Krisis, a “crise da sociedade do trabalho”, o estado crítico do “capitalismo global de cassino”, as “bolhas do capital financeiro fictício” e a “honra perdida do trabalho” colocam o mundo na encruzilhada: acirramento da barbárie de um modelo socioeconômico de privações ou sua superação. Aqui reside a importância do Brasil. Para Jappe, o Brasil pode ser o país do futuro “se considerarmos sua potencialidade para sair do capitalismo industrial e para caminhar em direção a uma sociedade em que os meios criados pela humanidade não sirvam mais para mover uma máquina que gira em vão, mas para satisfazer as necessidades e desejos humanos”. Anselm Jappe é autor do livro, entre outros, **Guy Debord**. Petrópolis: Vozes, 1999. O artigo, a seguir, foi escrito, em italiano e traduzido pela **IHU On-Line**.

A miséria e o desemprego se espriam pelo mundo afora e se difunde, cada vez mais, a sensação de que vivemos numa época de crise contínua e aguda. Entretanto, nem sempre se leva em conta um fato tão fundamental quanto elementar: não são as capacidades produtivas que estão em crise. Pelo contrário, se produz muito mais do que se usa, e se jogam, literalmente no mar, os “excedentes” alimentares. O que efetivamente está em crise é o mecanismo de mediação, representado pelo dinheiro: no capitalismo, se produz somente aqui-

lo que pode ser transformado em dinheiro, o que é vendido no mercado, caso contrário se abandona a produção, por mais útil que ela possa ser; e somente quem consegue transformar a sua força-trabalho em dinheiro pode aceder aos produtos disponíveis, caso contrário permanecem inutilizados. Não se quer, então, grandes projetos utópicos para imaginar outras formas de consumo e de produção: o importante seria uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais, e não para satisfazer a cega necessidade do sistema baseado sobre o valor, sobre a mercadoria e sobre o dinheiro de crescer continuamente. Precisaríamos de uma produção que se preocupe com os conteúdos ao invés da auto-reprodução tautológica de uma forma vazia: o valor como representação fictícia do trabalho passado. É evidente, porém, que seria inútil dar conselhos aos governos de como chegar a isso. Na sociedade da mercadoria, o Estado não pode ter outra função que a de garantir o mínimo de coesão sem a qual esta sociedade, baseada sobre a concorrência, se dissolveria imediatamente numa guerra de todos contra todos. Qualquer governo, independentemente das suas intenções, deve, necessariamente, buscar garantir a valorização do capital e tornar-se escravo dos “mercados”. A estrada da emancipação social não pode passar pela tomada do poder ou a conquista do Estado. Este, de qualquer modo, se reduziu quase que inteiramente a uma carcaça vazia. A emancipação social deve passar por uma longa estrada, feita de múltiplas experiências de auto-organização e de reapropriação direta dos recursos materiais e imateriais, lá onde vale a pena. Não se trata mais de pedir “postos de trabalho”, mas de reivindicar o direito de todos a uma vida boa, já que os pressupostos para isso es-

tão dados: o direito de não morrer de sede em meio à água. A recusa do trabalho não significa, certamente, uma recusa da atividade. Absolutamente não se trata disso, mas o contrário: muitas vezes, é a própria sociedade baseada sobre o trabalho que impede as atividades sensatas, por exemplo, quando o mercado mundial constringe milhões de agricultores no mundo a abandonar os seus campos, porque não são mais “rentáveis”. A recusa do trabalho não significa igualmente a expectativa de um duvidoso paraíso tecnológico, onde ficaremos olhando somente as máquinas trabalhando no nosso lugar. Significa, sim, não aceitar mais que a própria existência dependa da venda da própria força-trabalho, uma venda que prescinde de toda e qualquer consideração do conteúdo do trabalho e que todos devem tentar, mesmo quando esta força-trabalho não é mais requerida pelos processos produtivos. Na verdade, é a própria sociedade do trabalho, reduzindo, cada dia, o trabalho necessário e declarando para a maior parte dos seus súditos que ela não mais necessita dos seus serviços, que trabalha para a abolição da sociedade do trabalho. Uma saída emancipatória desta situação é possível, mas não está, absolutamente, garantida. Certamente, os sindicatos e os partidos tradicionais de esquerda não compreenderam esta situação. Isso quando chegam, em muitos casos, a se vender ao “realismo” neoliberal, sonhando, no melhor dos casos, com um impossível retorno de um idealizado *wel-*

*fare state* (estado de bem-estar social) de trinta anos atrás. Certamente, no Brasil, essas nostalgias são mais absurdas que em outras partes do mundo. Pois aqui o capitalismo nunca funcionou na sua forma “clássica”, como integração da população inteira no ciclo de uma produção maciça e de um maciço consumo de mercadorias. Toda teoria do “desenvolvimento”, que quer introduzir com trinta anos de atraso aquilo que não funcionou nem nos países mais “ricos”, está condenado à falência. Talvez, nisso resida também a chance para o Brasil: ele não deve, necessariamente, passar por todo o ciclo capitalístico<sup>12</sup>. Em muitas regiões do País, existem ainda tradições pré-capitalistas que nos seus aspectos positivos – por exemplo a confiança no trabalho ou no espírito de comunidade –, poderiam desenvolver um papel emancipatório. A idéia bizarra que se vive somente para trabalhar e acumular dinheiro parece estar menos enraizada nas cabeças das pessoas no Brasil do que nos países mais “avançados”. Até que as mudanças sociais não sejam imediatamente mundiais, a grandeza do Brasil e as suas riquezas naturais podem garantir que as tentativas de construir uma sociedade diferente não sejam abafadas pela eventual hostilidade do mundo circunstante. E se se acredita que a campanha e a agricultura devem desenvolver um papel de primeira grandeza na construção de uma sociedade emancipada, então o Brasil será uma terra eleita para uma tal construção.

<sup>12</sup> Esta idéia o autor defende de maneira mais ampliada no relato de uma viagem pelo Brasil e que foi publicado na **Carta Capital**, 26-4-2000. Esse relato pode ser consultado também no boletim **Cepat Informa** n. 61, p. 21-29, de 2000.

## O desemprego em massa.

### O direito à vida não passa mais pelo trabalho assalariado

*Entrevista com Paolo Virno*

*Paolo Virno é filósofo e professor na Universidade da Calábria (Itália). Foi militante nos anos 1970 na autonomia operária. Esteve preso durante três anos, processado com Antonio Negri, acusado de pertencer a uma organização terrorista. Foi absolvido. Paolo é autor de vários livros, entre os quais destacamos: **Gramática de la Multitud**. Buenos Aires: Colihue, 2003; **El Recuerdo Del presente**. Buenos Aires: Piados, 2003.*

**IHU On-Line – O que significa estar na era do desencanto? De que maneira o trabalho e o desemprego contribuem para essa era?**

**Paolo Virno** – Quais são os principais requisitos requeridos aos trabalhadores hoje? Que sejam capazes de mudar rapidamente, prontamente se adaptando a novas regras, que sejam capazes de acompanhar as mais bruscas reconversões produtivas, que renunciem a qualquer tradição estável. Atenção, esses requisitos não são o fruto do disciplinamento industrial, mas, o resultado de uma socialização que tem o seu baricentro fora do trabalho, modelada pela mudança repentina de usos e costumes, pela permanente mudança das formas de vida. Pode-se fazer a hipótese que a “profissionalidade” efetivamente requerida no novo lugar de trabalho consiste precisamente nos dotes que se adquirem durante uma prolongada permanência num estágio pré-laborativo ou precário. Na espera de um trabalho, aqueles talentos genericamente sociais são desenvolvidos como também o hábito de não contrair práticas duráveis que, uma vez adquiridas, serão, depois de encontrado o emprego, autênticas algemas. A atual organização do

trabalho conta com aquela forma de subjetividade que, no passado, era definida como “nihilística”: uma subjetividade na qual predominam a incerteza das expectativas, variabilidade das colocações, identidades frágeis, desenraizamento, etc. Assim, a globalização faz com que o trabalho seja imbuído por sentimentos de desencanto: oportunismo, cinismo, medo.

**IHU On-Line – Vivemos numa sociedade que engendrou milhões de desempregados, além de condições muito precárias para aqueles que estão trabalhando. Que sinais de alternativas o senhor vê para humanização do mundo do trabalho?**

**Paolo Virno** – Creio que estamos vivendo uma crise geral da sociedade do trabalho. Esta crise não coincide com uma contração linear do tempo de trabalho como acreditam Gorz e Rifkin. Consiste, mais precisamente, no fato de que hoje a riqueza social é produzida, sobretudo pela ciência, pela informação do saber em geral. Não mais, ou muito menos, pelo trabalho feito pelas pessoas singularmente. No entanto, este termo continua valendo como parâmetro do desenvolvimento e da distribuição da renda. O tempo de trabalho é a unidade de medida vigente, mas não mais verdadeira. Poderíamos dizer o seguinte: a superação da sociedade do trabalho acontece, cada vez mais, nas formas prescritas do sistema social, baseado sobre o trabalho assalariado. O tempo em excesso, ou seja, uma potencial riqueza, se manifesta como miséria: desemprego estrutural (provocado pelos investimentos, não pela sua falta), ili-

mitada flexibilidade no emprego da força-trabalho, proliferação de hierarquias, etc. A crise da sociedade do trabalho implica que toda a força-trabalho contemporânea pode ser descrita com as categorias com que Marx analisou o “exército industrial de reserva”, ou seja, o desemprego. Marx entendia que o “exército industrial de reserva” podia ser subdividido em três tipos: *fluido* (hoje o chamaríamos de *turn-over*, aposentadorias antecipadas, etc.), *latente* (lá onde, a qualquer momento, pode ser introduzida uma inovação tecnológica que dispensa o emprego), *estagnada* (nos termos atuais: trabalho precário, atípico, etc.) E hoje, fluida, latente ou estagnada é a classe operária empregada como tal. Não há mais nenhuma linha divisória entre trabalho e não-trabalho.

**IHU On-Line – No Brasil, o Presidente Lula prometeu, na campanha eleitoral, a criação de 10 milhões de empregos, no entanto, o desemprego aumenta mais que no governo anterior, que não era de esquerda. Até que ponto pode ser resolvido o problema do desemprego no estado-nação na época da globalização, por mais que se tenha um governo de esquerda?**

**Paolo Virno** – Tenho admiração por Lula. Mas não acredito que seja possível refazer etapas já passadas do desenvolvimento capitalista: não se pode, por exemplo, querer refazer a época do pleno emprego, ou seja, a época do fordismo e do keynesianismo. O que está em jogo, hoje, é o esgotamento do trabalho assalariado e não o seu aumento. O desemprego de massa coloca o problema do “direito à vida”, que não passa mais pelo trabalho sob as ordens de um patrão, parcelado e repetitivo.

**IHU On-Line – Por que é importante entender o conceito de multidão para poder fazer uma leitura da sociedade contemporânea. Que lugar tem o trabalho na sociedade dos “muitos”?**

**Paolo Virno** – As formas da vida contemporânea atestam a dissolução do conceito de “povo” e a renovada pertinência do conceito de “multidão”. Esses dois conceitos, que emergem como pedras angulares no grande debate a partir do século

XVII, donde descende boa parte o nosso léxico ético-político, se colocam hoje como antípodas. O “povo” tem uma índole centrípeta, converge numa *volonté générale*, é a interface ou o reflexo do Estado; a multidão é plural, não se deixa abarcar pela unidade política, não estipula pactos nem transfere direitos ao soberano, recalitra em obedecer, se inclina por formas de democracia não-representativa. Na multidão, Hobbes individuou a máxima insídia para o aparato estatal, “os cidadãos, então se rebelam contra o Estado, são a multidão contra o povo” e Spinoza viu nela a raiz da liberdade. Desde o século XVII, quase sem exceção, prevaleceu incondicionalmente o “povo”. A existência política dos muitos como muitos foi expulsa do horizonte da modernidade: não somente pelos teóricos do Estado absoluto, mas também por Rousseau, pela tradição liberal, pelo próprio movimento socialista. Hoje, no entanto, as multidões retornam com força, caracterizando todos os aspectos da vida associada: costumes e mentalidades do trabalho pós-fordista, paixões e afetos, modos de entender a ação coletiva. Quando se constata este retorno, é preciso evitar um mal-entendido. Não é que a classe operária se extinguiu para dar lugar aos “muitos”, pelo contrário, o caso é bem mais complicado e interessante: os operários, permanecendo como tais, não têm mais a fisionomia do povo, mas exemplificam perfeitamente o modo de ser da multidão. Precários, desempregados, trabalhadores flexíveis, todos eles, me parece, podem ser concebidos como “muitos” irreduzíveis a uma Unidade (partido, Estado, soberano). A multidão contemporânea é uma rede de singularidades. Cada um dos “muitos” se caracteriza por aquilo que ele tem de único e irrepetível na sua existência individual, mas, ao mesmo tempo, ele é correlato, intimamente, com os outros “muitos”. Nesse sentido, me parece eficaz uma expressão de Marx: indivíduos sociais. Tanto mais “indivíduos”, quanto mais “sociais”.

**IHU On-Line – O que significa “necessitamos praticar uma desobediência radical”? Como o senhor a tem praticado em sua vida e que conseqüências isso lhe trouxe?**

**Paolo Virno** – A “desobediência civil” representa, talvez, a forma basilar de ação política da multi-

dão, contanto, porém, que ela seja emancipada da tradição liberal na qual foi encapsulada. Não se trata de não respeitar uma lei específica porque incoerente e contraditória com outras normas fundamentais, por exemplo, com a carta constitucional: em tal caso, de fato, a desobediência seria o testemunho de uma lealdade ainda mais profunda ao comando estatal. Ao contrário, trata-se de colocar em questão a própria faculdade de comandar do Estado, aquela obrigação de obedecer antes mesmo de saber que coisa nos será ordenado. Em outras palavras, é preciso estraçalhar aquele “monopólio da decisão política” que o Estado representa (a definição é de Carl Schmitt). A multidão é “antimonopolítica” e, precisamente por isso, desobediente. Quanto a mim, passei três anos na prisão, no início dos anos 1980, acusado de “associação subversiva”. Era, porém, um período diferente: mais que “desobediência radical” se tratava, então, de “revolução política”. Portanto, a desobediência toma o lugar da revolução, já que o problema não é a “tomada do poder”, mas a sua dissolução.

**IHU On-Line – Como imagina os próximos anos de nossas sociedades em relação com a sua organização política, a conquista da paz, o papel e o lugar que ocupará o trabalho?**

**Paolo Virno** – Espera-nos um terrível período de transição, semelhante, em muitos sentidos, ao do século XVII. Uma transição na qual serão construídas novas instituições internacionais e será refundada, por inteiro, a teoria política. O movimento global, a partir de Seattle, exprime muitas características do trabalho pós-fordista, mas sem conseguir, no momento, incidir sobre as relações de força. É este o ponto crucial: que formas de luta e que modelos organizativos para o trabalho precário, intelectual e flexível?

**IHU On-Line – Poderia ou deveria a universidade ser um lugar privilegiado para experimentar formas novas de organização social, para ler e entender a multidão, para apresentar novas definições do trabalho?**

**Paolo Virno** - Se é verdade que a ciência, a informação, o saber se tornaram a principal força produtiva, é claro que as universidades são um centro nevrálgico de luta política. Elas constituem aquilo que Marx chamava o *general intellect*, o “intelecto geral” da sociedade. Mais que lugar privilegiado do pensamento crítico, as universidades representam um componente decisivo da moderna cooperação produtiva. Não se trata tanto de elaborar novas definições de trabalho, mas de se organizarem como um setor estratégico da “fábrica social” e como intelectualidade de massa diretamente produtiva.

## “Nunca esteve tão longe a distância entre o País que podemos ser e o País que somos”

*Entrevista com Márcio Pochmann*

Márcio Pochmann é professor do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Ele é bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Ciências Políticas pela Associação de Ensino Superior do Distrito Federal e em Relações de Trabalho pela Universidade de Bologna, na Itália, doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, com a tese Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança. Publicou os livros: **Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda – O capitalismo em mudança**. São Paulo: Editora São Paulo, 1995; **Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999; **e-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002; **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: CES, 2002. É um dos organizadores do recém-lançado **Atlas da Exclusão Social. Volume 3: Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

**IHU On-Line – O Governo atual está com os mais altos índices de desemprego. Trata-se de uma questão de conjuntura, ou de algo mais profundo que o próprio Governo não está sabendo decifrar?**

**Márcio Pochmann** – De fato, estamos com uma crise estrutural de emprego no Brasil que foi adicionada por elementos de ordem conjuntural. Desde inícios dos anos 1990, o desemprego está crescendo no Brasil, agravado pelas opções do Governo atual. Há para mim três motivos: o primeiro é a ausência de crescimento econômico. Estamos completando quase 25 anos sem crescimento econômico sustentável. Precisaríamos es-

tar crescendo de 5 a 6% ao ano para poder abrir algo como 2 milhões e trezentos mil postos de trabalho a cada ano, que é o equivalente ao número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho por ano. Como de 1981 até o ano passado, crescemos em média 2% ao ano, temos a geração de excedente de mão-de-obra. O segundo motivo diz respeito a uma redução na participação dos salários na renda nacional. Em 1980, essa participação era equivalente a 50%. De todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, 50% eram formados de salários. Em 2002, o último dado que temos, a participação dos salários na renda nacional era de 36%. O que significa essa queda? Significa uma maior pressão da classe trabalhadora, objetivando elevar ou compensar o efeito dessa queda de renda. Temos uma pressão muito grande de aposentados. Eles são 6 milhões que, embora estejam aposentados, não abandonam o mercado de trabalho, e isso dificulta o ingresso de jovens, por exemplo. Temos também um aumento considerável nas horas extraordinárias. Em 2002, tivemos 31 milhões de trabalhadores com jornadas acima de 44 horas semanais. Temos menos pessoas trabalhando mais, o que, obviamente, reduz a jornada de trabalho de indivíduos ou até deixa alguns sem emprego. Esses 31 milhões com jornadas além das 44 horas semanais estariam tirando 7 milhões de postos de trabalhos que não estão sendo ocupados, por causa das horas extras. E temos 5 milhões de crianças e adolescentes que, em tese, não deveriam estar trabalhando, mas, por força certamente da baixa renda, terminam buscando uma forma de ajudar a família. Tudo isso constitui essa queda na renda do trabalho. A ter-

ceira razão diz respeito à forma com que o País tem se inserido na economia mundial. O Brasil está transformado num país de especialização em atividades de baixo conteúdo tecnológico e reduzido valor agregado. Por meio do agronegócio, o Brasil está se especializando, por exemplo, em suco de laranja e outras atividades que utilizam pouca mão-de-obra e têm baixo valor agregado tecnológico, de tal forma que esse tipo de inflexão na economia mundial é pouco geradora de emprego e os que gera são precários.

**IHU On-Line – Qual é a saída que o senhor vê para cada um desses três fatores que assinala como responsáveis pelo desemprego?**

**Márcio Pochmann** – Em primeiro lugar, o Brasil não tem um projeto de desenvolvimento nacional. Não se sabe para onde vai. Se nós vamos continuar operando dessa maneira ou se vamos fortalecer setores que são intensivos em tecnologias, por exemplo, que melhorariam a inserção do País na economia mundial. Existem países como a China, como a Índia, como a Coreia e como a Irlanda que alteraram a sua participação na economia mundial, sobretudo porque se concentraram em setores que são mais competitivos e geram maior valor agregado, que são setores intensivos em tecnologia. Nesse sentido, a constituição de um projeto de desenvolvimento precisa levar em consideração as oportunidades que a economia global abre e lamentavelmente não temos aproveitado isso. O segundo aspecto diz respeito a um choque distributivo que precisaríamos ter. Nós precisaríamos de uma reforma tributária que significasse a tributação dos ricos e não dos pobres como temos atualmente. Os impostos no Brasil oneram fundamentalmente os pobres. Os ricos não pagam impostos. Isso é um problema reformista. A proposta que o governo chamou de reforma tributária tinha como um dos seus objetivos introduzir um imposto único de 4%, o qual não foi nem discutido, foi descartado. E ao mesmo tempo é absolutamente fundamental avançarmos nos programas de transferência de renda sobretudo para a juventude, filhos dos pobres, que não tem outra alternativa que não seja aumentar a escolaridade, completar o ensino médio, abandonar a

entrada imediata no mercado de trabalho. Isso significa transferência de renda para que, de fato, eles possam completar o ensino médio, um programa como bolsa-família que garanta renda para os 4 milhões de jovens que estão fora do ensino básico e fundamental. Passar renda de quem tem para os que não a têm.

**IHU On-Line – Fala-se em redução da jornada de trabalho como saída, de fato menos pessoas estão cada vez trabalhando mais horas. Que saída haveria para essa situação?**

**Márcio Pochmann** – No caso da redução da jornada de trabalho, acho que é um componente importante, inclusive, na agenda da luta dos trabalhadores. O primeiro passo a ser dado certamente é a contenção das horas extras. As empresas, em geral, pagam já o adicional à hora normal, quando se trata da hora extra, então ou se aumenta drasticamente o custo da hora extra, fazendo com que esse custo a mais não seja transferido para o trabalhador, e sim para um fundo que ajudasse a financiar quem não está sendo contratado, porque os que trabalham fazem horas extras. Da forma como existe a hora extra atualmente, no Brasil, o empresário não precisa contratar imediatamente alguém, porque ele paga um pouco mais à pessoa que está trabalhando: interessa ao trabalhador e à empresa, mas prejudica aqueles que estão sem trabalhar. Eu penso que devem ser tributadas drasticamente as horas extras, só que essa tributação adicional iria para um fundo público, e não para o trabalhador. Essa forma desestimularia, mas não as evitaria, porque como diz o nome é hora extraordinária para algo eventual, e não deveria ser considerada uma cultura como acontece atualmente.

**IHU On-Line – Que relações poderíamos estabelecer entre o desemprego e a precarização do trabalho no Brasil e as relações do Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)?**

**Márcio Pochmann** – Certamente há uma relação direta, porque os parâmetros estruturais da política macroeconômica não foram alterados. Há basicamente uma continuidade. Há alterações

nos detalhes, mas não na essência da política macroeconômica, justamente aquela que acredita ser o papel do setor público residual na orientação das atividades econômicas em geral. Obviamente que esse esvaziamento do papel do Estado está diretamente ligado ao perfil dos postos de trabalho que são gerados no Brasil. Entre 1992 e 2002, 70% das oportunidades de trabalho que foram abertas, estavam associadas a quatro tipos de ocupações: trabalho doméstico, trabalho ambulante, trabalho de asseio e conservação e trabalho de segurança, ocupações que não demandam grande escolaridade nem recebem grande remuneração. São muito precárias, em sua maioria à margem do sistema de proteção social ou trabalhista.

**IHU On-Line – Que novos empregos poderiam e deveriam ser criados urgentemente no Brasil? Por que isso não aconteceu ainda?**

**Márcio Pochmann** – Não aconteceu e nem vai acontecer se a economia não voltar a crescer. O governo podia ter tomado a iniciativa de ampliar, por exemplo, o seguro-desemprego, que seria uma forma de, se não aumentar o nível de emprego, pelo menos evitar que os desempregados tivessem um rebaixamento drástico no seu padrão de vida. Outra medida importante seria um grande programa de transferência de renda para pessoas desempregadas de longa duração, associado à capacitação prática e teórica. Um programa para mais ou menos 2 milhões de pessoas seria um passo importante do ponto de vista de estimular a economia e garantir algum nível de ocupação para essas pessoas, especialmente me refiro ao Estado, porque o setor privado não tem capacidade de antecipar gastos, quando não há sinais de recuperação da economia. Por outro lado, também seria necessário um ajuste drástico no programa Primeiro Emprego que se volta principalmente para os jovens, mas as opções que se tomaram para constituir-lo, lamentavelmente não apontam para esse sentido.

**IHU On-Line – Que possibilidades e que riscos o senhor vê nas reformas sindical e trabalhista que estão na agenda do Governo Lula?**

**Márcio Pochmann** – Trabalho com a hipótese de que o curso das reformas são justamente para fortalecer as entidades de representação de interesses de desempregados e empregadores, porque, do contrário, seria um equívoco, um enfraquecimento das instituições, já que elas são sustentáculos da democracia e um país como o Brasil, que não tem experiência democrática, seria extremamente grave enfraquecer ainda mais as instituições que representam interesses dos trabalhadores. A minha grande incógnita é que a perspectiva da reforma sindical e trabalhista não aponte para um projeto nacional de desenvolvimento. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é uma lei constituída, tendo em vista um projeto de desenvolvimento do País, que era a industrialização e a urbanização nacional. A CLT normatiza o trabalho assalariado, que, nos anos de 1930-1940, era residual no Brasil, no setor urbano. A principal ocupação não era assalariada e estava no campo. O que houve foi o compromisso do País em constituir a chamada sociedade salarial, quando ainda o trabalho assalariado era minoritário. A CLT hoje tem várias décadas de existência, e o assalariamento continua como foi. A CLT, se fosse instituída antes dos anos de 1930, provavelmente não teria a eficácia que teve, porque o modelo econômico era desfavorável ao assalariamento. O que está faltando na discussão sobre a reforma sindical e trabalhista é isto: Que tipo de projeto de país nós queremos para as próximas cinco décadas? Qual vai ser o centro do trabalho? Vai ser trabalho assalariado, autônomo, cooperativo? Isso não está claro. Vai haver uma mudança que é basicamente interesse de assalariados. Hoje a cada dois ocupados um é assalariado. Outros são autônomos, e esse segmento não tem representação.

**IHU On-Line – José Genoíno, ao afirmar que o rumo da política econômica do governo não vai mudar, não estaria matando as esperanças da representação desses setores?**

**Márcio Pochmann** – Com certeza, o Governo federal dá demonstrações de que ele está convencido de que, aplicando a mesma política econômica do governo anterior, pode obter resultados diferentes. Entendo que será algo inédito se isso

ocorrer. Estamos condenados a colher resultados que já sabemos quais são.

***IHU On-Line – O que deveria mudar urgentemente nas universidades para que sejam instituições que não se conformem em preparar pessoas para o mercado de trabalho, e sim questionem mais esse mercado que expulsa pessoas e proponham outras alternativas?***

**Márcio Pochmann** – Eu entendo que a sociedade brasileira, de uma maneira geral, está inconformada com o País que nós temos hoje. Celso Furtado disse que nunca esteve tão longe a distância entre o País que podemos ser e o País que de fato somos. O papel da universidade, entre outros, é o de conhecer melhor a realidade brasileira e oferecer uma melhor avaliação do Brasil nas suas mais diferentes áreas de conhecimento. O primeiro passo para transformar a realidade é conhecê-la. Este é o compromisso da universidade: oferecer indicadores que permitam conhecer a realidade, para que o universitário, que tem acesso ao conhecimento, possa ajudar a transformar o País.

***IHU On-Line – A reforma sindical e trabalhista é algo imperioso para a nossa realidade?***

**Márcio Pochmann** – O que há, de concreto, é um projeto de lei por parte do Governo Lula, indicando, apenas e tão-somente, a temática do âmbito sindical. Não há nada sobre a questão trabalhista de maneira geral, embora o Lula, ainda como candidato, tenha estabelecido como meta do seu governo uma reforma sindical e trabalhista, que seria originária de uma ampla discussão, por intermédio do Fórum Nacional do Trabalho. Ocorre que, nesses dois anos do seu governo, ele conseguiu apresentar um projeto de lei tão-somente na questão sindical, porque optou por dividir a reforma em duas partes: uma primeira seria a reforma sindical, e a outra, uma reforma trabalhista. Tenho dúvidas se esse projeto deverá ser objeto de votação, em função, inclusive, da situação de fragmentação da base do governo. Do ponto de vista operacional, não há um projeto de reforma sindical e trabalhista, embora essa questão, desde a transição do regime autoritário para o democrático, tenha sido, constantemente, objeto de

discussão e polêmica. Eu, particularmente, parto do pressuposto de que já houve uma reforma sindical e trabalhista “branca”, digamos assim:, uma reforma que foi feita via mercado. Por conta disso, a proposição da reforma sindical e trabalhista terminou sendo um desafio, se de fato seria uma reforma do ponto de vista formal, à consolidação daquilo que hoje já é uma prática verificada no mercado de trabalho, inclusive pela forma com que operam as representações de interesses sindicais no Brasil, sejam patronais ou trabalhadores, ou se, de fato, seria uma reforma que apontasse para um sentido diferente daquilo que já está em curso no Brasil. Se verificarmos hoje como são as relações de trabalho, elas pouco podem ser comparadas com o que eram as relações de trabalho no início dos anos 1980, por exemplo.

***IHU On-Line – Considerando a ocorrência dessa reforma “de mercado”, quais seriam as mudanças que se colocariam como desejáveis?***

**Márcio Pochmann** – Precisariamos trabalhar com uma reforma inclusiva, porque as proposições que estão em amplo debate, representam uma tentativa que vai em dois sentidos. De um lado, do ponto de vista mais do sindicato dos trabalhadores, pelo menos daqueles que defendem a reforma, porque existem os que são contra qualquer mudança, há a tentativa de uma volta ao passado, de reforçar as relações de trabalho assalariadas, já que essas são as bases do chamado novo sindicalismo, que é uma experiência do século XX, ou seja, temos representações de trabalhadores que são empregados, subordinados, por empresas. De outro lado, temos uma visão mais conservadora ou liberal-conservadora, que aponta para um ambiente de desregulamentação do mercado de trabalho, com a tentativa de flexibilização da CLT para baixo, uma vez que a CLT é uma espécie de linha de proteção à exploração do trabalho. Ela estabelece um limite mínimo no que diz respeito a direitos trabalhistas, mas possibilita que sejam flexibilizados direitos para cima. Especificamente, quero dizer o seguinte: a legislação trabalhista define 44 horas semanais, mas não impede que haja jornada inferior a isso, desde que

atenda ao âmbito dos demais direitos, como salário, etc. O que a CLT impede é uma flexibilização para baixo, isto é, direitos trabalhistas inferiores aos por ela estabelecidos. Isso significa dizer que, se essa visão fosse estabelecida, e houve tentativas nesse sentido, inclusive durante o governo Fernando Henrique, com o objetivo de flexibilizar a CLT, possibilitaria que os direitos trabalhistas fossem suprimidos via negociação coletiva, fazendo quase que letra morta à própria CLT. Essas são as duas visões. A minha preocupação fundamental é em relação a um projeto de país, porque a questão do trabalho, seja na representação dos interesses dos atores sociais, seja na regulação do mercado de trabalho, está diretamente relacionada a um projeto de País.

### **A CLT foi portadora de uma visão estratégica de futuro**

A própria CLT, quando foi constituída, em 1943, fruto de várias medidas legais que ocorreram anteriormente, é um código de trabalho para as relações de trabalho assalariadas. O que havia nos anos 1930 e 1940 é que, a cada dez ocupados no Brasil, menos de dois eram assalariados. Então a CLT foi feita para um segmento ínfimo naquele momento. Mas como o Brasil tinha um projeto de desenvolvimento, que era a urbanização, a industrialização, o avanço do emprego assalariado, a constituição de uma sociedade salarial, a CLT se consolidou, ao longo do tempo, porque continha uma visão estratégica de futuro. As novas formas de trabalho, a ocupação, passaram necessariamente pelo emprego assalariado, cuja base da regulação era a CLT. Então, ela foi portadora de uma visão de futuro.

### **Qual é o projeto de país para os próximos 30 anos?**

O que nos falta, neste momento, e eu já fiz esse questionamento a vários ministros, é saber qual é o projeto de país para as próximas três ou quatro décadas. Quando estamos tratando de al-

terar o marco regulatório do mercado de trabalho, precisamos olhar não para o ano e nem tendo em vista o que ocorreu nos últimos 15 anos. Precisamos olhar o Brasil dos próximos 30 anos. Que Brasil nós queremos? Que tipo de ocupação vai ser fortalecida? É assalariada, autônoma, são novas formas de ocupação? Portanto, a legislação precisaria prever isso, para ela ser portadora do futuro. Do contrário, nós corremos o sério risco de fazer reformas pontuais, modificações constantes, todos os anos, porque a regulação do mercado de trabalho não está tendo essa contribuição estratégica. Guardada a devida proporção, é o que ocorre na questão previdenciária. Todos os anos há reformas no Brasil, em geral para reduzir direitos, porque não foi constituído um projeto de país, no qual estaria a questão previdenciária. Em síntese, estamos longe de uma reforma sindical e trabalhista inclusiva que seja, em primeiro lugar, portadora do futuro e, em segundo lugar, capaz de dar condições de regulação do trabalho e de representação de interesses para uma série de atores e trabalhadores que estão de fora da CLT atualmente. Se analisarmos hoje, há uma expansão nas atividades não-assalariadas, como, por exemplo, a agricultura familiar, que não estão submetidas à CLT. Temos um avanço considerável de trabalhos cooperativados, de trabalhos autônomos, *freelancer*, etc. que estão completamente à margem da CLT. Nesse sentido, é fundamental uma reforma sindical e trabalhista que inclua todos os trabalhadores, não somente os assalariados.

### **IHU On-Line – Temos como definir o que seria uma legislação moderna, contemplando as mudanças no mundo do trabalho?**

**Márcio Pochmann** – Talvez se essa mesma pergunta fosse feita nos anos 1940 para os operadores do Direito e aqueles que estavam preocupados com a questão trabalhista, questionando qual seria o futuro do Brasil nos próximos 40 anos, não haveria uma resposta clara. O homem construindo o futuro, passo a passo, em uma longa caminhada. O projeto de país, não se sabe, evidentemente, como será daqui a 30 anos, mas, se houver uma clareza de que precisamos ter um país mais justo, democrático e com relações de traba-

lho civilizadas, elas são, em primeiro lugar, reguladas pelo poder público, e não pelo mercado. Em segundo lugar, passam por representações consistentes, inclusive, porque a representação de instituições que representam interesses, constitui a base da democracia em um país, especialmente no Brasil, onde não temos tradição democrática. Que medidas fortaleceriam as instituições sindicais patronais e trabalhadoras? Quando olhamos o ambiente de trabalho, um a cada dois trabalhadores não está representado em organismos sindicais, não faz parte das relações de trabalho-emprego assalariado. O mundo caminha quase que inexoravelmente para relações de trabalho cada vez mais heterogêneas. O que foi objeto da construção do século XX, a sociedade salarial, tem dificuldade de se reproduzir justamente pelas enormes transformações no modo de produção capitalista: o surgimento de ocupações que se vinculam muito mais à concepção do que à execução, a sociedade do conhecimento, da informação, e assim por diante. Em última análise, uma sociedade de serviços, e não mais uma sociedade industrial.

### **A necessidade de um marco regulatório**

Nesse sentido, trabalho com a hipótese de termos um marco regulatório do mercado de trabalho que dê conta de situações muito heterogêneas. Quando olhamos o Brasil, percebemos que o trabalhador autônomo e o vendedor ambulante das grandes cidades representam uma situação que não vai desaparecer e possivelmente tende a se consolidar. Esse é um trabalhador que está submetido a uma exploração enorme. Ele trabalha longas jornadas, tem uma incerteza de ganhos, não tem proteção social. Que estatuto do trabalhador autônomo precisaria ser reconhecido para que essas formas de trabalho pudessem participar da regulação pública do trabalho? A mesma coisa é a agricultura familiar. Não vai acabar, vai durar por muito tempo e ainda absorvendo uma quantidade expressiva de trabalhadores, de famílias, no Brasil. Que medidas podem dar conta da proteção e regulação desse setor? E o mesmo ocorre com trabalhadores cooperativados e outras for-

mas de trabalho. É fundamental constituir uma reforma sindical e trabalhista que inclua as diferentes formas de manifestação do trabalho, guardando suas especificidades. Do contrário, é impossível acreditar que apenas um marco regulatório, via assalariamento, seja capaz de dar sustentação para situações de trabalho cada vez mais heterogêneas.

### **IHU On-Line – Isso implicaria a quebra da unicidade sindical?**

**Márcio Pochmann** – No meu modo de ver, não há unidade sindical no Brasil. O que existe é uma unidade por categoria profissional. Mas isso não representa a unicidade dos sindicatos, porque temos vários exemplos de pluralidade sindical no Brasil, quando olhamos a unidade produtiva, empresa, ou ramo de produção. A Unisinos, por exemplo, tem vários sindicatos de trabalhadores, possivelmente: o sindicato dos professores, dos funcionários, das secretárias, dos economistas, dos engenheiros, etc. Não há o sindicato único da universidade, seja privada, seja comunitária, seja pública. Há um equívoco, quando se diz que estaríamos transitando da unicidade para a pluralidade sindical. A pluralidade já é praticada no Brasil, porque a forma de concessão da unidade é uma unicidade em que concede um monopólio de representação ao sindicato por categoria profissional. Só que a base da organização laboral e produtiva é por ramo de produção. Nos ramos de produção, não temos unicidade, temos pluralidade.

### **IHU On-Line – O senhor está convencido de que as reformas não progredirão nesse governo?**

**Márcio Pochmann** – Não que eu esteja convencido. Estou apenas trabalhando com os elementos que têm sido apresentados. O Governo federal tem uma enorme dificuldade de tocar reformas que foram concebidas no início da gestão, como foi o caso da reforma previdenciária e da reforma tributária. Estamos no terceiro ano de governo e essas reformas não foram consolidadas, assim como há medidas que seriam, para o Governo Lula, no seu entendimento, mais estratégicas do que a reforma sindical e trabalhista. Como é um

tema muito polêmico, que causa enormes divisões sociais, temo que essa medida, esse projeto de lei possa ficar para o segundo mandato, caso ele venha a ocorrer. Acho difícil que ele seja aprovado, mas não é impossível.

**IHU On-Line – O senhor acha que o chamado mundo do trabalho está preparado para fornecer subsídios e inflexões que constroem novas relações?**

**Márcio Pochmann** – Inegavelmente. Qualquer transição de um modelo para outro, observando a realidade internacional, são experiências que se dão pelo menos em algumas condicionalidades que não sei se estão claras no Brasil. Olhando a experiência de reformas sindicais e trabalhistas do século XX, vemos mudanças importantes na Alemanha, na Itália e na França, após o fascismo. Foram medidas tomadas imediatamente depois do segundo pós-guerra, assim como nos anos 1950, a reforma sindical e trabalhista no Japão, e mesmo, mais recentemente, nos anos 1970, início de 1980, a transição para o regime democrático em Portugal e na Espanha, quando ocorreram reformas amplas, importantes. Nos anos 1980 e 1990, foram realizadas algumas reformas pontuais, estimuladas pelas agências multilaterais internacionais que defendem a flexibilização do mercado de trabalho. Medidas pontuais têm sido tomadas, e, no Brasil, inclusive, isso ocorreu.

**No Brasil, não há um projeto pronto com a visão de início, meio e fim**

É claro que a mudança mais ampla tem dificuldade de se estabelecer justamente porque, em primeiro lugar, os atores apoiariam medidas nesse

sentido quando soubessem que estaria claro um projeto amplo, que daria uma visão com começo, meio e fim. É difícil acreditar que alguém assine um cheque em branco sem saber o valor, para que serve, e assim por diante. Percebo que, no Brasil, não há um projeto pronto com a visão de início, meio e fim. O fato de ter sido realizado o Fórum e ter saído do zero, gerou uma dificuldade de constituir um consenso. Seria muito mais importante que o Governo federal tivesse oferecido já um projeto pronto, do ponto de vista de uma visão do todo, para que pudesse ser considerado, avaliado, modificado no interior do Fórum, para que daí se fosse consolidando essa convergência. Não há um projeto que dê a visão do todo. Certamente, os atores ficam receosos em apoiar algo de que não sabem os resultados finais. Em segundo lugar, o ambiente econômico sempre foi fundamental para uma mudança ampla no sistema de relações de trabalho, porque, quando não está consagrado o crescimento econômico contínuo e elevado, cria a imagem de que uma reforma pode gerar uma equação de soma negativa. Os trabalhadores ou os empresários podem vir a perder com a reforma, porque não está garantido o crescimento econômico. Deve ser uma equação de soma positiva, em que todos ganhem. Talvez uns ganhem mais do que outros, mas não pode haver perdedores. Havendo perdedores, criam-se resistências e enormes dificuldades para avançar na aprovação de uma reforma desse tipo. Esses dois obstáculos são muito fortes ainda no Brasil, porque não há uma visão do todo, uma reforma que seja portadora do futuro e, como não há um contexto macroeconômico favorável, que viabilize lucros e aumentos salariais consistentes com ampliação do emprego, cria-se essa resistência maior entre os atores.

## **“A reforma sindical pode servir de pretexto para uma reforma trabalhista flexibilizadora”**

*Entrevista com Márcio Túlio Viana*

Márcio Túlio Viana é professor do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado e doutor em Direito pela UFMG, tem sua tese intitulada *Do direito de resistir. Obteve o título de pós-doutor pela Università Degli Studi Di Roma La Sapienza, da Itália, e pela Università Degli Studi Di Roma Tor Vergata, também da Itália. Escreveu e organizou diversas obras, entre as quais citamos: **Direito de Resistência: Possibilidades de autodefesa do empregado em face do trabalhador**. São Paulo: LTr, 1996; **Cartilha do Trabalhador**. São Paulo: LTr, 2001; **Processo do Trabalho Atual**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004; **Direito do Trabalho: Evolução, crise, perspectivas**. São Paulo: LTr, 2004.*

**IHU On-Line – Que aspectos assinalaria como mais polêmicos no debate da reforma sindical e trabalhista?**

**Márcio Viana** – O aspecto mais polêmico, paradoxalmente, não está sendo objeto de polêmica – pois passa quase despercebido. É a possibilidade de que a reforma sindical sirva de pretexto para uma reforma trabalhista flexibilizadora, transformando o legislado em negociado. Mas há outros aspectos problemáticos da reforma sindical. Posso citar três exemplos, dentre vários outros: 1) a excessiva centralização de poder nas cúpulas; 2) a transformação das organizações nos locais de trabalho em comissões de conciliação prévia, legitimando renúncias dos trabalhadores, e em virtuais sindicatos de empresa, negociando diretamente com os patrões; 3) o fechamento dos sindicatos

para a crescente diversidade da classe trabalhadora, que hoje inclui não só empregados, mas também estagiários, cooperativados, informais e autônomos (paradoxalmente) dependentes. A reforma sindical, porém, também contém aspectos muito positivos. Dentre eles, destacaria as ações coletivas e a prevenção e repressão aos atos anti-sindicais. Quanto à reforma trabalhista, ainda está em início de gestação. O seu maior risco, como disse, é o de se tornar um instrumento para aprofundar e legitimar a precarização dos direitos.

**IHU On-Line – O senhor considera que a reforma trabalhista está sendo aberta ao debate público ou está sendo levada dissimuladamente, sem muito debate?**

**Márcio Viana** – O debate sobre as duas reformas tem envolvido representações expressivas de trabalhadores e empregadores, mas deixa praticamente de fora os juízes, os procuradores e os advogados trabalhistas, além dos segmentos excluídos da cidadania. Tendo em vista a proximidade das eleições, o mais provável é que a reforma trabalhista seja empurrada para depois, exatamente em razão de seu provável perfil precarizante.

**IHU On-Line – O senhor acha que a atual legislação está muito amarrada à era Vargas? Deveria se libertar das marcas dessa era? Em que sentido?**

**Márcio Viana** – A legislação sindical ainda guarda alguns componentes daquele tempo, como o regime da unicidade (só pode haver um sindicato por categoria na mesma base territorial), a contribuição sindical obrigatória (o “imposto” sindical)

e resquícios do poder normativo da Justiça do Trabalho (agora muito reduzido pela Emenda Constitucional n. 45). Esses componentes impedem uma plena liberdade sindical. No entanto, em certa medida, também podem ter alguns aspectos positivos. Por isso, o ideal seria eliminá-los, mas não pura e simplesmente, e sim com a construção concomitante de outros instrumentos de suporte à ação sindical – a começar da proteção ao emprego. Quanto aos direitos individuais dos trabalhadores, previstos na CLT, têm menos a ver com o regime implantado por Vargas do que com um certo tipo de empresa (fordista) que, pouco a pouco, está deixando de existir. Mas é possível adaptar a CLT à nova empresa (pós-fordista) que surge, embora haja limites a essa adaptação. O maior desses limites diz respeito não aos empregados, mas aos que trabalham fora do vínculo de emprego. Eles são cada vez mais numerosos e continuam desprotegidos. Muitos deles servem exatamente à nova empresa, naquela paradoxal condição de autônomos dependentes, a que me referi acima. Desse modo, o maior problema da CLT não é o excesso de proteção, como se diz por aí, mas a falta dela, na medida em que não abarca o universo crescente dos que já não têm, sequer, a situação formal de explorados, expressa pela condição de empregados.

**IHU On-Line – Qual é a sua opinião do negociado sobre o legislado?**

**Márcio Viana** – O negociado já prevalece sobre o legislado, quando se trata de aumentar as vantagens que a lei oferece ao trabalhador. Desse modo, quando se defende essa idéia, o que se quer é permitir que a convenção coletiva reduza os direitos previstos em lei. Em outras palavras, o plano é transformar normas imperativas em normas dispositivas. E a justificativa é a de que a força do grupo compensaria a fragilidade individual – especialmente depois que forem eliminados aqueles resíduos corporativistas. O problema é que o movimento coletivo, mesmo sendo coletivo, está

cada vez mais fragilizado. E essa crise tem razões muito mais profundas do que o seu passado varguista. Dentre outros fatores, ela tem a ver com a globalização econômica, a nova tecnologia, o fim da ameaça soviética e, sobretudo, a reestruturação produtiva, que organiza a empresa em rede, fragmenta e diversifica a mão-de-obra e semeia o desemprego e o medo. Daí os limites da própria reforma sindical. Na verdade, ela parte de uma premissa falsa: a de que o sindicato está fraco, porque as normas que o regem nasceram num regime forte. Ora, a crise do sindicato é um fenômeno mundial.

**IHU On-Line – Alguns afirmam que a CLT tem uma inspiração fascista pela forte interferência do Estado na vida dos sindicatos e dos trabalhadores? O que o senhor acha?**

**Márcio Viana** – A interferência e a intervenção do Estado na vida sindical já não existem desde 1988, por força do art. 8.º da Constituição Federal. Quanto aos direitos individuais, criados pela CLT, foram e são uma intervenção necessária do Estado, para reduzir ou compensar um pouco a intervenção do mercado. Esta última intervenção, sim, é que é autocrática. A primeira é democrática, e parte da constatação de que “a verdadeira igualdade está em tratar desigualmente situações desiguais”. A propósito, também dizia Lacordaire<sup>13</sup> que “entre o fraco e o forte, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta”.

**IHU On-Line – O novo projeto de reforma trabalhista deve estar relacionado a um projeto de desenvolvimento nacional, ou em época de globalização essas questões caminham por trilhos diferentes?**

**Márcio Viana** – Sim, é preciso não só que haja esse projeto nacional de desenvolvimento, centrado no homem, como também que, mundialmente, os países se articulem para impedir o *dumping* social<sup>14</sup>. Uma idéia sempre presente é a de inserir

<sup>13</sup> Henri Lacordaire (1802-1861), padre francês. (Nota da *IHU On-Line*).

<sup>14</sup> Prática comercial ilegal. Consiste na venda de um produto ou serviço por um preço irreal para eliminar a concorrência (Nota da *IHU On-Line*).

as chamadas cláusulas sociais nos tratados comerciais. Outra idéia, que já vem sendo praticada, é a de sensibilizar o consumidor para que este boicote os produtos fabricados sem atenção aos direitos básicos dos trabalhadores e ao meio ambiente.

***IHU On-Line* – Como o senhor vê a idéia de redução da jornada de trabalho? É possível? Ajudaria a reconceitualizar o trabalho e abrir mais as suas portas?**

**Márcio Viana** – Sim, a redução da jornada é muito interessante, especialmente para abrir novos postos de trabalho. Para dar certo, entretanto, ela terá de se articular com políticas públicas. O Direito, sozinho, não faz mágicas. É preciso dar condições para que a pequena empresa resista a esse novo impacto de aumento de custos. O ideal seria que essa ação também se articulasse com a de outros países, para manter a competitividade do produto nacional.

***IHU On-Line* – Pensou-se que o salário variável, a jornada flexível e a contratação precária, gerariam mais empregos e não geraram. Quais as conseqüências que esses elementos provocaram nas últimas décadas e como reverter a situação?**

**Márcio Viana** – As conseqüências são múltiplas. Um exemplo: com menos poder de compra, o trabalhador não tem como realimentar o ciclo produtivo, o que acaba gerando um círculo vicioso. Outro exemplo: com o salário variável, a empresa joga o risco sobre os ombros do trabalhador, introjetando o próprio poder diretivo e provocando, por tabela, moléstias do trabalho, estresse e envelhecimento precoce. Se o salário sempre foi a moeda de troca da subordinação, agora passa a servir para acentuá-la. E nada disso, realmente, gera novos empregos, pois o que se quer é reduzir os custos sempre mais. Uma empresa que precariza as condições de trabalho é logo imitada pelas concorrentes, o que a leva a precarizar ainda mais, sucessivamente. A reversão dessa situação passa por muitos caminhos ao mesmo tempo. Um deles é o sindicato, que terá de nascer de novo, abrindo-se para a sociedade e articulando as suas lutas com as dos outros movimentos sociais.

***IHU On-Line* – Gostaria de fazer mais algum comentário que julgue importante acrescentar?**

**Márcio Viana** – É importante ser pessimista no diagnóstico, mas otimista no prognóstico. Para ser otimista no prognóstico, porém, é preciso que cada um de nós, em seu pequeno mundo, trave a sua pequena luta. Em alguma medida, maior ou menor, o novo mundo do trabalho e o novo direito que se está construindo serão o resultado de nossas ações ou omissões.

## Desemprego, reformas trabalhistas e a democratização das relações de trabalho

*Entrevista com José Dari Krein*

*José Dari Krein é professor no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), ligado à Unicamp. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), é especialista em Relações de Trabalho, mestre em Economia Social e do Trabalho e doutor em Economia do Trabalho. Foi um dos fundadores do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), de Curitiba, onde trabalhou de 1994 a 1996. Desenvolve pesquisas nas áreas das relações de trabalho e evolução do mercado de trabalho, temas sobre os quais publicou vários artigos. É organizador do caderno **Trabalho e educação num mundo em mudanças**. São Paulo: CUT. 1997.*

### **IHU On-Line – Como o senhor avaliaria o 8º Congresso Nacional da CUT, do qual participou?**

**Dari Krein** – A diferença dos outros Congressos foi que, desta vez, se discutiu política, particularmente o debate da Reforma da Previdência, a Reforma Sindical, a Conjuntura do Governo Lula, problemas de bastante embate e discussão no próprio Congresso da CUT. Foi um Congresso determinado pelo contexto econômico e político que o País vive. A eleição de Lula é um certo divisor de águas na trajetória do movimento sindical recente, e ela afeta, de uma forma bastante densa, a própria CUT. A grande maioria das pessoas que estava lá contribuiu para a eleição de Lula. Uma base considerável dessa militância continua apostando, acreditando que o Governo Lula será um governo de mudanças, que as questões a que es-

tamos assistindo serão transitórias no sentido de enfrentar o Governo Lula, mas que há perspectiva de melhora. Há uma necessidade de fazer uma análise crítica, mas há também a necessidade de preservar Lula. Na parte mais histórica de oposição e nos servidores, há um certo temor maior em relação às reformas, particularmente na Reforma Previdenciária. Essas discussões e temores acabaram se traduzindo no Congresso. Essa parte de esquerda e dos servidores dá idéia de que essas reformas não fazem parte do ideário da esquerda brasileira. São reformas assumidas pelo Governo, mas que não são da nossa tradição, da nossa história. Esse embate esteve muito presente na CUT e está se reproduzindo agora, pós-congresso.

### **IHU On-Line – Qual poderá ser o futuro da CUT?**

**Dari Krein** – Vai depender muito das discussões e também das reformas, para sentirmos se haverá um “racha” do movimento sindical ou não, ou seja, se os servidores públicos tendem a adquirir e fortalecer as suas próprias organizações com maior autonomia e distância em relação à própria CUT. Esse embate que apareceu no Congresso não foi resolvido lá e vai continuar presente daqui para a frente na agenda. Nós podemos ter um fortalecimento da CUT ou um distanciamento dela em relação aos servidores públicos. Aí a CUT vai perder politicamente uma base sindical importante.

### **IHU On-Line – Que reformas poderiam acontecer na questão trabalhista?**

**Dari Krein** – Eu não acredito que haja uma reforma trabalhista mais substancial. Deve haver uma

reforma sindical em alguns aspectos. O ministro do Trabalho tem feito sinalizações contraditórias, manifestando uma forma bastante dúbia, em relação ao parcelamento do décimo terceiro, ao FGTS. Fala e depois desmente no dia seguinte. Não fala claramente se vai defender uma flexibilização dos direitos trabalhistas. No cenário atual, acho difícil que passe uma reforma de flexibilização. Há a proposição de uma mexida mais substancial no sistema de representação, mas, mesmo nesse aspecto, eu não sou tão otimista, achando que vai acontecer uma reforma. Na minha opinião, vai haver reconhecimento do poder de contratação das centrais sindicais; vai haver alguma medida que amplie a possibilidade da negociação coletiva e do sistema de representação, mas vão ser reformas bastante pontuais. Mesmo o fim da unicidade, não tenho certeza se passa, mas pode passar uma mudança na base de contribuição dos sindicatos, se tiver articulado o fim do imposto, da contribuição, com a introdução de uma taxa negocial, há a perspectiva de ser aprovada. Eu acho que não sai uma reforma sindical e trabalhista substancial, pelo menos no curto prazo, do Governo Lula. Todo o debate ainda está para ser feito. O Fórum Nacional do Trabalho ainda não foi constituído.

**IHU On-Line – Segundo o IBGE, o desemprego em maio atingiu os índices mais altos desde março de 2002, quais as perspectivas para os próximos meses?**

**Dari Krein** – Comparando, mês a mês, há uma tendência mais elevada de desemprego no começo do ano, a taxa de abril-maio historicamente costuma ser a maior do ano. O desemprego é um sintoma da política econômica adotada nos últimos anos do Governo FHC e aprofundada nesses primeiros meses do Governo Lula. Essa política de priorizar o combate à inflação afetou não só o emprego com essas taxas, como a renda dos trabalhadores, que, no mês passado, com relação ao mesmo mês no ano passado caiu 15%. É desastroso do ponto de vista social. Há uma queda da renda e uma queda do emprego. Isso tem um efeito sobre a política econômica e a retomada do emprego. Nós ainda vamos assistir, nos próximos

meses, ao desemprego, batendo recorde em relação aos mesmos meses do período anterior. A nossa tendência é de continuar convivendo com taxas de desemprego extremamente altas. Em 2003, a taxa pode vir a cair no segundo semestre. E, como ela tende historicamente a cair, pode haver uma melhora na perspectiva econômica a curto prazo, se o governo reduzir a taxa de juros, não começar a gastar mais, adotar uma política social mais agressiva, pode vir a melhorar um pouco. Mas, a médio prazo, eu não vejo desenhada, na política econômica de hoje, uma possibilidade de o Lula cumprir a promessa de criar uma quantidade significativa de empregos. Há necessidade de muitas mudanças antes disso. Esse cenário está afetando, de forma substancial, a vida dos trabalhadores.

**IHU On-Line – Para reverter a atual situação, que metas viáveis haveria a curto prazo? A redução da jornada de trabalho seria uma delas?**

**Dari Krein** – A redução da jornada de trabalho está fora da pauta sindical e da pauta do governo. É uma bandeira importante para ser levada à frente pelo movimento sindical, até porque não se consegue combater o desemprego só pelo crescimento econômico. É preciso partilhar o trabalho útil presente na sociedade. Isso é possível com uma redução da jornada de trabalho, que é uma bandeira central do ponto de vista dos trabalhadores na perspectiva de criar uma sociedade com menor desemprego. Há uma promessa de campanha de Lula de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o que é pouco ainda para enfrentar o problema do desemprego. Teria que reduzir de uma forma mais substancial, e de uma vez só. Se fizer gradualmente, causa pouco impacto. Tem que ser de forma bruta. Espero que o movimento sindical retome essa bandeira e tente colocá-la na agenda nacional. A tendência hoje é aumentar a precarização. Para reverter o desemprego a curto prazo, a retomada do nível da atividade econômica ajuda, mas não é suficiente. Uma medida que poderia ser feita é alocar as pessoas numa série de atividades sociais locais, importantes para o bem comum da sociedade, na área de

infra-estrutura e na área de políticas sociais, ampliar as políticas sociais de uma forma extraordinária e, com isso, dar ocupação para muita gente em diversas áreas. Isso significaria um programa público, intensivo, de ampliar os serviços para a comunidade com a contratação de pessoas. Isso deve ser resolvido pelo Estado que tem um papel chave na estruturação desse processo e, a curto prazo, voltar a inserir a bandeira da discussão da jornada de trabalho. É preciso também incentivar a possibilidade de criação de microalternativas econômicas na área da economia solidária, na perspectiva de ocupar as pessoas em uma outra lógica econômica, que não seja pura e simplesmente a lógica do mercado, mas que seja baseada na relação de fraternidade. Tudo isso tem que ser articulado numa perspectiva mais geral e reorientar a economia e as políticas sociais e pensar numa forma de reestruturar o mesmo projeto para o País.

***IHU On-Line – Como o senhor avalia os movimentos em direção à reforma sindical?***

**José Dari Krein** – O debate da reforma sindical e trabalhista está na agenda da sociedade brasileira pelo menos desde o final dos anos 1970, com a emergência de um novo sindicalismo. Na década de 1980, a tônica do debate era dada pelo novo sindicalismo ou pelas forças progressistas e ela caminhou no sentido de democratizar as relações no trabalho e ampliar o sistema de proteção social. O resultado desse debate está impresso na Constituição de 1988 e também na ampliação do grau de regulação via convenções coletivas de trabalho. Na década de 1990, ocorre uma inflexão deste debate. Após 1994, prevalece a proposição de uma desregulamentação do direito trabalhista e de flexibilização das relações no trabalho. Nessa década, foram tomadas inúmeras medidas, alterando elementos centrais das relações de emprego como a remuneração do trabalho, pela introdução da remuneração maleável, com a introdução do programa de participação nos lucros. Também tivemos alterações nos critérios de reajustes salariais, o fim da política salarial e, ao mesmo tempo, a proibição de os sindicatos, nas convenções coletivas, incluírem cláusulas que garantis-

sem mecanismos de reajustes automáticos dos salários. O resultado disso foi que, a partir de 1997, grande parte das categorias teve perda na remuneração do trabalho.

***IHU On-Line – Quais foram as outras consequências dessas medidas?***

**José Dari Krein** – Essas medidas flexibilizaram todo o processo de contratação e despedida dos trabalhadores. Referem-se a contratos com prazos determinados, cooperativas de trabalho, contrato parcial, suspensão do contrato, denúncia da convenção que introduz mecanismos contra a dispensa motivada. No caso, a empresa não tem que justificar as demissões, para o que várias medidas foram tomadas, precarizando o mercado de trabalho e não gerando novos postos. Além disso, também cresceu muito o trabalho de estagiário e o contrato de pessoa jurídica, especialmente para as remunerações mais altas, no interior das empresas. Então tivemos um segundo bloco de intensas mudanças trabalhistas na área da contratação e despedidas dos trabalhadores. Depois tivemos um terceiro bloco de medidas em relação ao tempo de trabalho. Especialmente duas se destacam: o banco de horas, com cuja adoção a compensação da jornada não se dá mais semanalmente, mas anualmente; além disso, tivemos a permissão dos trabalhos aos domingos no comércio varejista, em geral. Por último, tivemos medidas vinculadas a formas de soluções nos conflitos no trabalho, especialmente com a introdução das chamadas comissões de conciliação prévia. Agora os atores sociais podem resolver passivos trabalhistas passados de forma direta. São adotadas soluções extrajudiciais privadas para as soluções dos conflitos.

***IHU On-Line – E o ponto relativo à prevalência do negociado sobre o legislado, como está sendo tratado?***

**José Dari Krein** – Ocorreram pouquíssimas alterações no campo sindical do direito coletivo. Mas a reforma no campo trabalhista não se tornou completa, porque não foi aprovada, no final do Governo do Fernando Henrique, uma proposição da prevalência do negociado sobre o legislado. Ela chegou a ser apreciada na Câmara de Deputa-

dos. Ela foi aprovada depois de um impasse, mas prosseguiu no Senado. Depois, com a posse de Lula, esta medida foi retirada, sob a justificativa de que este tema seria objeto de depreciação no Fórum do Trabalho. Podemos ver que, na década de 1990, efetivamente, aconteceu uma reforma trabalhista, que estaria completa, se tivesse sido aprovada a prevalência do negociado sobre o legislado. A questão central em disputa é se avançamos na perspectiva de ter um modelo de relações de trabalho em que o negociado prevalece sobre o legislado ou se teremos um modelo de relações de trabalho que fortaleça o poder sindical capaz de poder intervir no mercado de trabalho para diminuir as desigualdades de rendimento e possa ser um elemento importante na luta por uma distribuição de renda mais justa. Na minha opinião, esses são os dois projetos que estão em disputa na reforma sindical trabalhista.

***IHU On-Line – Como o sistema sindical pode ser fortalecido? Mantê-lo como está?***

**José Dari Krein** – Não. Eu acho que o nosso sistema de organização sindical é extremamente polarizado, nós temos, no País, hoje, 18 mil sindicatos. Grande parte deles não cumpre nenhuma função social relevante para a sociedade brasileira, para a classe trabalhadora, porque a natureza do sindicato, a sua força, está exatamente na capacidade de mobilização e união de um contingente significativo de trabalhadores. Isso possibilita ao sindicato ter força para poder defender os interesses e ampliar as reivindicações e a luta dos trabalhadores. Hoje todo o poder na organização sindical brasileira está centrado nos sindicatos. É importante que haja estruturas mais amplas, com mais poder e capacidade de organização dos trabalhadores, assim como é importante ampliar um processo de contratação coletiva, ampliar o conceito e a noção da greve na sociedade brasileira, ampliar a possibilidade de os sindicatos se organizarem no interior das empresas, o que também é proibido. Há coisas que são fundamentais e deveriam avançar para se ter um sistema mais democrático em relação ao trabalho, porque, na sociedade capitalista, a relação capital-trabalho é marcada pela assimetria. Com base nesse entendi-

mento básico, se construíram, no decorrer da história, especialmente a partir do século XIX, direitos no sentido de assegurar uma condição mais favorável nas relações de trabalho. O elo mais frágil desta condição é o trabalhador, logo, a democracia pressupõe que os trabalhadores tenham algumas garantias, como a de se organizarem coletivamente e de se protegerem contra o despotismo do empregador. Nesse sentido, no Brasil, ainda há espaço para avançarmos em regulamentações que dêem maior poder para uma organização sindical e garanta um mercado de trabalho mais civilizado.

***IHU On-Line – As entidades dos trabalhadores têm uma proposta única?***

**José Dari Krein** – A situação está complicada. O primeiro debate diz respeito ao encaminhamento de uma reforma sindical, uma reforma trabalhista prioritariamente, e ocorreu no Fórum Nacional do Trabalho, que aglutina representações dos empregadores, dos trabalhadores e do Governo. Foi pautado pelas entidades trabalhadoras que participavam do Fórum, a prioridade era encaminhar a reforma sindical para depois pensar na reforma trabalhista, exatamente porque se queriam garantir mecanismos de fortalecimento da organização sindical e do processo de negociação coletiva. Quando se fala em reforma sindical, se fala dos aspectos vinculados à organização fiscal do direito coletivo, da forma como o sindicato possa estruturar-se para o processo de negociação coletiva, o direito de greve, a forma de solução dos conflitos coletivos do trabalho. Então a opção foi a de dar prioridade à reforma sindical, e o Fórum Nacional do Trabalho avançou na perspectiva da elaboração de uma proposta de emenda constitucional e de um projeto de lei para alterar a organização sindical brasileira e a negociação coletiva, as formas de solucionar os conflitos. Esta proposta está marcada também por profundas divergências existentes não só entre as entidades envolvidas diretamente como também na sociedade. Em primeiro lugar, há o interesse de uma parte significativa das pessoas que estão na estrutura sindical oficial de não querer fazer nenhuma alteração. Em segundo lugar, essa parte que não quer mudar

nada, envolve tanto os sindicatos dos trabalhadores como os de empregadores. Alguns desse campo têm atuado de forma articulada para inviabilizar uma reforma sindical.

***IHU On-Line – Mas o que une estes dois pólos, que interesses são esses?***

**José Dari Krein** – A manutenção da estrutura oficial atual. As manifestações mais presentes dos empresários, apesar de terem subscrito aquela proposta enviada ao Congresso Nacional, são contra a reforma, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque elas vão afetar a sua estrutura de representação e as fontes de sustentação das suas entidades de classe, as confederações empresariais. Eles também têm medo de perder o controle sobre as suas entidades e de perder a fonte de sustentação delas. Desejam manter a estrutura de poder já existente, nas entidades já existentes. Em segundo lugar, a oposição empresarial se dá por duas outras razões. Os empresários dizem que não é prioritário fazer uma reforma na estrutura de organização das corporações para o setor empresarial sem uma reforma trabalhista. Para eles, a reforma sindical só tem sentido, se vier de forma concomitante com a reforma trabalhista. Isso lhes interessa, porque eles querem, via reforma trabalhista, reduzir os custos do trabalho e aumentar o poder de determinar as condições de uso e remuneração do trabalho no interior das empresas. Outro ponto é que, na avaliação dos empresários, essa reforma, apesar de contemplar interesses deles, eles acham que, em alguns aspectos, fortalece o poder dos sindicatos. Na expressão mais clara do Gerdau<sup>15</sup>, ele diz o seguinte: “Não nos interessa fortalecer o poder sindical, se a gente não tem nada em troca do ponto de vista da reforma trabalhista.”

***IHU On-Line – Quais são as questões que preocupam mais os empresários?***

**José Dari Krein** – Eles não admitem, e isso consta no projeto, que haja a possibilidade de organização sindical dos trabalhadores no local de trabalho. Não admitem, como também está no

projeto, que as entidades dos trabalhadores possam representar, junto à Justiça do Trabalho, demandas trabalhistas em nome dos seus representados. Eles acham que isso aumenta o poder do sindicato. Em terceiro lugar, eles são contra o que é classificado como atitudes anti-sindicais, o uso da coerção econômica para impedir a organização sindical, para tentar impedir greves. Em quarto lugar, eles são contra o aumento do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego. Na avaliação deles, estes aspectos negativos se sobrepõem aos aspectos positivos na reorganização no modelo de organizações sindicais brasileiras.

***IHU On-Line – E quais são as divergências pelo lado dos trabalhadores?***

**José Dari Krein** – Elas também são muito profundas. Por um lado, parte deles não quer alteração nenhuma no sistema vigente, não quer acabar com a unicidade sindical, não quer acabar com imposto sindical, não quer acabar com o sistema confederativo existente. A segunda questão, causadora de muitas divergências, é que, no modelo sindical proposto as centrais sindicais, há uma centralidade maior. Hoje toda a centralidade está no sindicato de base, e as centrais sindicais vão ser fortalecidas nesse novo modelo sindical. Inclusive poderão estabelecer negociações coletivas, terão um poder maior de encaminhar as lutas dos trabalhadores. O financiamento delas vem diretamente para as centrais sindicais, não dependendo mais do repasse dos sindicatos de base, o que fortalecerá as centrais. Um terceiro ponto polêmico refere-se ao fato de que o projeto, na avaliação de alguns, ao não assegurar a norma mais favorável de forma explícita, pode abrir espaço para uma flexibilização do Direito.

***IHU On-Line – A flexibilização é temida por uma parte dos trabalhadores?***

**José Dari Krein** – Parte do movimento dos trabalhadores acredita que esse projeto prepara o caminho para o processo de flexibilização do Direito, essa é outra divergência existente. Há outras divergências mais pontuais, como em relação à negocia-

<sup>15</sup> Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, que controla siderúrgicas em vários países. (Nota da ***IHU On-Line***)

ção coletiva, a possibilidade de entidades nacionais estabelecerem cláusulas que não possam ser alteradas nas instâncias inferiores de negociação, a possibilidade de substituição de grevista, o fim do poder normativo da justiça do trabalho, a possibilidade de julgar os conflitos trabalhistas existentes em uma determinada categoria com base em hábitos privados ou públicos, se for objeto de vontade comum entre as partes. Há uma série de medidas sobre a organização local de trabalho, como a sua finalidade, por exemplo. Abre-se espaço para a solução de conflitos no interior da empresa, o que aumenta o poder de pressão nela. Há vários outros pontos que preocupam.

**IHU On-Line – Considerando esse cenário complexo e contraditório, este é o momento adequado para encaminhar as reformas?**

**José Dari Krein** – Em primeiro lugar, na reforma sindical, temos dois grandes blocos. Um bloco que não a deseja, argumentando que não é o momento, ou porque é contra a lógica da reforma, ou porque quer manter a estrutura como está. Outro bloco faz críticas pontuais ao projeto de lei encaminhado, mas avalia que é melhor realizar a reforma do que deixar tudo como está, que é necessário dar uma mexida no sindicalismo, que precisa adquirir maior representatividade. Mas isso se refere à reforma sindical. As entidades dos trabalhadores não têm, em absoluto, interesse no encaminhamento das reformas trabalhistas do cenário atual. A maioria das entidades trabalhadoras continua sustentando que permanece em vigor o patamar do Direito constante na legislação trabalhista brasileira e na Constituição Federal. Por outro lado, com a possibilidade de avanço na conquista de novos direitos, por parte dos trabalhadores, o setor empresarial não quer fazer a reforma sindical, quer só a trabalhista. Então, a conveniência ou não de fazer as reformas depende da opinião de cada um dos atores, da perspectiva de interesses defendidos.

**IHU On-Line – Há um discurso que considera o contexto atual inadequado para as re-**

**formas, porque os trabalhadores estão fragilizados, e reclama prioridade para o debate de um projeto econômico. Qual é a sua opinião sobre isso?**

**José Dari Krein** – Sem dúvida nenhuma, a reforma sindical faria mais sentido se estivesse incluída em uma situação mais ampla de encaminhamento das questões centrais existentes na sociedade brasileira. A realidade sindical depende do contexto econômico, político que vai se encaminhar para o País, e não simplesmente da mudança da norma legal do ponto de vista da organização sindical. A crise do sindicalismo não está vinculada, pura e simplesmente, aos problemas de ordem legal existentes, ela é mais profunda, está vinculada à dinâmica do mercado do trabalho, às transformações que estão ocorrendo no trabalho. Há uma questão mais estrutural que está em jogo e precisa ser enfrentada também. Quanto ao contexto propriamente dito, é uma questão difícil de avaliar, se vamos aguardar outro contexto. Nos últimos tempos, todos os indicadores dos movimentos sindicais mostram um certo refluxo do movimento social organizado como força social na sociedade brasileira.

**IHU On-Line – Mas essa tendência é mundial?**

**José Dari Krein** – Tem um componente mundial, mas tem exceções também. É um componente muito forte na Europa, na América Latina, na América do Norte, mas não dá para dizer que é mundial. A Coreia, por exemplo, tem um movimento sindical muito ativo nos últimos anos, de ampliação de conquistas. Claro que há uma tendência mais estruturante, mais geral, que deve ser considerada. Esse é um lado da moeda. O outro lado está representado pela pergunta: qual é a possibilidade de realizar uma reforma no contexto brasileiro atual, político e econômico, independente do chamado poder de pressão das partes? E aí, considerando a eleição do Severino<sup>16</sup>, a fragilização da base de sustentação do governo no Congresso Nacional. A possibilidade da reforma se reduz neste quadro, que é complicado. Eu tenho dú-

<sup>16</sup> Severino Cavalcanti, deputado do PP pernambucano, eleito presidente da Câmara dos Deputados em 15-02-2005. Presidirá a Câmara no biênio 2005-2006 (Nota da **IHU On-Line**).

vidas se a reforma andar, mas é claro que isso é dado pela dinâmica política e social.

**IHU On-Line – Em que medida a reforma sindical é necessária, considerando o cenário atual?**

**José Dari Krein** – A questão que está em jogo é que devemos lutar para democratizar as relações de trabalho e ampliar o sistema de proteção social existente no País. Nesse sentido, uma reforma trabalhista, que venha a reduzir direitos, seria um desastre do ponto de vista nacional. A reforma sindical é necessária, sim, mas na perspectiva de ampliar a democratização e fortalecer o ator sindical e a negociação coletiva sem alterar o patamar dos direitos existentes. A lógica dos discursos conservadores é a de responsabilizar a legislação pela informalidade, pelo desemprego; a lógica do nosso discurso é dizer que a informalidade e o desemprego não estão vinculados ao patamar de direitos existentes. Pelo contrário, este patamar apresenta um grau de flexibilidade relativa em aspectos centrais, como na relação de emprego. As empresas têm liberdade de demitir, isso é algo inadmissível diante do que existe na Europa. Além disso, depois do fim da política salarial, os salários variam conforme o nível da atividade econômica. O próprio tempo de trabalho apresenta um grau de flexibilidade com a possibilidade de utilização do banco de horas e do uso indiscriminado das horas extras. Então já temos um grau de flexibilidade. Por fim, a questão do emprego está muito mais vinculada à dinâmica da economia do que ao patamar de direitos. As empresas jamais irão contratar, mesmo que o trabalho custe 10% mais barato, se elas não tiverem uma demanda para vender o seu produto. Então o emprego e a ocupação dependem muito mais das opções de políticas econômicas do que das opções políticas mais gerais, como, por exemplo, repartir os ganhos de produtividade, fazer com que o trabalho útil seja redistribuído na sociedade, via redução da jornada de trabalho, repartir todo o avanço tecnológico produtivo fantástico ocorrido nos últimos tempos. Até porque as experiências históricas recentes de países que adotaram essa postura, indicam por estudos que os resultados não foram os esperados.

**IHU On-Line – Em última instância, é preciso primeiramente discutir um projeto de desenvolvimento para o País?**

**José Dari Krein** – Sem dúvida nenhuma, eu acho fundamental a reforma sindical, mas também acho fundamental ela estar vinculada à discussão de um projeto para o desenvolvimento socioeconômico. E ele passa necessariamente pela mudança da política econômica atual, pela mudança da lógica com que está sendo enfrentado o desenvolvimento pelo Governo atual. A reforma tem que estar inserida em uma lógica geral de reencaminhamento da sociedade brasileira e o reencaminhamento da economia social tem que fazer parte disso.

**IHU On-Line – O senhor disse que, na Europa, as empresas não têm a liberdade de demitir como as daqui. Poderia exemplificar?**

**José Dari Krein** – A empresa tem regras para demitir, e o mínimo que se exige é que a empresa explique a demissão. Em alguns países, ela só pode demitir depois de ter informado ao órgão público, e o órgão público ter concordado com este processo de demissão. A demissão pode ser por ordem tecnológica, por crise econômica, por disciplina, mas há possibilidade de o trabalhador questionar a opção da demissão feita pela empresa. Isso lhe dá maior estabilidade no emprego. A empresa não pode demitir a seu bel-prazer como ocorre aqui.

**IHU On-Line – No Brasil, essa liberdade empresarial surge com o FGTS? Pode-se dizer que ela é incomum?**

**José Dari Krein** – Exatamente. No Brasil, temos, na rescisão, a possibilidade de demissão por justa causa. Não existe coisa mais flexível do que isso. Essa situação não ocorre nos chamados países desenvolvidos, mas não é uma coisa geral. Na Ásia e na América, há outra lógica. Mas o que se pode dizer é o seguinte: há uma recomendação da Organização Mundial do Trabalho (OIT), por meio da Convenção 158, orientando os países membros a introduzirem mecanismos que inibam a dispensa motivada, porém o Brasil não aceita isso.

## **“O debate sobre as reformas deve coincidir com um período de desenvolvimento econômico”**

*Entrevista com Sidney Pascoutto*

*Sidney Pascoutto da Rocha preside o Conselho Federal de Economia (Cofecon). Entre outras atividades, o órgão sistematiza a atuação dos Conselhos Regionais de Economia e fiscaliza o exercício da profissão. Além disso, o Cofecon acompanha e debate as questões sociais e econômicas que afetam o País. É pós-graduado em Finanças Executivas pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Planejamento Energético pela UFRJ, onde também se graduou em Economia. Foi assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Rio de Janeiro. Sidney Pascoutto foi entrevistado por telefone, ressaltando que falava “em nome próprio”, já que o Conselho não tem posição oficial sobre as reformas, por considerar que o debate sobre elas deve ser precedido por outras discussões como a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.*

***IHU On-Line – Qual é a sua opinião sobre o andamento das reformas trabalhista e sindical?***

**Sidney Pascoutto** – O Conselho não tem uma posição oficial sobre esse tema. Falo exclusivamente em meu nome. Esse tipo de reforma deve ser feito no momento em que a economia está em crescimento, no momento em que os atores estão com força para fazer essa discussão. Toda a vez que esse debate é colocado num cenário em que os trabalhadores estão em uma situação de defensiva, na verdade o que se está querendo fazer é atropelar. O que se quer fazer é aprovar coisas que são até estranhas aos interesses dos trabalhadores. Essa é a minha visão.

***IHU On-Line – Por que o Conselho não tem discutido esse assunto?***

**Sidney Pascoutto** – A nossa pauta de discussões é enorme, a questão econômica, pura e simplesmente, nos absorve demais. Há problemas sérios na gestão da economia. Além das questões internas, temos um manancial de outros assuntos, como a questão tributária, por exemplo. Nós estamos envolvidos nesse debate. Temos questões mais voltadas para a política econômica que nos absorvem muito.

***IHU On-Line – O debate sobre a reforma trabalhista deveria coincidir com um período de desenvolvimento econômico?***

**Sidney Pascoutto** – Não. O que digo é o seguinte: toda vez que se fazem reformas que mexem muito de perto com os interesses da maioria dos trabalhadores e numa conjuntura de desemprego e de arrocho salarial, com o movimento sindical numa situação de defensiva, os trabalhadores perdem. Se pensarmos em ciclos, podemos dizer que estamos em uma fase de inflexão dos ciclos: Quantas greves ocorreram recentemente? Quantas estão ocorrendo? Quantas mobilizações temos hoje na sociedade?

***IHU On-Line – Mas a atual fase do movimento sindical não reflete uma nova configuração da economia, que conduz a um novo perfil das organizações sindicais?***

**Sidney Pascoutto** – Essa é a concepção de alguns, não é? Os patronos dessa política atrelam a necessidade de retomada do crescimento da economia brasileira à necessidade da reforma trabalhista e sindical. Eu não partilho dessa idéia. Acho que o problema da reforma da economia brasileira passa fundamentalmente pela volta do Estado

a desempenhar um papel mais dinâmico nessa perspectiva. O Estado deve voltar a assumir o papel de fazer inversões públicas de uma forma mais efetiva. Acho que temos que ir abandonando a idéia da construção de superávit primário. Não podemos continuar achando que é possível retomar o desenvolvimento nacional com o superávit primário do tamanho que ele está. Atrelar o desenvolvimento à reforma é transferir para os trabalhadores uma responsabilidade que não é deles, não é nossa. “A vaca está indo para o brejo”, a cada dia ela dá mais um passo em direção ao brejo, e, a cada momento, se aponta um agente como responsável por isso.

**IHU On-Line – O senhor pode exemplificar?**

**Sidney Pascoutto** – No início dos anos 1990, era fundamental fazer as privatizações, pois, com elas, viria o dinheiro internacional e ocorreriam inversões nos setores de infra-estrutura... e o que aconteceu? Aponte-me um setor onde efetivamente entrou dinheiro do capital internacional via inversões, um setor que tenha sido alavancado. Pelo contrário, o que tivemos foi uma explosão tarifária. Hoje os grandes problemas da inflação brasileira são as tarifas públicas, as tarifas administradas. Depois da fase das intervenções tivemos a fase, no começo do governo Lula, que atribuiu à Previdência a responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento econômico e social. No último domingo, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que não há déficit na Previdência, o que existe é irresponsabilidade e, no caso de alguns dirigentes, falta de honestidade intelectual. Basta examinar as rubricas definidas pela Constituição de 1988 como aquelas que definem os recursos que garantem a solidez da Previdência: se elas fossem cumpridas, não teríamos déficit. Quer dizer: a cada momento se escolhe um agente responsável pelas dificuldades econômicas e sociais, e, com isso, vai sendo empurrado um rol de medidas que tem tudo a ver com o ideário do pensamento único<sup>17</sup> e que não tem dado respostas. Estou, há vinte anos, ouvindo

essa cantilena e, como a minha geração, estou assistindo à perda e à corrosão dos nossos direitos.

**IHU On-Line – Mas a reforma sindical, por exemplo, não é, de certa forma, uma exigência dos novos tempos?**

**Sidney Pascoutto** – É verdade. Mas quando essa discussão é feita com as organizações sindicais em uma situação favorável, tem-se um determinado perfil de reforma. Quando essas reformas são encaminhadas num cenário onde os trabalhadores estão numa situação de defensiva, com certeza, disso resultará um outro perfil de reforma. Não sejamos ingênuos nessa discussão.

**IHU On-Line – Qual seria o momento ideal para as reformas? O que estamos, de fato esperando?**

**Sidney Pascoutto** – Estamos esperando que a economia volte a crescer. O melhor momento seria quando isso ocorresse, quando os trabalhadores voltassem a ter condições de se mobilizarem e discutirem, sem estarem desesperados em preservar os seus postos de trabalho. Na situação em que nos encontramos, se o trabalhador for para a rua fazer qualquer manifestação, se ele participar de qualquer debate, o patrão manda-o embora, porque tem centenas de milhares de desempregados querendo o lugar dele por um salário menor. Logo, essa reforma não é prioridade, não dá as respostas ansiadas pelos trabalhadores. E, me parece, uma reforma trabalhista e sindical diz respeito aos interesses dos trabalhadores. Não se pode fazer esse debate, quando esses atores estão numa posição de fragilidade.

**IHU On-Line – As reformas devem ser discutidas somente depois dessa etapa?**

**Sidney Pascoutto** – Claro. Do contrário, é como se você me deixasse três semanas com fome e depois me mandasse para um ringue lutar box... e eu vou fazer o que, nesse ringue? Vou apanhar muito, claro. Essa discussão é rica e interessante, mas inoportuna. Fazê-la agora seria oportunismo.

<sup>17</sup> Pensamento único: expressão formulada na França para descrever o pensamento neoliberal como único e exclusivo, fora do qual não há salvação, segundo o economista Riccardo Petrella, nos seus artigos publicados no jornal *Le Monde Diplomatique*. (Nota da *IHU On-Line*)

## “É necessário desvincular emprego e renda”

*Entrevista com Josué Pereira da Silva.*

*Josué Pereira da Silva, doutor em Sociologia pela New School for Social Research, NY, Estados Unidos, é professor de Sociologia na IFCH, Unicamp. É autor de **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo (1906-1932)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1996 e **André Gorz: trabalho e política**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. 228 p..*

**IHU On-Line – Quais as chaves de leitura mais significativas na obra de André Gorz que ajudariam para uma compreensão da realidade do trabalho atual no mundo?**

**Josué Pereira da Silva** – A definição do trabalho com a distinção entre o conceito antropológico, como atividade humana e o sentido dado pela sociedade capitalista do mundo moderno ocidental. Ele define trabalho de forma muito clara num livro, em 1988, que está sendo publicado agora no Brasil, no segundo semestre, **Metamorfose do trabalho**. O trabalho industrial típico do capitalismo, da fábrica é o exemplar mais acabado do tipo moderno que tinha o tempo como critério para medir a produtividade. Esse trabalho está passando por uma crise. A sua análise é fundamentada numa crítica da racionalidade econômica. Gorz faz uma crítica do utilitarismo da lógica de mercado e distingue uma sociedade de mercado, fundamentalista, neoliberal de uma sociedade com mercado. Um outro aspecto muito valioso é sua sensibilidade para o problema ecológico. A sociedade econômica levada a suas últimas consequências provoca uma destruição de determinadas dimensões do ambiente, eliminando recursos esgotáveis que não podem ser renovados em pouco tempo. É necessária uma perspectiva social mais ecológica

**IHU On-Line – Quais as alternativas que o senhor vê em relação ao crescente desemprego?**

**Josué Pereira da Silva** – É necessário definir o que é desemprego. Muitas vezes, se associa à ausência de crescimento econômico. Não é tão simples. O desemprego cíclico, de fato, está relacionado com a oscilação da economia. Mas há um desemprego mais abrangente, que é estrutural e está associado ao que o mercado de trabalho demanda: um determinado tipo de mão-de-obra com qualificação específica, e a população não tem essa qualificação. Uma reciclagem que qualifique a mão-de-obra poderia ajudar um pouco a resolver o desemprego estrutural, pelo menos para determinadas funções. Há também o desemprego tecnológico, para o qual pouca gente chama a atenção. As transformações tecnológicas das últimas décadas têm um objetivo claro de poupar emprego. É uma lógica antiga dos anos 1980-90, na Europa e no Brasil dos anos 1990. Por exemplo, o setor bancário do Brasil, há 15 anos, aproximadamente, empregava, mais ou menos, o dobro do que emprega agora e, no entanto, o crescimento econômico, no sentido de faturamento do setor, foi dos maiores, mas é um crescimento que poupa mão-de-obra. Uma boa avaliação de que tipo de desemprego nós temos, facilitaria a formulação de políticas. Setores como construção civil e reforma agrária poderiam abrir novos empregos. A educação, no sentido de universalizar a educação básica no Brasil, poderia empregar jovens formados ou estudantes universitários como educadores, como, de certa forma, foi feito na época da ditadura, com o Movimento Mobral, mas, é claro, uma coisa menos dirigida ideologicamente. Uma iniciativa nesse sentido poderia empregar muita gente e melhorar a qualificação de mão-de-obra,

seria uma saída interessante. Ao mesmo tempo, isso resolveria o problema de educação e do trabalho dos jovens. Uma das propostas de André Gorz é a diminuição do tempo de trabalho junto com uma política macroeconômica, voltada para empregar pessoas e aumentar a oferta de trabalho. Isso exige um planejamento bem mais sofisticado e não está ao alcance em curto prazo.

**IHU On-Line – Como imaginar uma sociedade em que trabalho e renda estejam desvinculados?**

**Josué Pereira da Silva** – O próprio Gorz discute isso e teve até uma mudança de posição recente desde o livro *Metamorfose do trabalho* para o penúltimo livro dele que se chama *Miséria do Presente. Riqueza do Possível*. Paris: Galilée, 1997. Embora ele faça uma crítica da chamada centralidade do trabalho contemporânea, ele achava que o direito ao trabalho era político, que as pessoas que quisessem teriam o direito de contribuir com a produção social. Mas, recentemente, fundamentado nas transformações tecnológicas e na idéia do conhecimento coletivo, inspirado nos escritos de Marx, compreende que a produção social não pode ser localizada num setor específico da economia ou da sociedade, mas que a inteligência é a força produtiva principal da sociedade, ou seja, toda a capacidade de conhecimento acumulado na sociedade. Isso tudo levou André Gorz a rever a possibilidade do vínculo entre o trabalho exercido e a renda recebida. Então, ele se aproximou de idéias como a do economista e filósofo Phillippe Van Parijs, autor de teses sobre renda básica e alocação universal. Aqui no Brasil, o Senador Eduardo Suplicy no livro *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez : Fundação Perseu Abramo, 2002, também começa a levantar essa posição. Nas condições atuais do mundo, não dá para poder imaginar o direito de cidadania ter o trabalho como contrapartida. A sociedade está se mostrando incapaz de oferecer trabalho para as pessoas, o direito à vida é anterior. Tanto Gorz quanto Suplicy tiveram uma mudança

de posição. Essa proposta de renda básica está, em Gorz, muito próxima e articulada com a idéia de redução de tempo de trabalho e a idéia de favorecer atividades que tenham valor social, mas não tenham valor de mercado. Seriam três propostas: o estabelecimento de uma renda básica, uma política de redução do tempo de trabalho e o incentivo a atividades de valor social, artísticas, artesanais, do terceiro setor, etc.

**IHU On-Line – Em relação a reivindicações tão importantes no mundo do trabalho, que papel estão desenvolvendo os sindicatos?**

**Josué Pereira da Silva** – É uma situação difícil, porque a crise do sindicalismo está associada com essa diminuição do trabalho. É uma situação paradoxal, porque, para que o sindicato se mantenha forte, é necessário que haja não só um nível de emprego alto, mas que as pessoas tenham sua vida estruturada pela atividade do trabalho, ou seja, trabalhem em tempo integral. Se o tempo de trabalho se reduz drasticamente, as pessoas não podem ser mais definidas apenas como trabalhadoras. Aí o sindicato não teria nenhum papel fundamental na estruturação da vida dessas pessoas. As concepções tradicionais de sindicalismo têm medo de perder essa força cultural ideológica que o trabalho tem para a sociedade. Foi sobre essa valorização do trabalho que o sindicato se estruturou, coincidindo com a valorização que o capitalismo deu ao trabalho. O capitalismo, com a intenção de conseguir trabalho servente e o sindicato com a convicção de que o trabalho dá dignidade às pessoas. É muito interessante, mas é um paradoxo. Uma atividade que é considerada uma das principais na sociedade: trabalhar é uma honra, um direito, etc, mas, ao mesmo tempo, como o capitalismo não consegue oferecer trabalho, quem acaba pagando a conta é a vítima do desemprego, porque ela se sente culpada pelo próprio fracasso. Os sindicatos podem também incorporar setores sociais que não estão, necessariamente, no mercado de trabalho, mas, para isso, precisaria uma mudança na concepção dos sindicatos.

**IHU On-Line – Alguns estudiosos dizem que tirar o peso dos impostos que incidem sobre os salários, pode melhorar o nível de emprego. Como o senhor veria essa reforma?**

**Josué Pereira da Silva** – Pode acontecer uma pequena melhora, mas uma melhora com precarização das condições de trabalho, ela pode ter um efeito pior do que existe agora. Criar trabalhos precários, mal remunerados e sem garantias, não é solução. Os Estados Unidos criaram o maior número de empregos nas últimas décadas e dizem que têm o índice de desemprego mais baixo do mundo. O tipo de emprego que os americanos criaram lá, não é o tipo tradicional com todos os direitos, são empregos parciais, sem garantias trabalhistas. Entrar apenas parcialmente no mercado de trabalho, sem os direitos completos, não resolve nada, é só precarização. Isso é o que eu acho no caso de uma liberalização total das normas trabalhistas. Tanto é que, nessas discussões, fala-se

até em negociação de tirar os feriados remunerados, ou não pagar o trabalho realizado aos sábados e domingos, e isso são conquistas que foram feitas ao longo da história. Essas modificações seriam um regresso, uma manifestação de capitalismo selvagem. E ainda assim, não seria garantia de que o emprego cresça, porque o objetivo das empresas não é criar emprego, e sim lucro.

**IHU On-Line – Quais as conseqüências que a Alca poderia trazer ao mundo do trabalho?**

**Josué Pereira da Silva** – Eu não sou um estudioso de política internacional, mas estou muito preocupado com a política dominante dos Estados Unidos. A entrada do Brasil e da América Latina na Alca dificilmente seria com simetria de poderes ou de direitos. Eu seria mais favorável a uma discussão mais prolongada disso aí para, se for o caso, entrar de forma mais organizada e mais estruturada, em bloco, como o Mercosul.

## A mulher no mundo do trabalho

Entrevista com Maria Cristina Bruschini

Maria Cristina Aranha Bruschini é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, sobre a questão da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Maria Cristina é mestre em Ciências Sociais e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. É autora de oito livros, entre os quais citamos: **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel; CECF, 1985; **Mulher, Casa e Família: Cotidiano nas Camadas Médias Paulistanas**. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1990; **Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. São Paulo: Cortez., 2000.

**IHU On-Line – Em que tipo de trabalho as mulheres sofrem mais discriminação hoje, no Brasil?**

**Cristina Bruschini** – Trinta e seis por cento das trabalhadoras se encontram em atividades precárias, sem carteira assinada, como o emprego doméstico, o trabalho não-remunerado, o trabalho domiciliar e outros tipos de trabalho informal. Nos últimos anos, pela sua escolaridade, a mulher vem conquistando funções melhores como as que exigem formação de nível médio ou superior. Mas existem algumas formas de discriminação às quais as mulheres estão sujeitas, como a desigualdade salarial, a dificuldade de acesso a cargos de comando e o fato de ela ser ainda responsável pela família, pelas crianças pequenas, pelos idosos e pelos doentes, que é uma ocupação tradicional dentro da família e está sendo muito difícil para ela partilhar com os homens e os jovens. A mulher vem conquistan-

do espaços no trabalho, mas ainda sofre bastante discriminação.

**IHU On-Line – A mulher está sendo tão atingida quanto homem com o desemprego e a precarização do trabalho?**

**Cristina Bruschini** – O desemprego, de maneira geral, é mais intenso em determinados setores que atingem mais homens que mulheres, como na indústria, por exemplo. As mulheres estão mais concentradas no setor dos serviços e bancário, onde o desemprego não é tão intenso. Em relação à precarização, 17% da força de trabalho feminina é de empregadas domésticas. Na categoria de emprego doméstico, 97% são mulheres. Essa é uma atividade precária, porque os salários são baixos, sem carteira assinada, com longas jornadas. O contingente que trabalha nessas condições é de 35%, mas não vem aumentando. Acho que o trabalho masculino está sendo mais precarizado. Vivemos uma década muito ruim em termos de emprego, de renda do trabalhador, mas não da força de trabalho feminina em si.

**IHU On-Line – Quais têm sido os maiores avanços das últimas décadas?**

**Cristina Bruschini** – As ocupações que exigem estudo qualificado, como medicina, arquitetura, direito, jornalismo, registraram um grande aumento da participação feminina. Vejo uma perspectiva positiva para as que estão nos campos mais privilegiados. Mesmo executivas, em empresas, que é um estudo que estou fazendo agora, observa-se uma cifra mais significativa que a da década de 1990. Basicamente, houve um ingresso maciço de mulheres nas universidades, inclusive

supera a dos homens atualmente. Ainda assim, continua havendo desigualdade salarial.

***IHU On-Line – Por onde começa uma nova organização sexual do trabalho?***

**Cristina Bruschini** – Deve ser em duas esferas. Tem que haver algumas políticas da parte do Estado e de parte das empresas, em seus programas de responsabilidade social. Primeiro é preciso assumir que essas desigualdades existem. Até muito recentemente não se imaginava que existiam, porque a mulher não tinha ido, em massa, para o mercado de trabalho. Ao acontecer isso, as mulheres conquistaram posições melhores e começaram a pressionar. Essa pressão ainda deve ser respondida pelo estado, pelas empresas, pelos sindicatos, etc. É importante chegar a ter acesso a qualquer ocupação, posição, trabalho em boas condições, com salários iguais, quando se trata do mes-

mo cargo, e conseguir o equilíbrio entre família e trabalho. No momento que consigamos uma organização familiar mais simétrica entre homens e mulheres, onde se dividam mais as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, ficará menos pesado para todos.

***IHU On-Line – Que políticas públicas estão sendo encaminhadas nesse sentido?***

**Cristina Bruschini** – Uma coisa interessante é que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi transformado numa secretaria especial de políticas para as mulheres, diretamente relacionada à Presidência da República, o que dá um suporte maior às políticas das mulheres. O Governo federal está muito atento à representação feminina em todas as áreas. Agora, em relação a políticas voltadas para o trabalho feminino e para uma organização familiar mais simétrica entre homens e mulheres não estou vendo muita coisa.

## **Unitrabalho: uma parceria entre intelectuais e trabalhadores**

*Entrevista com Dárnis Corbellini*

*Dárnis Corbellini é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em Ciências Sociais pela Unisinos e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC), de Viamão. Dárnis é coordenador do Núcleo Local da Unitrabalho da Unisinos e professor no Centro Universitário La Salle (Unilasalle).*

### **IHU On-Line – Como surgiu a idéia de realizar os Encontros de Estudos sobre o Mundo do Trabalho na Unisinos?**

**Dárnis Corbellini** – A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho) foi fundada em 1995, em São Paulo, em uma iniciativa conjunta dos reitores das universidades e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou seja, intelectuais e trabalhadores reunidos, em parceria, com o objetivo de resgatar a dívida antiga que as universidades tinham com os trabalhadores, qual seja a necessidade de uma reflexão e pesquisa mais sistemática sobre o mundo do trabalho. Na Unisinos, o Núcleo Local da Unitrabalho iniciou suas atividades em 1998. Em 2000, organizamos o I Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho. O objetivo dos encontros é reunir os pesquisadores da Universidade para refletir e debater sobre temas e as pesquisas na área do mundo do trabalho. Convidamos colegas de outras instituições para participarem de nossa iniciativa. Na ocasião, quem coordenava o Núcleo era a professora Maria Clara Bueno Fischer, do PPG Educação. O primeiro encontro teve como tema *Trabalho*. O segundo foi sobre *Trabalho e educação*. Já o terceiro foi sobre *Trabalho e subjetividade* e este quarto será sobre *Trabalho e memória*. A professora Maria Ciavatta, da Universidade Federal Fluminense,

apresentará especificamente esse tema no encontro. Ela tem pesquisado e produzido muito sobre o tema da memória do trabalho no Brasil.

### **IHU On-Line – Qual a principal contribuição que estes encontros trazem na reflexão do mundo do trabalho?**

**Dárnis Corbellini** – A Unitrabalho realiza encontros locais, regionais e nacionais. Aqui reunimos uma média de 70 pesquisadores. São espaços para o encontro com as últimas pesquisas tanto na Unisinos quanto na região dos três estados do sul. O intercâmbio de experiências e a comunicação das pesquisas fazem com que percebamos os avanços e as novas tendências no mundo do trabalho.

### **IHU On-Line – Que importância tem para o Instituto Humanitas Unisinos a realização deste encontro?**

**Dárnis Corbellini** – Cada universidade tem seu espaço para o Núcleo Local da Unitrabalho. Na Diretoria da Ação Social e Filantropia fazemos parte da Área Trabalho. Somos um grupo de colegas de vários centros que estudam e pesquisam sobre o tema *Trabalho*. Convidamos, para o 1º Colóquio e o IV Encontro, pesquisadores de renome internacional que vão enriquecer, com uma visão atualizada mundial, nossas discussões na área, aqui na Unisinos.

### **IHU On-Line – Como surgiu essa idéia de parceria com a Cátedra Unesco para a realização do 1º Colóquio Internacional Trabalho e Sociedade Solidária?**

**Dárnis Corbellini** – A Cátedra Unesco da Unisinos tem como tema principal *Trabalho e Socieda-*

*de Solidária*. Na Unitrabalho Nacional temos um GT sobre Economia Solidária. Na Ação Social temos a Área Trabalho. Outro projeto é a Incubadora de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários. Como realizamos a cada dois anos o Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho, e a Cátedra Unesco deseja mostrar visibilidade, surgiu a possibilidade de fazer o 1º Colóquio Internacional e o IV Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho, em parceria. É nossa contribuição interdisciplinar para chegar ao transdisciplinar.

***IHU On-Line – O fato de fazer os dois eventos juntos não pode trazer o risco de valorizar o 1º Colóquio Internacional em detri-***

**mento do Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho?**

**Dárnis Corbellini** – Eu digo, brincando, que somos o “primo pobre”, porque eles têm os recursos e nós não. Nós fomos à luta: nos encontros anteriores, conseguimos financiamento da Fapergs, mas em 2003 não. Podemos correr o risco de o IV Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho ficar em segundo plano. O Comitê da Cátedra da Unesco está constituído por seis PPGs: Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Filosofia, História, Saúde Coletiva e Direito, e o Núcleo Local da Unitrabalho é o único a participar como entidade. Nós temos um bom grupo de pesquisadores que trabalham temas, como trabalho e educação ou trabalho, economia solidária, cooperativismo e associativismo.

## “A Economia Solidária deve tencionar o Governo a favor dos trabalhadores”

*Entrevista com Dalila Pedrini*

Dalila Maria Pedrini é doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Dalila é professora e pesquisadora aposentada da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e atualmente coordena a área **Construção e Conquista da Democracia e de Políticas Públicas**, da Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela desenvolve um trabalho de interface com o Programa Economia Solidária e Autogestão, um trabalho de coordenação nacional, de mobilização da sociedade via braços regionais da Cáritas para conquistar políticas públicas. A professora teve participação em diversos livros publicados, como *Incubadora de Empresas da Universidade Regional de Blumenau*. **In: Economia Solidária Um setor em desenvolvimento**. Rio Claro: Prefeitura de Rio Claro; URB-AL, 2002; *Associativismo Econômico: apenas uma resposta dos setores populares a crise do capital ou mais que isto?* **In: Novos Olhares sobre Blumenau**. Blumenau: Edifurb Cultura em Movimento, 2000; *Uma experiência que aponta caminhos* **In: A Economia Solidária no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2000.

### **IHU On-Line – Como está a Economia Solidária no Brasil?**

**Dalila Pedrini** – Esse movimento teve seu momento forte na criação do GT brasileiro, que é formado por todas as entidades que atuam com Economia Solidária no Brasil, como a Cáritas, o Ibase, a Anteag, a Rede de Incubadoras, etc. Essas grandes entidades nacionais, que atuam no Brasil

inteiro, formaram esse GT e, com a nossa base, fizemos duas grandes plenárias nacionais, uma em São Paulo, e a outra durante o III Fórum Social Mundial. Em Brasília, aconteceu, nestes dias, a terceira plenária. Na primeira plenária, éramos 400, 500 pessoas do Brasil. Fizemos uma carta ao Governo Lula, com propostas concretas. Eles ficaram sensíveis, e o Governo de Transição recebeu a nossa comissão e fez o lançamento da Secretaria de Economia Solidária. A criação da Secretaria é uma ação do Governo, mas como resposta à organização do Movimento da Economia Solidária no Brasil. A interlocução principal dessa Secretaria vai ser um fórum nacional de Economia Solidária, criado durante a plenária em Brasília. Segundo Paul Singer, novo secretário da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, esse fórum vai ser o interlocutor principal, não vai ser a OCB. Hoje já temos organizado no Brasil um Fórum de Gestores em Economia Solidária. As prefeituras e os governos estaduais brasileiros que trabalham com Economia Solidária já têm uma articulação própria, que é esse Fórum. Eles também fazem parte do Movimento de Economia Solidária e serão os interlocutores da Secretaria.

### **IHU On-Line – Como o Movimento pode influenciar mais nas decisões do Governo em favor dos trabalhadores?**

**Dalila Pedrini** – Este é um Governo de tensões. Ele pretende fazer as coisas, mas é um Governo tencionado por forças externas e internas. Forças externas são os setores que, durante todos os séculos, mantiveram os benefícios e querem conti-

nuar mantendo-os, para que o Governo não concretize o que ele se propôs. Internamente, o Governo também não é um bloco unitário. A contradição está presente. Nosso papel no Movimento de Economia Solidária é o de tencionar o Governo a favor dos trabalhadores, na luta pela construção da cidadania. Diante dessa tensão do Governo pelos dois lados, nós queremos nos organizar como movimento social que luta pelo direito ao trabalho e à cidadania. Não queremos somente postos informais de trabalho, mas postos de trabalho com perspectiva de continuar a luta dos trabalhadores. Economia Solidária não é só a geração de postos de trabalho e a construção de autogestão. Ela quer ser uma continuidade da luta histórica dos trabalhadores pelos seus direitos por vida digna e por um outro modelo de desenvolvimento. Nós entendemos essa contradição e queremos gestioná-la. Enquanto uns lutam para que não percam seus direitos, nós continuamos lutando para que a cidadania ativa se concretize.

**IHU On-Line – Quais suas expectativas em relação a essa Secretaria de Economia Solidária?**

**Dalila Pedrini** – Essa Secretaria vem oferecer respostas às grandes demandas da Economia Solidária brasileira. Na Secretaria, há um setor de formação, pois o Paul Singer entende que os próprios órgãos governamentais não conhecem o que é Economia Solidária, por ser um fenômeno novo. Nossa expectativa é que o Governo federal e os seus órgãos compreendam aos poucos o que é Economia Solidária, para que ela possa ocupar um espaço no sentido de receber recursos e ser concretizada. Nós sabemos que isso não é algo fácil. Sabemos que não teremos, de imediato recursos, para concretizar a Economia Solidária nos estados; sabemos que o funcionamento vai ser com base na nossa intervenção no Governo, para que ele tome a “cara” de Economia Solidária. Há setores de esquerda, quer seja no sindicalismo, quer seja no PT, que não concordam com ela, porque acham que é um movimento reformista. Esses grupos observam os limites. Nós reconhecemos que eles existem. Eles (os grupos) não acreditam

que é possível continuar a luta dos trabalhadores via Economia Solidária. Eles não entendem que em todos os momentos que ela ressurgiu, fortaleceu a luta dos trabalhadores, fortaleceu a construção de uma cidadania ampla. São setores que não concordam ideologicamente e não aceitam.

**IHU On-Line – Quais seriam as principais limitações da Economia Solidária?**

**Dalila Pedrini** – Um dos grandes desafios da Economia Solidária é o seu isolamento e, em contrapartida, a sua possibilidade de estar em rede. O contraponto ao isolamento é a Economia Solidária estar com os movimentos sociais existentes no Brasil hoje, como a luta pela moradia, pela terra, o movimento de mulheres, etc. A Economia Solidária tem que se constituir como um movimento correlato a esses movimentos, formando a sociedade civil. Mesmo quando a Economia Solidária transita no mercado, ela tem um transitar diferente do mercado neoliberal. Ela busca outras formas, apesar de ter produção, comércio, todo o processo econômico. Essa inserção no mercado é um desafio. E um dos maiores é a comercialização. Os outros são os recursos e a questão legal, por exemplo, a Legislação cooperativista. Todas as leis tributárias, a lei das falências, são problemas que se devem enfrentar. Temos que mudar essas leis, que são os gargalos da Economia Solidária. Outra questão que justifica nossa luta pela criação da Secretaria é transformar a Economia Solidária numa política pública. O direito ao trabalho tem que se efetivar. Hoje ela é uma ONG. Não temos nenhum governo que assuma isso como política. Com relação aos trabalhadores, temos outros desafios. Um deles é a formação dos trabalhadores, tanto técnica quanto para autogestão e para compreensão do processo da luta. Muitas das pessoas que vêm para a Economia Solidária são de setores excluídos do mercado. Geralmente, são analfabetos ou têm pouca educação, e muitos deles só trabalharam informalmente. Têm uma preparação muito pequena para o desafio de assumir os empreendimentos e entender como se participa de uma rede. Estão acostumados a trabalhar e produzir. Mas como fazer isso em rede?

## “Piqueteiros”: um discurso sobre o poder

*Entrevista com Jorge Ceballos*

*Jorge Ceballos é advogado e coordenador nacional do Movimento Piqueteros, Barrios de Pie (Bairros de pé) desde sua criação em dezembro de 2001. Ceballos concedeu entrevista à IHU On-Line para conversar sobre a realidade do trabalho na Argentina e as alternativas propostas pelo movimento naquele país.*

### **IHU On-Line – Como definiria o Movimento dos Piqueteros?**

**Jorge Ceballos** – Eu o definiria como um produto e uma consequência do modelo neoliberal que, desde 1976, gerou índices altíssimos de desemprego. Os ex-empregados se organizaram e deram essa resposta. Os piquetes surgem especialmente nas cidades que dependiam do petróleo. Ao ser privatizada a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), essas cidades ficaram como cidades fantasmas, e seus habitantes, nos bairros, começaram a se organizar. É um movimento com uma ampla participação de base que não tem um centro, uma fábrica, um sindicato. É uma forma de democracia mais direta.

### **IHU On-Line – A consigna que se vayan todos (que todos se vão) já tem atravessado fronteiras. Qual o significado dessa frase para o Movimento?**

**Jorge Ceballos** – Que todos se vão se refere aos atuais dirigentes políticos e sindicais – que foram cúmplices e traidores, ao implantarem todo esse modelo neoliberal –, que se vão também os juízes.

### **IHU On-Line – Um modelo sem representações nem partidos políticos?**

**Jorge Ceballos** – Não. Queremos uma renovação política e sindical. Que vão embora os que es-

tão atualmente e que venham outros. Claro que precisamos de partidos e de organizações, mas que sejam do povo.

### **IHU On-Line – Qual a característica específica do Barrios de Pie?**

**Jorge Ceballos** – Barrios de pie luta especificamente contra duas coisas: a fome e o desemprego. Por isso, temos refeitórios populares. Em torno deles, estrutura-se o Movimento. Ali também discutimos que Argentina queremos. Essa estrutura do refeitório aproximou muitas mulheres. Elas têm um papel fundamental, não só na tarefa específica do refeitório, mas também na direção do Movimento. Também se aproximaram muitos jovens e desempregados. Tentamos trabalhar outras áreas, como a saúde, a educação popular, a cultura... Também levamos adiante hortas e padarias comunitárias, empreendimentos laborais, apoio escolar e alfabetização, oficinas de educação popular, bibliotecas populares, campanhas de saúde e formação de agentes de saúde, oficinas sobre violência familiar, atividades vinculadas com a cultura e a comunicação. Busca-se o protagonismo de todos. O movimento é forte se todos participam com consciência. Nosso lema é “uma Argentina para todos”.

### **IHU On-Line – Como funcionam os “piquetes”?**

**Jorge Ceballos** – Ocupamos rodovias, ruas, pontes; a metodologia é muito diversa. O importante é que o sistema saiba que a Argentina tem excluídos que querem viver com dignidade.

### **IHU On-Line – E o que conseguem?**

**Jorge Ceballos** – Conseguimos subsídios do Governo, comida e, sobretudo, dignidade: esta-

mos em pé, não aceitamos a situação atual da Argentina. Não a queremos submetida a um poder externo. Queremos uma sociedade diferente em relação à distribuição das riquezas e também com outros valores, uma mudança moral, onde o centro seja o humano.

**IHU On-Line – Excluem, então, o uso da violência?**

**Jorge Ceballos** – A violência impõe o modelo, o sistema vigente. Nós lutamos para acabar com essa violência. Eles querem impor o terror, dizer “aqui ninguém levante a cabeça”. Mas nós também fazemos referência; nós, por exemplo, cortamos a rodovia e, quando nós fazemos isso, a autoridade somos nós, eles vêm falar conosco. E supostamente não se pode fazer isso pelo artigo 194 do Código Penal: obstrução da via pública. Entretanto, há um direito anterior a esse que é o direito à vida e nós o fazemos valer e dizemos: aqui a autoridade somos nós. Estamos construindo com isso uma visão, uma compreensão do tema do poder. O poder é deles se nós queremos, mas o poder é nosso quando nós o vencemos.

**IHU On-Line - Como vê a realidade do trabalho na Argentina atual?**

**Jorge Ceballos** – Na Argentina, 33% da população ativa está desempregada, mais de 20% está subempregada, ou seja, mais da metade da população economicamente ativa tem problemas de

trabalho. Em um país com 37 milhões de habitantes, há 19 milhões de pobres e 9 milhões de indigentes. Por outro lado, o povo tem mostrado, nessas circunstâncias tão graves, que há uma reserva de solidariedade muito grande. Apesar de todo o individualismo que estimulou esse poder neoliberal, dizendo *hacé la tuya* “não te preocupe com os outros”, “tens possibilidades de ascender”, “pisa a cabeça do outro”.

**IHU On-Line – Qual é a postura do Movimento em relação às próximas eleições?**

**Jorge Ceballos** – É uma farsa eleitoral. As eleições não vão mudar o destino do país. As eleições consagram o “que fiquem todos”. Na segunda-feira, dia 28 de abril, após a eleição, chega à Argentina a delegação do FMI para sentar com os dois candidatos que vão para o segundo turno. As pessoas votam, mas não decidem. Nós defendemos a anulação do voto ou o voto em branco.

**IHU On-Line – Qual o modelo de sociedade que discutem e que lugar ocuparia o trabalho dentro desse modelo?**

**Jorge Ceballos** – O trabalho tem um papel essencial. Um modelo de trabalho que ajude a explorar as riquezas naturais e humanas que temos no país. Que traga uma justa retribuição para os méritos. Aqui existem muitas pessoas que juntam dinheiro, embora não trabalhem. O trabalho é central no compromisso de construir o país e deve ser dessa forma retribuído.

## Ócio Humanista

### *Entrevista com Concha Maiztegui*

*Concha Maiztegui, psicóloga e doutora em Educação do Ócio, é professora no Instituto de Estudos do Ócio na Universidade de Deusto, em Bilbao, Espanha, uma das únicas da Europa que forma pesquisadores no assunto, promovendo uma revolução educacional e quebrando a estrutura tradicional do ensino, que ainda coloca o desempenho e a competição em primeiro lugar. A professora esteve na Unisinos, já que a Instituição que ela representa tem uma parceria com o Centro de Ciências da Saúde da Universidade. Ela acompanhou projetos de desenvolvimento comunitário, como o Prumo e o Sapecca, e visitou o IHU. Concha conversou com **IHU On-Line** a respeito da importância do ócio humanista no desenvolvimento integral da pessoa.*

#### **IHU On-Line – Como definiria o ócio humanista?**

**Concha Maiztegui** – É uma experiência gratificante integral da pessoa e um direito humano fundamental. Preferimos defini-lo como experiência, e não como atividade. Experiência humana complexa, em atuações livres e pessoais. Defendemos o ócio como direito humano básico e que seja reconhecido no direito internacional como tal. O ócio está ligado ao cotidiano, ao que produz satisfação, à percepção de liberdade, a um desafio pessoal. Ele colabora com a construção da identidade, alimenta uma ilusão, um projeto. Alguém me dava hoje o exemplo de um porteiro que coleciona cartões de telefone. Essa atividade desperta uma busca, lhe dá uma outra forma de conhecimento. Ele não é só um trabalhador.

#### **IHU On-Line – Nas nossas sociedades de consumo, se fala muito em prazer. Qual seria a diferença entre prazer e ócio humanista?**

**Concha Maiztegui** – Eu estabelecería uma diferença entre obter prazer e desfrutá-lo. O prazer requer menos esforço e é mais rápido. Para desfrutar, é necessário fazer um esforço. Quem gosta de escalar montanhas precisa fazer um esforço, acordar cedo, ir até o lugar e, uma vez lá, vencer seus próprios limites, mas isso dá uma sensação de conquista, uma recompensa.

#### **IHU On-Line – O ócio das pessoas se ajusta também às possibilidades sociais e econômicas?**

**Concha Maiztegui** – No ócio, se reproduzem as diferenças que se dão em outros contextos sociais. Há, porém, muitas formas gratuitas de ócio. Aqui no Brasil, tem, por exemplo, as escolas de samba: as pessoas passam o ano todo em função disso desde a elaboração das roupas, as coreografias, as relações que ali se dão. O importante está na capacidade de desfrutar. Quem não tem essa capacidade cai no aborrecimento, não sabe o que fazer, nada o motiva e, muitas vezes, cai no ativismo que leva a não afrontar a carência de sentido.

#### **IHU On-Line – Ócio e trabalho são incompatíveis?**

**Concha Maiztegui** – São coisas diferentes. No trabalho, se podem ter experiências mais potencializadoras que podem ser complementares. Na Europa, há muitas empresas que organizam o ócio dos empregados. Mas isso é um pouco ambíguo, pode

ser que realmente ampliem as oportunidades ou pode ser uma intromissão da empresa no tempo livre e mais pessoal dos empregados.

***IHU On-Line – De que depende o desenvolvimento da capacidade de desfrutar?***

**Concha Maiztegui** – A família é um espaço privilegiado. Há famílias que potenciam mais essa capacidade de desfrutar. É um desafio e um esforço, implica vencer a preguiça e dar um salto na rotina, romper os hábitos de comodidade. Quem quer jogar futebol todos os sábados, deve fazer um pequeno esforço.

***IHU On-Line – Apesar da desagregação da família moderna, ela é espaço para aprender o desfrute?***

**Concha Maiztegui** – Eu parto do fato de que estamos numa sociedade em que há menos crianças, portanto menos filhos aos quais se dedicar e relações mais próximas entre pais e filhos. Nas gerações anteriores, não era freqüente os avós ou os pais brincarem com os filhos. Eles deviam chamar os pais de o Sr. e Sra. etc. Hoje o adulto brinca com a criança, e isso é uma mudança social. Mudou o papel do pai e da mãe, é outro tipo de modelo parental. A família, nesse sentido, está mais próxima de ser um lugar para aprender o desfrute. O jogo é um momento privilegiado porque, em outros momentos, os pais cobram dos filhos as notas na escola, a boa conduta, etc. No jogo, pais e filhos vivem uma forma de igualdade, que é importante para a construção da identidade e o desenvolvimento da capacidade de desfrutar.

## A redução do tempo de trabalho e a cultura do tempo livre

*Entrevista com André Langer*

André Langer é membro do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos, com dissertação intitulada *Pelo êxodo da sociedade salarial*. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz<sup>18</sup>. Em entrevista à **IHU On-Line** André Langer falou sobre a reivindicação da diminuição do tempo de trabalho. Sobre esse tema, Langer publicou um artigo no **Cepat Informa** n.º 108, de abril de 2004. O **Cadernos IHU** n.º 5 publicou uma síntese da sua dissertação de mestrado.

**IHU On-Line – Por que a proposta da redução do tempo de trabalho é reintroduzida na sociedade brasileira, especialmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), num período de grave desemprego, e, ao mesmo tempo, recordes de horas extras? Não parece uma idéia irrealizável nesse contexto?**

**André Langer** – É uma proposta que responde, por um lado, aos anseios históricos dos trabalhadores de todos os tempos. Nesse sentido, ela retoma esta grande luta por trabalhar menos tempo. Por outro lado, responde à grande questão do momento: a distribuição da produtividade. Hoje o sistema produtivo é capaz, por conta das inovações tecnológicas, de produzir mais, com menos trabalhadores e em menos tempo. Ou seja, o grande desafio que se coloca não é mais prioritariamente o da produção, mas o da distribuição das riquezas socialmente produzidas. Portanto, distribuindo-se entre todos o trabalho socialmente ne-

cessário, é possível que todos trabalhem menos. O que ocorre no Brasil é, na verdade, uma concentração não só da renda, mas também do trabalho, fenômeno que aparece no grande número de trabalhadores que faz hora extra, cujo efeito mais perverso é o exponencial desemprego que vemos. Aqui há trabalho que pode ser distribuído de maneira mais eqüitativa entre todos. O sentido da redução do tempo de trabalho consiste numa dupla ação: 1) é a única alternativa capaz de evitar uma crescente dualização da sociedade entre os trabalhadores do núcleo central, de tempo integral, os trabalhadores dos círculos periféricos, precários, de baixa remuneração, de tempo parcial, e os desempregados; 2) liberar tempo para as atividades autônomas sem fins lucrativos. A proposta da redução do tempo de trabalho não pode ser uma finalidade em si mesma. O horizonte no qual ela deve ser pensada é a extensão máxima da esfera da autonomia. Assim, a idéia da redução do tempo de trabalho é perfeitamente possível.

**IHU On-Line – Quais são essas aspirações que estão por trás da proposta de redução do tempo de trabalho?**

**André Langer** – A redução do tempo de trabalho não visa unicamente à criação de novos empregos, por mais importante que isso seja para a sociedade brasileira a fim de distribuir as riquezas socialmente produzidas, mas visa também à abertura de novos horizontes de realização pessoal, interpessoal e comunitária para além do traba-

---

<sup>18</sup> André Gorz é autor de muitos livros sobre o mundo do trabalho. Os dois últimos são: **Misères du présent. Richesse du possible**. Paris:Galilée, 1997 e **L’Immatériel. Connaissance, valeur et capital**. Paris:Galilée, 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

lho-emprego. Convém reconhecer que para boa parte dos trabalhadores o tempo fora do trabalho acaba sendo investido de crescente importância na sua vida. Trabalhadores há que não admitem mais viver exclusivamente para o trabalho. Por todos os lados, salta o desejo de trabalhar menos e viver melhor. A qualidade de vida aparece como um valor cada vez mais importante a ser cultivado. O lazer, o tempo com a família e a diversão fazem toda a diferença entre uma vida pautada e invadida pelo trabalho e uma boa vida. É preciso também relacionar a política de redução do tempo de trabalho a um projeto político de transformação da sociedade: as medidas que compõem uma política de redistribuição do trabalho e do tempo liberado deverão se inscrever na perspectiva de uma superação da sociedade do trabalho assalariado. Uma política de redução do tempo de trabalho não pode perder de vista o horizonte mais amplo de construção de uma nova sociedade. Caso contrário, será apenas uma medida pontual ou isolada, um remendo no sistema, com grandes chances de fracassar.

### ***IHU On-Line – Como efetuar uma mudança para uma nova cultura do tempo livre?***

**André Langer** – A redução do tempo de trabalho não aumenta automaticamente o tempo livre das pessoas. Trata-se de ir criando uma nova cultura do tempo livre para que a redução da jornada de trabalho não redunde num segundo, ou mesmo terceiro, emprego. No fundo, trata-se de dar uma nova importância aos outros tempos da vida e construí-los fora da lógica produtivista. A sociedade brasileira está convidada a olhar mais para o seu interior, suas necessidades, suas carências, seus desejos, e menos para o interior da fábrica, do escritório e suas necessidades. Na realidade, a redução do tempo de trabalho objetiva enfrentar dois grandes desafios: primeiro, redistribuir entre todos o trabalho socialmente necessário, de modo que todos possam trabalhar menos, melhor e de outra maneira. Trata-se de proceder a uma outra repartição do trabalho que não a imposta hoje pelo capital. Em segundo lugar, começar a visualizar o tempo liberado ou o tempo livre, não mais como um tempo vazio, sem sentido, ou simples-

mente na perspectiva de recuperar as forças e as energias para o trabalho assalariado, mas como um tempo rico em novas possibilidades desvinculadas da lógica da racionalidade econômica e da mercantilização. O tempo livre não deve ser visto como um tempo vazio, um tempo de pura passividade. É o tempo de produção de novas sociabilidades, de relações sociais e tempo para o livre desenvolvimento pessoal. O tempo é considerado como a fonte mais preciosa, e a economia da esfera da necessidade terá por princípio economizar ao máximo o tempo de trabalho a fim de maximizar o tempo disponível. Para Marx, a verdadeira economia – aquela que economiza – é a de tempo de trabalho. A verdadeira economia leva à eliminação do trabalho como forma dominante de atividade. É por essa razão que a redução do tempo de trabalho pode abrir um espaço sempre maior para a realização de atividades que não estejam mais ligadas à lógica da racionalidade econômica. O tempo livre, insiste Gorz, “permite aos indivíduos desenvolver capacidades (de invenção, de criação, de concepção, de inteligência) que lhe conferem uma produtividade quase ilimitada.”

### ***IHU On-Line – Como fazer com que o tempo livre não se submeta à lógica do consumo?***

**André Langer** – Essa é uma questão difícil de ser resolvida. Evidentemente, não se pode desdenhar do poder que o consumo passou a ter em nossas sociedades. É preciso dar-se conta de que o exacerbamento do consumo está estreitamente ligado à produção capitalista que separa o produtor do consumidor. Não há produtor sem consumidor, assim como não há produção sem consumo. Portanto, em nossa sociedade, o consumismo está ligado à própria idéia de desenvolvimento, de crescimento. Por esse motivo, para que a produção possa crescer sempre, é preciso instigar e dinamizar o crescimento do consumo, sem que se leve em conta os efeitos macrossociais e ambientais de tal lógica. Como recorda Gorz, o antigo “isso me basta” cede hoje lugar ao “mais vale mais” ou ao “nunca é suficiente”. Uma revolução das necessidades entranha uma nova concepção na qual “a eficácia máxima *ilimitada* na exploração do capital exigirá, assim, o máximo *ilimitado*

de ineficiência na cobertura das necessidades, e do esbanjamento no consumo”. Trata-se de ir criando a consciência de que o consumo – e a economia – precisará ter cada vez mais em conta não tanto a quantidade do crescimento, mas a qualidade de vida, o que nos faz transcender o mero economicismo e incluir questões relativas ao meio ambiente. Nessa perspectiva, se pode introduzir

todo o debate sobre crescimento sustentável ou decrescimento, que vem ganhando força, sobretudo na Europa. Ao mesmo tempo, trata-se de ir aumentando domínios, pessoais e coletivos, livres da lógica do consumo. Nada justifica a onipresença dessa lógica na vida das pessoas e da sociedade.

## Ócio humanista e o sentido do trabalho

*Entrevista com Cláudio Gutiérrez*

*Cláudio Gutiérrez é professor das Ciências da Saúde da Unisinos. Gutiérrez é graduado em Educação Física pelo Instituto de Porto Alegre (IPA), mestre em Educação pela Unisinos, doutorando em Ócio y Potencial Humano no Instituto de Estudos do Ócio na Universidade de Deusto, em Bilbao, Espanha, e autor de **Formação de professores na escola cidadã**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.*

**IHU On-Line – De que forma o ócio pode se constituir em espaço de formação cidadã e o que isso significa?**

**Cláudio Gutiérrez** – Acostumamo-nos a falar de cidadania desde a lógica liberal, de um *status* individual que implica direitos e deveres aos indivíduos reconhecidos como membros de uma comunidade. Esta cidadania formal se garante por meio de todo um aparato legal. A lei obriga o cidadão a comportar-se bem e ser responsável, caso contrário paga multas e sofre penas. Por outro lado, se se comporta bem tem garantidos direitos. O que temos observado hoje é que, de um lado, as pessoas não estão mais dispostas a cumprir uma lei que lhes parece alheia e que oprime; e de outro lado, em nossa sociedade de consumo, os direitos da cidadania quase se transformaram também em objetos de consumo. Consumimos os direitos da cidadania como se fosse um produto qualquer, reclamamos os direitos de cidadania como quem reclama direitos do consumidor. Transformamo-nos de cidadãos em consumidores de cidadania. Entre o medo “do chicote da lei” e o consumo de direitos, perdeu-se a noção de virtude cívica.

A proposição do ócio humanista para esta questão é que nos apropriemos dos espaços coletivos, por onde nos leva nosso desejo, transfor-

mando-os em espaços de produção de cidadania pelo exercício da capacidade de atuar coletivamente na esfera pública. Atuar como cidadãos, dessa vez, não pelo temor à lei ou pelo interesse na garantia de benefícios pessoais, mas pela satisfação que há em nos tornarmos humanamente membros de uma comunidade virtuosa que busca levar adiante um projeto de felicidade. Nessa perspectiva, os espaços e relacionamentos animados pelo conceito de ócio humanista tornam-se dispositivos de exercício e produção de cidadania. Existe uma série de coletivos, como grupos de esporte, de lazer, de dança de rua, confrarias gastronômicas, grupos literários, grupos de serviços, associações de bairro, grupos de defesa da natureza... que, potencialmente, podem ser orientados ao exercício democrático, formação de espaço público e produção, via redes, de tecido social. Para quem acha que é pouco, nestes 40 anos do golpe militar no Brasil, os movimentos de contracultura abalaram mais a moral conservadora do que toda a guerrilha à ditadura.

**IHU On-Line – Como fazer para desvincular cada vez mais o tempo livre da lógica da racionalidade econômica e da mercantilização?**

**Cláudio Gutiérrez** – Tempo livre é livre de quê? Do trabalho. Tempo livre é uma conquista da classe trabalhadora mediante as históricas lutas pela redução da jornada de trabalho, uma conquista muito importante que estamos correndo o risco de perder pelas atuais transformações do mundo do trabalho. O tempo livre conquistado oportunizou o desenvolvimento do lazer e de uma série de relações e experiências nos espaços de lazer que marcaram a conduta e os valores das pessoas. Entretanto, a crítica ao conceito de tempo livre apare-

ceu ainda na década de 1960, quando Adorno lançou a questão: o tempo livre de um indivíduo submetido à sociedade industrial pode ser verdadeiramente livre? Ele observava que o consumismo e os *hobbies* da sociedade americana não tinham nada a ver com liberdade, eram apenas o outro lado de uma relação mecânica com a sociedade industrial. Acho que o problema já começa se entendemos nossa capacidade criativa, nosso *élan vital*, nossa vontade de potência, reduzida ao conceito de força de trabalho: o ser humano reduzido a um animal que labora não deixa espaço para outra coisa que não produção e consumo, as duas faces desse processo metabólico com a natureza, que é o labor. Para o tempo de trabalho, orientado à produção de objetos de consumo, o tempo livre oferece a possibilidade de consumo. É sintomático que meçamos o quanto uma pessoa se deu bem na vida pela sua capacidade de consumo. O país mais poderoso do planeta tem uma população de obesos... não é por acaso. O consumo do ser humano reduzido ao *animal laborans* é um consumo de hambúrguer, batata frita, carro e bugigangas. Quanto melhor uma pessoa se dá na vida, em qualquer país, melhores as comidas, carros e as bugigangas. Agora imagine que a estes consumistas escravos de si mesmos, obesos e sedentários, o capitalismo chama de elite! Retomando a questão, o conceito de tempo livre, importante para a recuperação da força de trabalho, para o lazer e o consumo, não se desvincula da racionalidade econômica.

**IHU On-Line – Numa sociedade que expulsa as pessoas do mercado de trabalho e sobrecarrega as que ainda permanecem nele, falar de ócio não pode resultar algo alienante? Em que casos o discurso sobre o ócio poderia realmente ser alienante?**

**Cláudio Gutiérrez** – Falar em ócio significa voltar a afirmar o valor da vida contemplativa, dar

um basta ao ativismo estéril que nos sobrecarrega de vazio (e também acho que a indústria do entretenimento que consagrou o domingo ao futebol faz parte desse monte de nada que nos empobrece). Também significa valorizar atividades não-utilitárias que encontram um fim em si mesmas. Não gosto, porém, de empregar o termo ócio sozinho, porque os sujeitos que colocaram fogo em um índio que dormia, o fizeram por puro deleite e prazer, sem outro interesse que não o de se divertir com isso. Para dar a direcionalidade positiva ao conceito é que o grupo ao qual me vinculo fala em ócio humanista (pelos mesmos motivos, mas reivindicando outra origem e finalidade, o De Masi fala em ócio criativo). A resistência ao ativismo estéril encontra sentido se aliada a um projeto de desenvolvimento humano. Dessa perspectiva, a alienação se realiza quando a pessoa esquece sua humanidade e se reduz a uma utilidade, quando o corpo não sonha mais, e o sujeito se torna objeto; objeto de produção e consumo.

**IHU On-Line – O discurso sobre o ócio tem implícita alguma forma de questionamento da sociedade salarial ou alguma proposta alternativa?**

**Cláudio Gutiérrez** – Paul Lafargue<sup>19</sup> foi o mais tenaz crítico da sociedade salarial. Revolucionário de esquerda da época de Marx (era genro deste) reivindicava, diante da capacidade produtiva da indústria, uma drástica redução na jornada de trabalho. Percebendo que a sociedade capitalista, ao invés de oferecer tempo livre remunerado, iria fomentar uma torturante concorrência de uns poucos empregados com as máquinas (ao mesmo tempo que cresceria uma massa desempregada e sem renda) conflagrava as classes trabalhadoras a lutarem por uma legislação que garantisse redução da jornada de trabalho. No manifesto **Direito à preguiça** (1880), escrito na prisão, previa sua derrota: “como exigir de um proletário corrompi-

<sup>19</sup> O famoso livro de Paul Lafargue, **O Direito à preguiça** pode ser encontrado com o pequeno, mas instigante livro de Thierry Pacquot, em Paul Lafargue-Thierry Pacquot, **O Direito à preguiça/ A arte da sesta**, publicados pela editora portuguesa Campo das Letras, em 2002. No ano 2000, foi publicada uma versão brasileira do livro de P. Lafargue, com uma introdução da profa. Marilena Chauí, que está esgotada. Sobre a arte da sesta cf. **IHU On-Line** n.º 61, de 26 de maio de 2003. (Nota da **IHU On-Line**).

do pela moral capitalista uma decisão viril?” Da mesma forma, Bertrand Russell<sup>20</sup>, em seu **Elogio ao ócio** (1935), propunha um ordenamento econômico da sociedade que possibilitasse a promoção do lazer e do ócio e a redução do trabalho. Via as possibilidades cada vez mais limitadas do trabalho assalariado como mecanismo de distribuição de renda. Fustigava: “a moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão”. E antes de todos esses, Aristóteles, que emancipara seus escravos quando no leito de morte, apontava, na escravista sociedade clássica, que, *se as rocas das fiandeiras fias-*

*sem por si sós, o dono da oficina não precisaria mais de auxiliares, nem o senhor de escravos.* Na atualidade, as proposições de alternativa passam pela garantia de direitos sociais e o debate e proposições sobre os direitos econômicos, como os programas de renda mínima (a tese de que cada pessoa tem direito a uma parte da riqueza que a sociedade produz). De minha parte, acredito que há uma revolução íntima a ser travada por cada pessoa e cada comunidade que tenha a coragem de sonhar projetos de felicidade em que os seres humanos não se reduzem a produtores e consumidores de coisas.

---

<sup>20</sup> O texto pode ser encontrado no livro Paul Lafargue e Bertrand Russell, **A economia do ócio**. São Paulo: Sextante, 2001. (Nota da **IHU On-Line**).